

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

KATIANNE BRUHNS

**MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA: DISCURSO,
PATRIMÔNIO E PODER
(1970 – 1990)**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

KATIANNE BRUHNS

**MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA: DISCURSO,
PATRIMÔNIO E PODER
(1970 – 1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Francisco
Muraro

FLORIANÓPOLIS
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

KATIANNE BRUHNS

**MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA: DISCURSO
PATRIMÔNIO E PODER (1970 – 1990)**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro (Orientador)

Prof^ª. Dr^ª Maria Cristina Oliveira Bruno (Co-orientadora)

Prof. Dr. Marcelo Bernardo Cunha

Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Farias da Silva

Prof^ª. Dr^ª Janice Gonçalves

Prof^ª. Dr^ª Andréa Ferreira Delgado

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli

*“Por isso, igual a muitas mulheres antes e depois de mim, passei minha vida como uma criatura disfarçada. À semelhança da parentela que me precedeu, andei cambaleante em saltos altos e fui à igreja usando vestido e chapéu. No entanto, minha cauda fabulosa, muitas vezes, aparecia por baixo da bainha do vestido, e minhas orelhas se contorciam até meu chapéu sair do lugar, no mínimo cobrindo meus olhos e às vezes indo parar do outro lado da nave. Não me esqueci da canção daqueles anos sombrio, **hambre del alma**, a canção da alma faminta; mas também não esqueci do alegre **canto hondo**, o canto profundo, cuja letra volta à nossa mente quando nos dedicamos à regeneração do espírito.*

(...) Uma vez que as mulheres a tenham perdido (a mulher selvagem) e a tenham recuperado, elas lutarão com garra para mantê-la, pois com ela suas vidas criativas florescem; seus relacionamentos adquirem significado, profundidade e saúde; seus ciclos de sexualidade, criatividade, trabalho e diversão são restabelecidos; elas deixam de ser alvos para as atividades predatórias dos outros; segundo as leis da natureza, elas têm igual direito a crescer e vicejar. Não importa o que aconteça esta construtora, mãe e mentora selvagem, dá sustentação às suas vidas interior e exterior (...) faz com que as mulheres se lembrem de quem são e do que representam.”

Extraído do livro de Clarissa P. Estés,
Mulheres que correm com lobos.

Dedico esta tese aos meus filhos, Nicholas e Matheus...

*E, também, ao **Tempo...** que, como categoria da história plena de múltiplos significados é, antes de mais nada, **revelador e curador.***

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade que me abriu novos caminhos para a serenidade.

Meus filhos, Nicholas e Matheus, companheiros amorosos e pacientes, com quem tenho orgulho de dividir meu cotidiano.

Aos meus pais, Bráulio e Iracema e aos meus irmãos, Adrienne, Gerson e Sandro, que mesmo diante das suas dificuldades pessoais ou da distância, incentivaram de uma forma e outra.

Um agradecimento especial a Danilo de Paiva Almeida pelo incentivo, pelas discussões nesta reta final e também pela felicidade explícita com a conclusão deste processo. É o estabelecimento de novos códigos em nossas vidas!

Aos meus orientadores Valmir Francisco Muraro, que acompanhou os altos e baixos desta caminhada e Maria Cristina Oliveira Bruno, grande incentivadora e que mesmo na distância se fazia presente.

Fernando Rocha e Silvana Maria Cardoso, como aquele grupo de teatro “Os melhores do mundo” estes dois são os melhores terapeutas do mundo.

Nazaré e Cristiane, secretárias maravilhosas, sempre tirando dúvidas e auxiliando em todo o processo.

Aos meus amigos do coração (Zau, Ariádne, Kádia, Andresa, Ana Maria, Silvana, Mirian, Paulo, Nires, Fernanda, Lenira, Nazareth, Jaisson, Giovana, Wilson, Jânia, Pádua, Serginho, Zé Edu, Mari, João Bento, Alexandre Martins, Marcelo Meller, Gabriela, Beth, Juan e Sônia, entre outros) que em nossos encontros sempre perguntavam interessados e incentivavam a conclusão de mais esta etapa da minha trajetória.

Fernando Livramento que durante um tempo foi um grande companheiro de trabalho e incentivador das pesquisas e entrevistas, que atento às novas tecnologias, facilitou em muito meu trabalho.

Aos entrevistados, que abriram novas possibilidades de discussão, socializando um pouquinho de suas vidas para “fazer história”.

Sem conseguir nominar tantos profissionais que me auxiliaram nas buscas, agradeço às instituições: Museu Histórico de Santa Catarina, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Cultura, Academia Catarinense de Letras, Arquivo Público do Estado, Arquivo da Assembléia Legislativa, Biblioteca

Central da Universidade Federal de Santa Catarina e Biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, por disponibilizar seus arquivos e acervos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Elizabeth Farias da Silva e Ricardo Müller, pelas instigantes discussões em uma das melhores disciplinas do Doutorado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 MNEMÓSINE COMO ANTÍDOTO AO ESQUECIMENTO.....	21
2.1 Panorama da Museologia Internacional.....	22
2.2 Panorama da Museologia Brasileira ou Uma Política para a Produção da Memória.....	29
2.3 A inserção do Museu Histórico de Santa Catarina na política museológica.....	33
3 PALÁCIO CRUZ E SOUSA, SAI O PODER ENTRA A CULTURA (?)......	44
3.1- “Oculta e nebulosa. É assim a história do Palácio Rosado”.....	44
3.2 Panorama Político.....	48
3.3 Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.....	57
3.4 Vinculação do MHSC ao discurso político-cultural.....	61
3.5 Museu Histórico de Santa Catarina: “De núcleo de poder a instituição cultural”.....	64
3.6 Museus enquanto Aparelhos Ideológicos.....	72
4 A FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO CATARINENSE.....	82
4.1 Os conceitos de Cultura, Identidade e Memória.....	82
4.2 Diferentes instituições, um só discurso.....	90
4.3 O sujeito histórico catarinense.....	96
4.4 - Políticas Culturais e os museus no Brasil.....	102
5 A DRAMATURGIA DOS ILUSTRES POLÍTICOS CATARINENSES OU A MUSEOGRAFIA DO MHSC.....	112
5.1 Acervo.....	112
5.2 Museu enquanto espaço de comunicação.....	115
5.3 A questão do espaço museológico.....	117
5.4 O discurso expositivo no MHSC.....	121
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
8 FONTES.....	164
8.1 Fontes Oraís:.....	164
8.2 Fontes Escritas:.....	164
8.3 Sítios da Internet.....	166
9 ANEXOS: FOTOS E DESENHOS DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA.....	167

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Número de Visitantes do MHSC de 1979-1987.....	138
--	-----

INDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1- Catálogo Lançado na Abertura da 1ª Exposição do MHSC na Casa da Alfândega em 1979.....	125
Foto 2 – Folder da Exposição do MHSC de 1979.....	126
Foto 3- Artigo sobre o MHSC na Gazeta de 14/10/1978.....	126
Foto 4- artigo sobre o MHSC em O Estado de 29/05/88.....	130
Foto 5 – Discurso do Governador Esperidião Amin de 30/08/1986.....	136
Foto 6 – Vista parcial dos Presentes à Reabertura do MHSC em 1986.....	137
Foto 7 – Vista Parcial da Galeria dos Ex Governadores.....	137
Foto 8 – Projetos Educativos Desenvolvidos no MHSC em 1979.....	142
Foto 9 – Projetos Educativos Desenvolvidos no MHSC em 1979 II.....	142

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Inicial do Museu Histórico de Santa Catarina.....	46
Figura 2 – Organograma da Estrutura e Funções dos Museus.....	113

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ACL – Academia Catarinense de Letras

AI – Ato Institucional

FCC – Fundação Catarinense de Cultura

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia do ICOM

IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MASC – Museu de Artes de Santa Catarina

MHSC – Museu Histórico de Santa Catarina

MinC – Ministério da Cultura

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MNES – Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale

SBM – Sistema Brasileiro de Museus

UDESC – Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Esta tese, ao fazer uma re-leitura da trajetória do Museu Histórico de Santa Catarina, analisa a rede que se forma entre patrimônio, discurso oficial do Governo do Estado de Santa Catarina e o poder de forma a compreender a política cultural aplicada entre as décadas de 1970 e 1980. Política esta que define conceitos e elege fatos históricos relevantes para a sociedade da época, bem como, sua representação através do patrimônio. Identificar o Museu Histórico de Santa Catarina enquanto um dos instrumentos políticos desta ação local é intrínseco à investigação, através de sua participação no processo de *catarinensização*, bem como, na formação da imagem do *bom político catarinense* levada a efeito através de suas exposições. Apesar de sua busca por um suporte museológico nacional e internacional inovador, sua ligação à política cultural local não permite avanços além da Museologia Tradicional, refazendo-se uma ideologia cultural conservadora e que almeja ser homogênea.

Palavras-chave: *Museu Histórico de Santa Catarina; patrimônio; discurso; poder; Museologia.*

ABSTRACT

This thesis by doing a re-reading the trajectory of the Historical Museum of Santa Catarina, analyzes the network that is formed between heritage, the official discourse of the State of Santa Catarina and power in order to get an understanding of cultural policy applied between the 1970 and 1990. Policies that have elected to define terms and historical facts relevant to the society of the time, and its representation through heritage. Identify the Historical Museum of Santa Catarina as a political instrument of local action is intrinsic to the research through its participation in the "catarinensização", as well as the formation of the image of "good political" of Santa Catarina State carried out through its displays. Despite its search for a museum support national and international innovation, your link to local cultural policy, does not progress beyond the traditional museology, and remakes itself a cultural conservative ideology and aims to be homogeneous.

Keywords: *Historical Museum of Santa Catarina, heritage, discourse, power and Museology.*

1 INTRODUÇÃO

Abandonando a impessoalidade do pesquisador outrora exigida pela História em relação ao seu objeto de estudo, nossas escolhas, caminhos e opiniões estão intrinsecamente ligados a nossa trajetória de vida. A isenção de opiniões é utopia¹. Assim foi a escolha do objeto de estudo desta tese: o Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Sousa.

Foi criado pela Lei N. 5.476, de 4 de outubro de 1977, no governo de Antônio Carlos Konder Reis², primeiramente, instalado no prédio da Antiga Alfândega foi transferido para o Palácio Cruz e Sousa (até então Palácio dos Despachos) em 1984.

O Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Sousa - sempre foi motivo de minha atenção. A suntuosidade da arquitetura acrescida pelas figuras de dois guardas uniformizados com suas baionetas e cumprindo seu posto à porta do Museu se destacavam na paisagem do centro da cidade.

Algumas visitas, alguns eventos sociais, aulas práticas do Curso de Especialização em Museologia da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC)³ e a organização da exposição arqueológica “No Quintal há História”, pela Geoarqueologia Consultoria Científica Ltda.⁴, contribuíram para me aproximar do Palácio Cruz e Sousa.

Nesta relação, uma inquietação interna gerou alguns questionamentos e curiosidades acerca deste Museu: *qual seria sua relação com a comunidade florianopolitana?* Qual o número de visitação de turistas e moradores da cidade? O visitante seria atraído ao museu pela suntuosidade de sua edificação ou pela exposição em si? Por ser a antiga sede do governo estadual, qual seria a função específica dos guardas à sua porta? Eles promoviam uma aproximação ou um

¹ Etimologicamente o termo deriva do grego e significa “que não está em nenhum lugar”. O seu uso tem origem na obra de Thomas More (1516), em que uma sociedade concebida para a prática da virtude e a obtenção da felicidade, de onde estão excluídos o dinheiro e a propriedade, é apresentada como solução para o egoísmo da vida privada e pública da Europa de então. Antes, na obra de Platão “A República”, utopia é a descrição de um lugar ou uma sociedade humana ideais.

² Foi senador de 1963 a 1975 quando assumiu o governo do Estado de Santa Catarina, posição que ocupou até o final do mandato em 1979. Museólogo de formação, foi durante a sua gestão que se efetivaram as primeiras ações para a instalação do MHSC.

³ Em 13 e 14/12/1999, no Módulo de “Conservação de Bens Culturais”.

⁴ De 15 de agosto a 14 de setembro de 2003.

distanciamento do público? A museografia que reflete o discurso do museu oferecia ao visitante uma reflexão ou um diálogo? Tais indagações permitiram a formulação da questão que se tornou mola propulsora da pesquisa nos primeiros meses: qual o discurso político deste museu?

A partir daí, novas questões foram surgindo durante a pesquisa. Um leque se abriu a partir das fontes e o contexto histórico permitiu uma nova compreensão sobre o MHSC.

Compreender a função ideológica do patrimônio requer uma análise minuciosa do contexto histórico do período em que se decidiu pela criação de um Museu Histórico que representasse o Estado de Santa Catarina, bem como uma análise da formação e da organização de seu acervo – uma vez que o “objeto não fala por si”, mas, ganha significado a partir do momento em que é inserido num contexto museográfico⁵.

A procura pelas fontes teve como ponto de partida o próprio Museu Histórico de Santa Catarina através de sua documentação interna. Constatamos que o Museu não possuía um arquivo interno de sua própria história e então seguimos para outras instituições que poderiam nos fornecer aquilo que buscávamos e um quadro da época. No museu, ainda, obtivemos os telefones das antigas diretoras.

Nosso primeiro contato foi com a Sra. Jessy Cherem diretora do museu desde a sua fundação até o ano de 1987. Em uma primeira conversa com a mesma, esta já nos forneceu informações importantíssimas do dia-a-dia do Museu e alguns novos contatos.

A pesquisa concentrou-se no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, entre falas de governantes e planos de governo. Depois, uma minuciosa pesquisa nos arquivos da Fundação Catarinense de Cultura mostrou-se muito produtiva, pois encontramos relatórios mensais das atividades do museu durante a administração da Sra. Jessy Cherem e em menor número, da gestão da Sra. Sônia Malheiros Miguel.

Depois desta etapa, fomos chamados ao museu pela diretora atual que disse ter encontrado pastas que poderiam nos interessar. Eram caixas de arquivos em péssimas condições. Nelas encontravam-se cópias de artigos de jornais e textos voltados à Museologia; dois livros de assinatura de visitantes e outros documentos, como relatórios e memorandos. Fizemos uma triagem e escolhemos aqueles que contribuiriam para nossa pesquisa.

Algum tempo depois, a mesma situação se repetiu, mas a quantidade de material era bem maior. Num armário encontramos mais

⁵ Discurso e forma de apresentação dos objetos ao público.

de vinte caixas com documentos diversos, fizemos a seleção e fotocopiámos aqueles que nos interessavam. Estes estavam em melhores condições, pois eram documentos mais recentes (por este motivo poucos foram selecionados).

A Biblioteca Pública do Estado nos forneceu uma contextualização das décadas de 1970 e 80 através da imprensa, em uma pesquisa pelos oito jornais publicados na época. Na Assembléia Legislativa consultamos diversos projetos, entre eles o que alterou o nome do Palácio dos Despachos - conhecido como Palácio Rosado - para Palácio Cruz e Sousa.

Na busca por esta contextualização e na medida em que a pesquisa sobre o Museu avançava, percebemos que havia um grupo de intelectuais que se destacavam na política cultural do Estado. Por este motivo, buscamos os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras, instituições que congregavam intelectuais e políticos na época.

Vinte e três anos de atas do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina foram pesquisados, documentos importantíssimos onde percebemos os sujeitos históricos que atuavam na área cultural nas décadas de 1970 e 80, pois são fontes que relatam falas, idéias e ações de forma muito clara, identificando pessoas e posicionamentos da instituição diante dos diversos acontecimentos da época.

As fontes revelaram os nomes de alguns dos nossos entrevistados, pessoas que estavam ligadas não só ao museu, mas, atuavam em outras instituições culturais e educacionais na época. Algumas entrevistas se revelaram surpreendentes e puderam preencher lacunas deixadas pela documentação escrita: as entrevistas com os professores Carlos Humberto Pederneiras Corrêa e Jali Meirinho, ambos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Grupo de Estudos que organizou e viabilizou a estrutura para a criação do Museu Histórico de Santa Catarina.

Outras entrevistas igualmente importantes foram realizadas com as Sras. Jessy Cherem (1976 a 1987) e Sônia Malheiros Miguel (1987 a 1990), antigas diretoras do Museu Histórico; Rosilda Deolinda de Farias Schroeder – funcionária da instituição de 1986 a 1996).

Em um primeiro momento, esta tese centrou-se no Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Sousa – porém, na medida em que tivemos acesso à documentação e às pessoas ligadas ao Museu Histórico este quadro, que era apenas institucional, foi crescendo e sendo ampliado para uma rede de relações entre as instituições culturais das décadas de 1970 e 80.

Surge na década de 1960 e 70 um movimento, incorporado pelo governo do Estado que centralizava suas ações em uma política cultural voltada a valorizar a produção intelectual, chamada na época, de “genuinamente catarinense”.

Diante do exposto, lançamos algumas hipóteses:

Uma vez que nenhuma instituição museológica é apolítica, haveria uma relação entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o poder político estadual? Em caso afirmativo, de que forma esta relação se estabelecia? Qual a relação entre museu, história, política e poder a partir das concepções museológicas e museográficas adotadas no Museu Histórico do Estado de Santa Catarina: qual a política institucional adotada por este Museu no contexto, questionando sua contribuição e seu discurso expositivo. O Museu Histórico de Santa Catarina foi utilizado como um instrumento de uma política cultural mais ampla? De que forma?

Partindo do princípio que a criação de museus é uma das muitas experiências do homem – visto aqui como indivíduo constitutivo de uma identidade, produto e produtor de sentido e de representação diante do que concebe como realidade, nossa hipótese se desdobrou e procurou perceber também as realidades cotidianas do Museu Histórico de Santa Catarina nas décadas de 70 e 80 em uma busca para reconhecer os grupos e identificar o projeto que caracterizou estas décadas.

Outra hipótese considerada foi a vinculada desta instituição museológica que sempre esteve atrelada ao poder político estadual pela escolha de sua especificidade: o Museu Histórico de Santa Catarina deveria ter um cunho político – e a perda deste foco durante as décadas estudadas nesta tese. Atualmente, o Museu Histórico de Santa Catarina não é visto como um museu de referência dentro da especificidade a que se dispôs. De acordo com algumas entrevistas “o museu saiu dos trilhos”. Quando e em que contexto isso aconteceu? Até onde as mudanças políticas regeram ou regem o cotidiano do museu? Onde sua função museal se perdeu? Por ter sido sede do governo do Estado, até onde este museu é completamente abafado pela suntuosidade do prédio e de sua arquitetura, ou seja, como o museu sucumbe à autoridade do imóvel. Esta reflexão surgiu a partir de algumas informações, também, coletadas nas entrevistas: *não existe museu, mas sim, o palácio*. Quando pensamos na materialização do discurso oficial através da exposição, aqui refletido no acervo doado para a organização do museu, há a possibilidade deste museu se reconhecer enquanto instituição/ estrutura fundante das ideologias oficiais do Estado de Santa Catarina? Ou seja, o Museu Histórico de Santa Catarina consegue, pelas suas exposições,

instituir uma imagem de um padrão da figura política em Santa Catarina?

Uma terceira hipótese levantada, na medida em que a pesquisa avançava procurava averiguar a atuação e a importância do Museu Histórico de Santa Catarina na formação do sujeito histórico catarinense desenvolvida pelo governo do Estado no período, que traz em seu bojo relação entre o poder político e a idealização de uma cultura catarinense homogênea. No panorama catarinense das décadas de 70 e 80, onde instituições museológicas, também, surgiram como fontes oficiais da história - revelando através de seus acervos justificativas para construção e constituição de discursos e práticas- é que buscamos perceber as práticas políticas e os mecanismos utilizados para criação de uma identidade genuinamente catarinense, tendo como um dos representantes desta intrincada trama, o Museu Histórico de Santa Catarina. Ou seja, até que ponto utilizou-se o discurso museológico nacional e internacional na época para a criação de um museu com fins específicos?

Estas hipóteses definiram minha tese: O Museu Histórico de Santa Catarina tornou-se um instrumento político do Governo do Estado de Santa Catarina na tentativa de forjar o sujeito histórico catarinense e na afirmação da figura do *bom político* (durante a reabertura política), perdeu, no período estudado, seu vínculo com o conceito de museu definido pelo Conselho Internacional de Museus/ ICOM.

Para tanto, foi necessário percorrer as redes de poder estabelecidos através das hipóteses lançadas e promover um diálogo constante entre a história oral e as fontes escritas.

Devemos perguntar às fontes como e porque o discurso político-cultural das décadas de 1970 e 80 chegou a ser o que era. Não buscaremos explicá-los, mas interpretá-los para percebermos as articulações entre discurso e prática.

Esta pesquisa teve início com um levantamento das bibliografias existentes e posterior investigação minuciosa nos arquivos e bibliotecas públicos, bem como, de particulares. Estas ações foram seguidas de entrevistas realizadas com pessoas ligadas à formação do Museu Histórico de Santa Catarina, bem como, diretoras e funcionárias.

Objetivando expor de forma clara as investigações feitas e as reflexões que se seguiram, esta tese foi dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro capítulo de introdução que desenvolve o tema, as questões, objetivos, hipóteses e métodos da pesquisa. O segundo capítulo aborda o panorama da Museologia internacional e nacional,

objetivando compreender qual o modelo de instituição museológica que seguimos no Brasil e procurar inserir o MHSC neste contexto.

No terceiro capítulo, o Museu Histórico de Santa Catarina será o centro das atenções. Sua criação, abertura, trajetória e compreensão do seu cotidiano a partir dos documentos internos, dos jornais e das entrevistas feitas, assim como, as análises para tentar compreender o contexto das décadas de 1970 e 80 no Estado e no Brasil.

O quarto capítulo abordará outras questões vinculadas ao Museu Histórico, em uma tentativa de inseri-lo num contexto mais amplo, numa rede de poder e de discursos que delinearam a trajetória da cultura catarinense na década de 1970 e 80. Perceber a política estadual e a formação do sujeito histórico catarinense, através de discursos oficiais do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Academia Catarinense de Letras e Fundação Catarinense de Cultura.

O quinto capítulo tratará de unir através de um estudo do acervo o discurso expositivo, buscando a representação do sujeito catarinense na museografia do Museu Histórico e a imagem do *bom político*. Aqui, discurso e o poder estão presentes dando-nos um aporte teórico necessário para a compreensão dos movimentos e limites dos grupos, das falas e das representações criadas para este museu.

Inseridos nos quatro capítulos de desenvolvimento da tese, são abertas três frentes de discussões: a primeira sobre cultura, identidade e memória; outra sobre o patrimônio e “museu” e numa terceira reflexão, de que maneira o poder é exercido através dos discursos em instituições museológicas como o Museu Histórico de Santa Catarina, abordado na visão de museu enquanto aparelhos ideológicos de poder.

Alguns autores com os quais mantivemos diálogos recorrentes nesta tese precisam ser citados. Entre eles, Maria Cristina Oliveira Bruno e Mário Chagas, na área da Museologia. Com relação às políticas culturais no Brasil e a formação da nação e de sua memória, dialogamos com José Reginaldo Santos Gonçalves, Lílian Schawrcz e Marilena Chauí. Michel Foucault participa na análise do discurso revelador da ação do poder local, as inclusões e exclusões permitidas. Nas questões sobre cultura, memória e identidade, além de Stuart Hall, trazemos Jacques Le Goff e Ulpiano Bezerra de Meneses. Todos estes diálogos, aqui na tese, gravitam em torno da reflexão acerca da trajetória do Museu Histórico de Santa Catarina, sua postura institucional e seu significado histórico.

2 MNEMÓSINE COMO ANTÍDOTO AO ESQUECIMENTO

O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos. (...) Reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos.⁶

*Mnemòsine é a mãe das Musas, geradas em sua união com Zeus, de acordo com a mitologia grega. As Musas são responsáveis, no panteão grego, pela manutenção da identidade do seu próprio universo, porém, não são deusas, mas, forças divinas capazes de tornar presentes fatos passados e futuros através das palavras cantadas. O homem não as possui, no sentido material da palavra, mas, as sente na medida em que recorre à memória contra o esquecimento, nominando-as. (...) as Musas evoluem em torno da fonte da Memória e do altar de Zeus, expressão do poder da divindade, forte filho do Tempo – seduzindo os ouvintes com a sua voz.*⁷

Nesta ligação mítica entre os museus e as musas, percebemos sua vinculação aos lugares de memória e às estruturas e relações de poder. Reconhecendo que a história é dinâmica e de que cada momento histórico guarda em si suas especificidades, as instituições denominadas *museus* fazem parte de contextos específicos e procuram sempre responder a eles, seja através de sua organização, seja através do acervo selecionado ou daquilo que é considerado importante para ser mostrado ao seu público. Identificamos em vários autores uma periodização que caracteriza fases diferenciadas no processo histórico de formação destas instituições e desejamos que o leitor perceba que a instituição museu não tem a capacidade de preservar – no sentido de manter o objeto imune às transformações do tempo/ espaço – o objeto, mas, que este adquire um acúmulo de releituras e narrativas através do tempo, guardando sempre resquícios e marcas de construções anteriores. As transformações do tempo/espaço criam necessidades de preservação e adequações destas instituições que se refletem na seleção dos acervos e na construção de narrativas mais adequadas frente à realidade em questão.

⁶ CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**: Museu e Políticas de Memória. N. 19/2002. P. 36.

⁷ SCHEINER, Teresa C. M. **Apolo e Dionísio no templo das musas**: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. Dissertação de Mestrado/ ECA/ UFRJ, 1998. p. 18.

2.1 Panorama da Museologia Internacional

Duas formas de olhar o panorama da museologia internacional são necessárias: a primeira, uma breve periodização utilizada para uma localização temporal, que não pode ser compreendida sem a segunda forma de olhar: através dos debates e reflexões dos profissionais da área.

Alguns períodos históricos destacam-se por reverem conceitos lançando novos questionamentos sobre o contexto e sobre instituições. Em um primeiro momento, por volta do século I a.C., o ícone era o Museu de Alexandria, criado por Ptolomeu e destruído por distúrbios civis no século III, que apresentava alguns objetos, incluindo estátuas de pensadores, instrumentos astronômicos e cirúrgicos, trombas de elefantes e peles de animais, além de um parque zoológico e botânico. Assemelhava-se mais a uma universidade ou academia filosófica destinado a proeminentes bolsistas mantidos pelo Estado.

Waldisa Rússio Guarnieri, em sua dissertação de mestrado expõe uma periodização da trajetória dos museus que auxilia a compreensão das transformações e releituras destas instituições diante de contextos históricos diferenciados. A autora ressalta o *Museu de Alexandria*, que apesar de ser mais comparado ao germe de um *campus* universitário, as instituições que se seguiram mantêm algumas de suas características: *o modelo aristocrático, que tornava o museu acessível apenas à nobreza e um fazer museal que, embora ligado à criação e à produção científica de um lado e, de outro, ao ensino da ciência, se caracterizava por estar restrito ao cientista que se abrigava na corte, às expensas do Estado, cujo poder reflete*⁸.

Na Renascença os museus assemelhavam-se a *gabinetes de curiosidades* dos cientistas e estudiosos e promoviam a representação do poder dos príncipes. Para os museus, neste período, há um afastamento entre os museus de arte - que colaboram para o surgimento da disciplina de História da Arte - e os museus científicos. É um período de grandes transformações e Durval de Lara Filho⁹ em seu trabalho intitulado *Museu: de espelho do mundo a espaço relacional* trata das mudanças na relação entre o museu e seu acervo, estabelecida de acordo com os diferentes momentos históricos, e ressalta que este é um período que

⁸ GUARNIERI, W. R. Museu, Museologia, Museólogos e formação. In: **Revista Museo**. 1(1): 7-11, 2º sem, 1989.

⁹ LARA FILHO, Durval de. **Museu: de espelho do mundo a espaço relacional**. Dissertação Mestrado/ Ciência da Informação/ ECA/ USP, 2006.

traz em seu bojo a organização das Enciclopédias, onde o inventário e a fragmentação do mundo tomam o lugar destes gabinetes de curiosidades. O museu desenvolve uma linguagem enciclopédica e universalista, desenvolvendo práticas classificatórias e educativas.

Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos¹⁰

os museus passaram a selecionar e ordenar objetos de períodos históricos e civilizações distintas de forma a indicar os estágios sucessivos por que passavam os indivíduos em seu desenvolvimento, fosse ele natural, artístico ou histórico, pois acreditava-se em um padrão uniforme de desenvolvimento. Discussões metodológicas substituíram escolhas pessoais nas aquisições, técnicas de apresentação e armazenamento de objetos.

Neste período, o Museu do Louvre (França) e o Ermitage (Rússia) foram abertos ao público, publicizando relíquias reais em prédios gigantescos e luxuosos, evidenciando a pretensão destas instituições em tornarem-se templos do saber, da riqueza e do poder. Como exemplo, o Museu Nacional Alemão, de Nuremberg, criado em 1853, que possuía tesouros prestigiados pela burguesia e o Museu Nacional da Bavária (Alemanha), criado em 1855, que procurava fortalecer a nobreza na construção de um discurso nacionalista demonstram na análise da autora que *a memória não é uma só, serve interesses e torna-se objeto de disputa entre aqueles que têm a possibilidade de utilizá-la*.¹¹

Precisamos destacar aqui, que estas instituições não se voltavam apenas para os tesouros nacionais, mas para a posse daquelas relíquias consideradas universais, através dos movimentos expansionistas dos Estados Nacionais. Neste quesito, o Metropolitan Museum (Estados Unidos), fundado em 1872, pode ser considerado hoje como um dos principais museus que expõem obras de arte que representam as mais diversas civilizações existentes.

José Neves Bittencourt¹² ressalta que

¹⁰ SANTOS, Myrian S. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 19/ 2002. p. 103.

¹¹ SANTOS, M. S. Idem. p. 103.

¹² BITTENCOURT, J. N. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. V. 28. s/d. P. 14.

tanto os Gabinetes quanto a Enciclopédia são, em última análise, repositórios de informações sistematizadas e recuperáveis. São equipamentos de ciência gerados pela prática da classificação. São, os dois, interposições entre as coisas e as palavras, quer dizer, entre o natural e o humano. É interessante observar que tal interposição, produto da classificação, resulta em um simulacro da natureza, perfeitamente controlado pelo entendimento humano.

Com o Iluminismo, que traz uma nova dimensão no modo de pensar o mundo, Teresa Cristina Scheiner¹³ ao tratar o museu, a racionalidade e a representação, diz que a *singularidade do presente se dá numa relação com o passado, que o acontecimento, como emergência do novo, institui o que já aconteceu como condição de inteligibilidade do que pode vir a ser* e que com isso há uma necessidade de voltar-se ao passado e que com esta historicidade se constitui o homem do século XIX, numa nova relação consigo, com o espaço e com o tempo.

Na passagem do Iluminismo para o Romantismo, os museus dos príncipes e dos reis passam a ser os museus das nações, como o Museu do Louvre e o Museu Britânico, preocupados com a ética na aquisição de acervos, momento em que a burguesia leva para as organizações museais seus padrões estéticos, organizacionais e políticos numa tentativa de reconhecimento social. Não somente acompanhar os passos de sucesso das Enciclopédias, mas acompanhar a emergência deste espírito científico vai alterar a visão de museu e também sua forma de organização. Esta preocupação em criar símbolos e caracterizar as nações é demonstrada nas coleções e faz parte das narrativas das exposições.

A industrialização vai solicitar dos museus uma especialização e profissionalização maior, em função da diversificação dos acervos e da emergência de novos públicos para estas instituições. Abandonam, então, a mera descrição físico-externa dos objetos para absorver técnicas apropriadas e compatíveis com os diferentes acervos, demonstrando uma preocupação com a organização burocrática e estrutural destas instituições.

¹³ SCHNEINER, T.C. **Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental.** Dissertação Mestrado/ ECO/UFRJ, 1998, P. 58 e ss.

A partir de meados do século XX com as mudanças sociais, há um maior questionamento da organização museal em sua forma e estrutura, como também, em sua filosofia e prática. Ou seja, os museus estão sendo redescobertos, enquanto instituições ativas, na medida em que repensam e questionam suas estruturas e conteúdos, buscando desta forma, interagir com a comunidade que lhes cerca, multiplicando a esfera da musealização patrimonial. Aqui entendemos musealização como *um processo constituído por um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação*¹⁴. Também, esta idéia não pode ser tomada de forma isolada, mas, como parte de um grande processo de reflexão dos profissionais da área da Museologia e de áreas afins.

Podemos identificar esta idéia nos trabalhos publicados por Maria Cristina Bruno e Marcelo Araújo¹⁵, que analisam os encontros, reuniões e discussões do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e de seus diversos representantes internacionais, onde buscam atualizar e rever as posturas das instituições museológicas e seus conceitos. Baseados no antigo colecionismo, e historicamente vistos como espaços elitizados, os museus buscam a partir de meados do século XX, sua redefinição enquanto espaços sociais ativos.

A gênese de uma suposta organização, em busca de uma teoria que satisfizesse as necessidades dos diversos museus, acontece no Rio de Janeiro em 1958, no Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus. Neste Seminário, foram discutidas questões fundamentais para a evolução da Museologia¹⁶, em busca por desvincular-se das tradicionais atividades dos Museus, que até então se espelhavam nos antigos *Gabinetes de Curiosidades* e em suas metodologias tradicionais e, também, sobre a contribuição dos museus para o reconhecimento das identidades culturais. Este seminário buscou proclamar um desenvolvimento humano integral (homem possuidor de cultura e inserido no meio ambiente preservado e racionalmente

¹⁴BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Cadernos de Sociomuseologia**, 9, 1996, ULHT, P. 67 e 68.

¹⁵BRUNO, Maria Cristina Oliveira e ARAÚJO, Marcelo Mattos Araújo. (org.) **A memória do pensamento museológico contemporâneo**. Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

¹⁶ Museologia, segundo Waldísia Rússio Guarnieri (1989) “é a ciência do fato museal ou museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa, e sobre o qual tem o poder de agir. O fato museológico realiza-se no cenário institucionalizado do museu”.

utilizado), e, ainda, contribuir para um equilíbrio entre assimilação tecnológica e o resguardo dos valores ancestrais.

Reconhece, então, o Museu como instituição ativa e lhe confere a capacidade de inserção na comunidade, embora posando, ainda neste período, como centro das discussões, de onde fluiriam contribuições. Ou seja: de dentro (museu) para fora (comunidade). Permeando estas questões, salientou-se que o *objeto* é o cerne do Museu, portanto, passível de ser um instrumento de educação, podendo se utilizar de diferentes meios de comunicação para a atuação museológica.

Posteriormente, na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, foram revisados os Estatutos do Conselho Internacional de Museus e redefinido o conceito de Museu, reconhecendo-se sua *dimensão política* (grifo nosso). Conceitos importantes foram inseridos no campo da Museologia, como o de *Museu Integral*, que considera a totalidade dos problemas da sociedade e de *Museu Ação*, onde este é visto como instrumento dinâmico de mudança social. As discussões alcançaram um nível onde a instituição museu passa a interagir com a sociedade, reconhecendo seus problemas e agindo conjuntamente para solucioná-los.

Diante da importância desta Mesa Redonda de Santiago para a evolução do pensamento museológico internacional, destacamos algumas resoluções obtidas então: o museu passaria a ser visto como parte integrante da sociedade, o que lhe permitiria interagir com a comunidade, buscando um desenvolvimento conjunto. O museu teria um papel decisivo na educação, e do qual não poderia furtar-se, devendo contribuir na difusão dos conhecimentos científicos e técnicos.

Desta Mesa Redonda em Santiago do Chile, também, sairiam recomendações importantes apresentadas a UNESCO, como a necessidade de se utilizar diferentes meios de difusão a fim de divulgar o conceito de Museu Integral e Museu Ação (e referendá-los nas diferentes esferas político-administrativas) e a necessidade de se incentivar a abertura de centros de formação profissional.

Segundo Maria de Lourdes Parreiras Horta, este documento provocaria *um movimento irreversível (no contexto latino americano), de abertura para o entorno e para a realidade em que se situam estas instituições*¹⁷.

Outra fase se inicia com a Declaração de Quebec (1984), formulada por museólogos de forma autônoma, a partir de insatisfações

¹⁷ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. In: **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo**. Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM. 1995. P. 34.

advindas de atitudes do ICOM. Neste encontro é fundado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Este grupo almeja uma continuidade das reflexões surgidas em Santiago do Chile, dedica-se a uma *Nova Museologia* preocupada com o contexto social, onde destacaríamos quatro aspectos: os testemunhos materiais e imateriais deveriam ter por objetivo, num primeiro momento, a experimentação, para posteriormente constituírem coleções; a investigação e a interpretação deveriam identificar e encaminhar soluções de problemas voltados ao contexto social; a utilização da interdisciplinaridade como meio da Museologia contribuir para o desenvolvimento comunitário e a comunidade – enquanto público – passa a ser vista como agente transformador.

Na busca pela compreensão desta evolução do pensamento e da prática museológica acontece o Seminário “A Missão do Museu na América Latina Hoje: novos desafios”, em Caracas (1992), provocando um avanço no campo teórico e procurando não perder de vista os conceitos e análises originadas em Santiago.

A *Declaração de Caracas* é resultante deste Seminário e seu conteúdo contempla o conceito de *Museu Integral* que é reformulado, onde se propõe a “*queda dos ‘muros’ dos museus, levando-os a expandir-se no enfoque do território e da problemática da vida humana e social*”¹⁸.

A comunidade deveria ser vista como co-gestora do patrimônio; a função do museu deveria ser desempenhada através de ação concreta e específica, integrada com a comunidade, agindo como parceiro desta no desenvolvimento regional, e para tanto, a reformulação do conceito de *museu integral* para *museu integrado* à vida da comunidade, visto como um meio de comunicação entre território- patrimônio- sociedade.

A discussão teórica revertida na prática, aplicando este conceito de Museu Integral, aproximou a instituição museu da comunidade, abrindo, segundo Maria Cristina Bruno¹⁹ “novas perspectivas conceituais e técnicas para a Museologia”.

Diante deste panorama e do Pensamento Museológico Internacional, precisamos dar ênfase ao movimento que embasou os critérios de uma Nova Museologia. Para isso, aproveitamos as reflexões

¹⁸ Idem. P. 34.

¹⁹ BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia para Professores: os caminhos da Educação pelo Patrimônio**. Centro de Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Coordenadoria de Ensino Teórico, São Paulo, 1998. P. 87.

de Manuelina Maria Duarte Cândido²⁰ informações sobre as discussões que deram origem ao movimento da Nova Museologia contidas em *Vagues*, uma publicação da associação *Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (MNES), criada em 1982, por Évelyne Lehalle, Chantal Lombart, Alan Nicolas e Willian Saadé.

Através de um panorama internacional, Manuelina M. C. Duarte identifica pontos de referência que, segundo André Desvallées²¹, contribuíram para a gestação da Nova Museologia, temas que vão desde a reflexão sobre a questão do patrimônio até a criação de novos conceitos de museus (museu de vizinhança, ecomuseu, entre outros). Dentre estes pontos de referência estão todos os escritos de Rivière²² e Varine-Bohan²³, diretores do ICOM, entre 1946 e 1962 e o lançamento do livro de Freeman Tilde²⁴ sobre a interpretação do patrimônio (1957); a Jornada de Lurs (1966) que originaram a criação de diversos museus de sítios nos anos seguintes e a criação do conceito de ecomuseu, mais tarde formulado por Georges Henri Rivière e H. de Varine-Bohan; o Primeiro anúncio público do termo ecomuseu (Dijon, 1971); o Seminário sobre museu de vizinhança, nos Estados Unidos (1969); a nona conferência do ICOM, 1971, em Paris, Dijon e Grenoble, com o tema: “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã” e a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972).

Para uma compreensão destas posturas surgidas com as reflexões da Nova Museologia destacamos dois pontos importantes nas análises de Manuelina M. D. Cândido: o primeiro diz respeito à posição de André Desvallées acerca das inovações deste movimento; quanto à postura do museu diante da sociedade – preocupação com a qualidade e não com a quantidade, tanto de público, quanto na comunicação.

O museu enquanto lugar específico para o estudo das relações do homem e de sua realidade. Depois, com Peter van Mensch, a partir

²⁰ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Ondas do pensamento museológico brasileiro**. ULHT, 2003.

²¹ André Desvallées (França) – Inicialmente pensou o Museu e a Museologia sob um prisma tradicional, mas, a partir da década de 1980, passa a privilegiar o caráter fenomênico do Museu e os novos paradigmas sociais, se tornando um dos principais responsáveis pelo movimento da Nova Museologia. Define a Museologia seguindo as idéias de Stránský e Gregorová, como a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade. Hoje, juntamente com François Mairesse, Desvallées é um dos teóricos do ICOFOM (Comitê Internacional de Museologia do ICOM) que propõem uma redefinição do conceito de Museu. In: <http://www.unirio.br/museologia/escolademuseologia/algumasvisoes.htm>

²² Henri Rivière (França: 1897-1985) – Museólogo. Primeiro diretor do ICOM.

²³ Hugues de Varine-Bohan (França) – estudioso das áreas de História, Arqueologia e História da Arte. Foi diretor do ICOM – criado em 1946 e associado a UNESCO.

²⁴ Freeman Tilden (Massachusetts: 1883-1980) .

do rompimento com a idéia de coleção como base dos processos museológicos e a importante contribuição da América Latina, o conceito de museu integral: entrando em cena, o que este autor chamaria de *experimentação social*.

2.2 Panorama da Museologia Brasileira ou Uma Política para a Produção da Memória

No que se refere ao Brasil, seguimos duas linhas de pensamentos que acreditamos sejam complementares para uma visão mais ampla do processo museológico brasileiro.

Em um primeiro momento, a partir das explicações acerca do pensamento museológico internacional, procuramos verificar o que se pensava aqui no Brasil e em outro momento, identificar a trajetória de algumas instituições museológicas nacionais. A produção de um pensamento museológico nacional se dava entre os eixos Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, por concentrarem instituições de grande porte (Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Imperial, Museu Paulista, Museu de Arte Moderna, entre outros), bem como, escolas de Museologia (Escola de Museologia da UNIRIO).

Museólogos, profissionais de museus e áreas afins acompanhavam e participavam das reflexões do pensamento museológico internacional, atuando em museus e instituições congêneres no Brasil. A partir do trabalho de Manuelina Maria Duarte Cândido, destacamos três pontos amplamente discutidos e estudados por alguns profissionais como Waldisa Rússio Guarnieri, Maria Cristina Oliveira Bruno, Mário Chagas, Maria Célia Santos e Maria de Lourdes Parreiras Horta, fazendo-se a revisão de posturas institucionais geradas pelas discussões acerca da crise dos museus em nível internacional, procurando releituras e readequações diante dos novos contextos; reflexões conceituais a partir da definição de *fato museal* por Waldisa Rússio Guarnieri, relação homem X objeto X cenário e a busca pela organização epistemológica da Museologia compreendida nas reflexões de Maria Cristina Oliveira Bruno, enquanto uma Disciplina Aplicada.

Em um segundo momento, para compreender a trajetória das instituições museológicas no Brasil, acompanhamos Maria Margaret Lopes e sua reflexão acerca da institucionalização das Ciências Naturais no país durante o século XIX, sob a ótica dos Museus de História Natural remetendo às novas atitudes que a Europa Ocidental manteve

com o *passado*, com as partes desconhecidas do planeta e com a natureza. Nesta explanação, a autora faz referência a Foucault, quando ele trata em “A Palavra e as Coisas” do início da História Natural:

Foucault nos conta que do ‘primeiro olhar minucioso’ sobre as coisas, de suas ‘descrições neutras e fiéis’ os estudiosos começaram a depurar a realidade, a separar a observação da fábula, e dessa ‘purificação’ constituiu-se a primeira história, a história da natureza. Os documentos desta nova história, ainda de acordo com a visão crítica de Foucault, são os locais onde as coisas se colocavam ‘objetivamente’ umas ao lado das outras, agrupadas de acordo com seus traços comuns, uma vez já analisadas e catalogadas com seus nomes próprios – são os herbários, as coleções, os jardins. Os gabinetes e jardins de História Natural dessa época passam a substituir seus antigos mostruários por exposições catalogadas, que se tornam um modo de introduzir na linguagem sobre o mundo ‘uma ordem que é do mesmo tipo que se estabelece entre os vivos’, apresentando assim uma nova maneira de se fazer a história.²⁵

Segundo Maria Margaret Lopes, os museus criados entre os séculos XVII e XVIII que se proliferaram ao redor do mundo, principalmente, no século XIX, foram responsáveis por uma *mobilização geral do mundo, que está na base do processo intrincado que forjou as Ciências Naturais*, onde os museus tornaram-se espaços para a *articulação do olhar dos naturalistas*, abandonando a forma do que chamamos *gabinetes de curiosidades* para instituições de *produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes*.

Esta é a herança que recebemos, quando, em função da crise no Antigo Sistema Colonial, a Família Real se transfere para o Brasil, estruturando na Colônia instituições aos moldes europeus. Esta afirmação não quer dizer que estes modelos tenham sido embutidos no contexto brasileiro sem qualquer tipo de ajuste.

²⁵ LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo, HUCITEC, 1995. P. 13.

Quando tratamos aqui do *modelo* de instituição museológica trazida da Europa, desejamos demonstrar que, a oportunidade criada no Brasil, com a vinda Família Real e, conseqüentemente, todas as alterações necessárias a esta nova acomodação política, social e cultural, passava pela necessidade de inserir o Brasil no contexto mundial.

A dinâmica própria de cada instituição criada deste novo contexto – Museu Nacional (1818), Museu Paulista (1892), o atual Museu Emílio Goeldi (1866), entre outros – nos possibilita perceber que, além do modelo trazido da Europa, havia um movimento próprio de adequação ao contexto brasileiro.

Portanto, Maria Margaret Lopes²⁶, descarta a visão de que não havia produção científica no Brasil até o início do século XX e afirma que os museus tiveram grande participação nesta produção, uma vez que institucionalizaram as Ciências Sociais e suas especializações no Brasil, apesar de reconhecer que a consolidação das mesmas deu-se a partir de uma rede de atividades e instituições chamadas científicas em um processo mais amplo.

Apesar disso, do objetivo de propagar aqui os conhecimentos e estudos já desenvolvidos na Europa, não podemos negar que a criação destas instituições tinha como objetivo *civilizar o Brasil*, seguindo o mesmo padrão enciclopédico, evolutivo e comparativo dos museus europeus, não oferecendo alternativa ao visitante – que no Brasil tinha um número bem reduzido.

Se no período monárquico esta era a imagem dos poucos museus brasileiros, o movimento republicano no Brasil, que segundo José Murilo de Carvalho “*esteve vinculado às proposições de uma minoria da população, consolidou-se com o apoio desta minoria, permanecendo bastante distante*”²⁷ do público em geral – podemos relacionar este fator a uma distribuição desigual de renda, informação e educação, característica histórica no Brasil.

De acordo com outro artigo de Myrian S. dos Santos, a história dos museus no Brasil difere destas instituições na América Latina, pois estes “podem ser compreendidos como parte das narrativas nacionais constituídas a partir de regimes de poder que entrelaçavam de forma desiguais antigas metrópoles e suas colônias” enquanto que no Brasil, *os símbolos criados após a declaração de independência marcaram a*

²⁶ Idem, P. 21.

²⁷ SANTOS, M. S. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n° 19/ 2002. P. 112.

*singularidade do Império, ou seja, um novo Estado que não procurava a ruptura radical com Portugal.*²⁸

A República traz discursos defensores da criação de instituições que procurassem preservar a memória do país. Neste quadro, destacamos Gustavo Barroso, escritor e político, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criador do primeiro Curso de Museus, que desde 1932 a 1970 formou técnicos para todo o país. Este defendia um estado forte, que deveria se colocar acima dos conflitos e divisões sociais, foi diretor do Museu Histórico Nacional com uma perspectiva autoritária e centralizadora, segundo Myrian Sepúlveda dos Santos, pois sua administração ofereceu um novo sentido para os grandes museus brasileiros, uma vez que o acervo deixava de ser constituído por elementos da natureza e passava a ser de objetos que representassem a história da nação.

Evento que também altera os rumos das instituições museológicas no Brasil é a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN), em 1937, que conviveu com esta postura já estabelecida, porém, passa a desenvolver uma concepção distinta, mais voltada a visão modernista de Mário de Andrade²⁹, modificando e diversificando suas narrativas.

Duas administrações destacaram-se a frente do SPHAN (atualmente IPHAN), a de Rodrigo Mello Franco de Andrade e a de Aloísio Magalhães. Entre 1969 a 1979, esteve à frente do IPHAN Renato Soeiro, que era colaborador próximo de Rodrigo Mello Franco de Andrade e, portanto, sem alterações na política da instituição, que trazia ainda uma forte visão evolucionista do patrimônio. A partir de 1979, com Aloísio Magalhães, o IPHAN abandona a visão do patrimônio enquanto uma busca pela tradição e civilização e adquire um caráter mais antropológico de modo a utilizar os conceitos até então em pauta como indicadores da diversidade cultural brasileira com vistas a um desenvolvimento.

²⁸ SANTOS, M. S. Museus Brasileiros e Política Cultural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19; nº 55, junho/2004. P. 56.

²⁹ Mário Chagas quando cita a própria visão de Mário de Andrade sobre o movimento modernista coloca: “Se por um lado lê representava ruptura e abandono de princípios e técnicas conseqüentes, por outro debruçava-se sobre a arte tradicional brasileira sustentado em três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional” In: CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu**. Chapecó: Argos, 2006. P. 61.

A criação do ICOM, em 1946, definindo orientações e o próprio conceito de museu, reflete no Brasil e nas décadas de 1950 e 1960, traz ênfase à conservação das coleções e também ao papel educacional destas instituições.

A política museológica brasileira nas duas décadas estudadas nesta tese (1970/80) procura se adequar a este movimento internacional de revisão dos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), no reconhecimento do objeto enquanto cerne do museu, bem como na dimensão política destas instituições. A educação nos museus, herança do Seminário Regional da UNESCO, em 1958 no Rio de Janeiro, ainda está em pauta também, através do valor didático designado às exposições; assim como a discussão do papel social do museu, decorrentes da mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972.

Apesar da visão modernista pensada por Mário de Andrade para uma instituição de preservação do patrimônio brasileiro, não podemos esquecer que a política museológica brasileira nas décadas de 70 e 80 recebe de herança características marcantes originadas no Estado Novo e no golpe militar de 1964. Com a criação em 1936 de uma Agência Federal de Proteção ao Patrimônio, sua preservação passou a fazer parte das tarefas do governo, através de uma política de cunho nacionalista e autoritária, que precisava produzir uma imagem singular do Brasil enquanto uma cultura moderna, civilizada e centralizada.

2.3 A inserção do Museu Histórico de Santa Catarina na política museológica

A institucionalização da cultura Estado de Santa Catarina ocorreu a partir dos anos 1950, embora desde a década anterior tivessem ocorrido fatos importantes onde percebemos o primeiro investimento na valorização da cultura no Estado. Destacamos a atuação do Grupo Sul ou Círculo de Arte Moderna que criou uma revista cultural denominada Revista Sul³⁰. Neste período contava com a participação de artistas plásticos, escritores, poetas como Aníbal Nunes Pires, Hassis, Eglê Malheiros, Salim Miguel, entre outros, tornando-se fonte para a divulgação de trabalhos e de reflexões acerca da cultura no Estado e a criação do Museu de Arte Moderna de Santa Catarina (MASC) por

³⁰ Revista Sul permaneceu em circulação de janeiro de 1948 a dezembro de 1957.

iniciativa de alguns membros deste Círculo e inspirados na Semana de Arte Moderna de 1922.

Outro evento que não podemos esquecer foi o I Congresso de História Catarinense (1948), que teve como intuito a comemoração do II Centenário da Colonização Açoriana. Dividido em duas etapas, uma em fevereiro – direcionado a manifestações culturais e outra em outubro, com palestras e a visita de autoridades dos Açores. Neste evento foi criada a Subcomissão Catarinense da Comissão Nacional de Folclore, que organizou o Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore que aglutinou informações acerca das manifestações culturais em Santa Catarina.

Na década de 1950, somente em Florianópolis, mais precisamente no ano de 1956, foi criada a Diretoria de Cultura, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina e dois anos depois, esta criava a Comissão Estadual de Museus. A partir deste momento são criadas algumas instituições museológicas na capital como: Museu do Colégio Catarinense, em 1963 (hoje Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr); Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, criado a partir do Instituto de Antropologia da UFSC; Museu do Ribeirão da Ilha, em 1971; a efetivação de um MHSC, após duas tentativas anteriores, em 1978 na Casa da Alfândega. Na década de 1970 é criado também o serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN).

Apesar deste movimento em prol da cultura no Estado, segundo os documentos encontrados, inexistia efetivamente uma política museológica na década de 1970, como iria ocorrer na década de 80, com a reestruturação do Sistema Nacional de Museus. Na década de 70 as atividades giravam em torno do *“cadastramento de bens culturais existentes no Estado, tombados pelo IPHAN; cadastramento dos museus já existentes; estudos e pesquisas objetivando reunir subsídios para a publicação das ‘Efemérides Catarinenses’; mapeamento dos bens culturais dos municípios; realização de feiras do livro;”* entre outros.

Em uma das cartas, que encontramos entre os documentos, dirigida ao Ministro da Cultura, - datada de 07 de maio de 1985 e assinada pelo então presidente da Associação de Museólogos da Bahia Sr. Manoel Augusto Paes Nunes; pela presidente da Associação Paulista de Museólogos, Sra. Waldisa Rússio Guarnieri e pela presidente do Comitê Brasileiro do ICOM , Sra. Fernanda Camargo Moro; citando, entre outras coisas *“a inexistência de uma política adequada para a criação de museus.*

Destaca-se neste documento que a maioria dos museus está dissociada do momento histórico, permanecendo com estruturas retrógradas, servindo apenas para uso de turistas e de uma *‘elite intelectualizada’*; que os museus, em sua maioria, não vêm exercendo a função didática a que se destinam; verificando-se a inexistência de programas emergentes e voltados à comunidade onde estes se acham inseridos. E como recomendações, registram o seguinte: que seja adotada uma política para o país; que o Programa Nacional de Museus seja reestruturado, levando-se em consideração as características regionais

Em maio de 1986, aconteceu em Belo Horizonte a IV Conferência Geral dos Museus Brasileiros, uma prévia nacional para a reunião do ICOM que aconteceria em Buenos Aires, entre 26 de outubro e 4 de novembro daquele ano. Várias autoridades se reuniram neste evento, no qual José Carlos Barbosa, diretor cultural da Fundação Roberto Marinho destacou a situação brasileira com relação à cultura e renda:

A cultura no Brasil é mais mal distribuída do que a renda. Temos menos de 0,5% do orçamento público para a cultura, (...). Aumentar este percentual significará muito para a melhoria da preservação da cultura nacional. Deve haver uma distribuição das responsabilidades e dos recursos. Compete ao Governo Federal fazer a redistribuição da renda da qual ele mesmo se apropria.³¹

Rui Mourão, então coordenador do Programa Nacional de Museus do Ministério da Cultura, salienta na mesma matéria que “*é preciso descentralizar a cultura, descentralizando também a renda (...)*”. Sônia Guarida, coordenadora do Sistema Nacional de Museus do Ministério da Cultura destaca o seguinte:

apesar de existir há pouco tempo e de ainda não ter sido efetivado, o Programa Nacional de Museus propõe uma política museológica mais participativa para o Ministério da Cultura. A área museológica é uma área em que não se trabalha em harmonia, com troca de informações, o que

³¹ Jornal Estado de Minas Gerais, de 21.05.86.

dificulta o pleno desenvolvimento das instituições brasileiras. A política dos museus do Ministério da Cultura será a soma das políticas estaduais”.³²

No bojo desta procura pela reorganização dos museus e de uma política museológica para o país, o Sistema Estadual de Museus planeja para o ano de 1988, por exemplo, ações específicas no Estado de Santa Catarina, entre elas: o cadastramento dos museus do Estado, recebimento dos projetos destes museus, reuniões regionais, participações na reunião do Comitê Nacional de Museus em Brasília, distribuição do manual de orientação museológica e museográfica aos museus do Estado, bem como acessoria técnica, divulgação e distribuição de material informativo, além de cursos básicos e de especialização.³³

Segundo o Jornal de Santa Catarina:

Dentro do compromisso político da Secretaria com uma ação cultural para a transformação da sociedade, os técnicos da Fundação Catarinense de Cultura situam os museus no contexto social, como um lugar de investigação e discussão de ações comunitárias, abrindo canais de acesso das populações aos bens culturais, à informação e ao conhecimento, integrado a ações culturais permanentes com as escolas, grupos sociais organizados e até mesmo com a Igreja, exercedora de forte influência na cultura popular.³⁴

Dentre as ações desenvolvidas pela FCC, realizou em setembro de 1987, um curso básico de Museologia, em Laguna, para dirigentes e funcionários dos museus do Estado conveniados ao MinC/ Sistema Nacional de Museus. Nesta matéria ainda é citado os museus Anita Garibaldi (Laguna), do Vinho (Videira), Histórico São Jorge (Guaraciaba) e o da Lagoa do Peri como instituições que já obtiveram ajuda financeira do Sistema Nacional de Museus.

³² Idem.

³³ SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS, PLANEJAMENTO PARA 1988, UNIDADE DE CIÊNCIAS/ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO ESPORTE.

³⁴ Jornal de Santa Catarina, Caderno C, de 19 e 20 de julho de 1987.

O evento ocorrido em Laguna foi citado nos Anais de aniversário do primeiro ano de governo de Pedro Ivo Figueiredo Campos e Casildo Maldaner, onde chamou-se de Oficina de Museologia, e contou com a presença de representantes de várias regiões do Estado tendo como resultado a readaptação do Museu Anita Garibaldi. Embora este documento cite as ações da Fundação Catarinense de Cultura, do MASC (registrando inclusive o número de exposições realizadas pelo mesmo e o total de visitantes do ano) e o destaque para a Política Cultural em Santa Catarina, nada está registrado sobre o MHSC.

Nas Diretrizes e Prioridades para o Plano Estadual de Cultura entre 1983 e 1986, aponta-se a intenção do Governo em disseminar pelo Estado uma ação voltada aos museus, bem como formar profissionais nesta área – o que efetivamente não ocorreu com o MHSC, pois, em seu quadro não constava este profissional.

- 1.1 estimular a regionalização da política museológica do Estado, através de convênio com prefeituras, universidades, fundações educacionais e entidades privadas;
- 1.2 incentivar a capacitação técnica de pessoal para assistência técnica a museus e arquivos;
- 1.3 apoiar iniciativas particulares na área museológica(...)³⁵

Durante o Governo de Esperidião Amin (1983-1987), são lançadas pelo governo as “Instruções para criação de órgãos municipais de cultura, esporte e turismo”, contendo: texto de lei para a criação da comissão municipal de cultura; para criação do departamento municipal de cultura e turismo; para a criação da comissão municipal de esportes e decreto para regulamentação da comissão municipal de esportes.

O representante do Estado de Santa Catarina no Sistema Nacional de Museus era Fernando Romero que também atuava como Chefe da Unidade de Ciências e que em 1987 emite alguns documentos e relatórios para o planejamento e implementação do Sistema Estadual de Museus. Dentre estes documentos encontramos a “Orientação Técnica aos Municípios” que trata da reorganização de arquivos e museus do Estado; planejamento de encontros e seminários de museologia e cultura pelo estado; acompanhamento dos projetos

³⁵ Resolução nº 016/82 do Conselho Estadual de Cultura, em 24/11/82. Publicado no D.O.U.E. nº 12.101, de 29/11/82.

aprovados pelo Sistema Nacional de Museus; entre outros. Encontramos também o Relatório do Curso “O Processo de Comunicação em Museus”, que aconteceu em São Paulo, entre 14 e 17 de julho de 1987 onde a representante de Santa Catarina foi a Sra. Teresinha Sueli Franz, da Unidade de Artes Plásticas da FCC. Outro relatório, da Sra. Dolores Carolina Tomaselli, em Curitiba, entre 23 e 25 de julho do mesmo ano, tratou sobre “A Cultura em busca de espaço: experiências inovadoras”.

Entre as décadas de 1970 e 1980 existe uma escassez de documentos nas instituições pesquisadas sobre a participação destas em uma política museológica em nível nacional, em sua maioria concentram-se entre os anos finais da década de 80.

Ainda em 1987, encontramos um “Relatório de Atividades do Sistema Estadual de Museus (FCC)” assinado por Fernando Antônio Romero, onde se destaca:

Apresentação e defesa de projetos dos museus de Santa Catarina na reunião do Sistema Nacional de Museus – Brasília, conseguindo apoio financeiro para 4 projetos.

Apoio técnico aos museus do Estado, através de visitas, distribuição de material informativo e técnico.(...)

Realização da Oficina Básica de Museologia no Museu no Museu Anita Garibaldi, em Laguna para a formação técnica de 20 funcionários de museus do Estado.

Produção de um VT sobre educação em museus.

Realização do I Encontro Estadual de Cultura e I Encontro Inter Municipal de Diretrizes Sócio Culturais da Região Sul, possibilitando uma política museológica para o Estado de Santa Catarina.(...)

Participação na Comissão de Recursos Humanos do Sistema Nacional de Museus.

ATIVIDADES PREVISTAS PARA 1988

Recadastramento dos museus do Estado através de ficha padrão.

Recebimento de projetos dos museus até 15 de janeiro de 1988.

Realização de reuniões regionais em municípios pólo para priorização de projetos e para determinar as necessidades específicas de cada

região, durante a segunda quinzena de fevereiro de 1988.

Apresentação e defesa dos projetos na reunião do Sistema Nacional de Museus – Brasília, março/1988.

Distribuição de manual de orientação museológica e museográfica, que está sendo reeditado pelo Sistema Nacional de museus.

Apresentação de palestras e vídeos sobre atividades museológicas.

Assessoria técnica aos museus do Estado.(...)”

No Ofício Circular nº 112/87 encontramos a prioridade do Sistema Nacional de Museus: *“A política do SNM dá prioridade para projetos de tratamento de acervos, dinamização de museus, treinamento de pessoal, apoio técnico, projetos educativos, pesquisa e segurança. O Sistema não está apoiando construções, reformas e criação de novos museus”*.

Percebemos através da documentação a existência de um movimento museológico estadual, em nível de Secretaria de Estado, primeiro através da Unidade de Ciência e, posteriormente, através da Fundação Catarinense de Cultura. Porém, efetivamente, este movimento não consegue incluir no cotidiano do MHSC uma reflexão profunda e menos ainda um suporte técnico museológico através de recursos humanos e financeiros.

Durante a gestão da Sra. Jessy Cherem, encontramos Relatórios de participação em congressos e seminários, bem como estágios, que salientam suas solicitações diante da necessidade de um museu com o porte do MHSC, em uma busca por adequar-se às sugestões e orientações recebidas pelos profissionais da área nestes congressos.

Em 1985, a Sra. Jessy Cherem participa do IX Congresso Nacional de Museus, que aconteceu em São Paulo, do qual a mesma cita algumas moções em seu relatório:

- 1- Voto de louvor aos Museus do Interior;
- 2- Levantamento de dados de interesse, em nível de Estado, sobre temas a serem abordados no próximo congresso;
- 3- Discussão de uma Política Museológica, voltada ao questionamento de criação e proliferação dos museus do país;(…)

A afirmação da Sra. Sônia Guarida, coordenadora do Sistema Nacional de Museus do Ministério da Cultura, citado no sub-item 1.3, foi bem apreendida pela então diretora do MHSC, Sra. Jessy Cherem. Em seu relatório datado de 02 de junho de 1986 para a FCC quando trata da sua participação na IV Conferência Nacional de Museus, onde destaca que o Sistema Nacional de Museus está sendo estudado no nível de Ministério e que vem para informar corretamente o que é um museu, sua função e utilidade junto à União, Estado e Municípios, a necessidade de descentralização das responsabilidades e recursos, bem como que as ações deste sistema será a soma da política cultural dos estados.

No que tange diretamente ao MHSC é citado ainda neste relatório:

Considerando minha constante preocupação com a transferência do MHSC para o Palácio Cruz e Sousa, discuti com técnicos da área de museologia, que me alertaram sobre a fundamental importância de verificar:

a- Que o prédio do Palácio Cruz e Sousa esteja tombado³⁶;

b- Que a transferência seja feita por um decreto que venha a garantir a estabilidade do museu na nova sede;

c- Que se faça ouvir a opinião pública e técnicos da área museológica a respeito desta transferência;

d- Que atendendo a opinião pública, pessoal técnico e resolução do governo a FCC possa dar estrutura técnico-administrativo para um funcionamento que atenda as necessidades locais considerando essencial o treinamento de pessoal de apoio e a sua conseqüente valorização, como condição de funcionamento pleno dos organismos museológicos;

e- Que se marque uma audiência com o governador para serem discutidos os problemas referentes ao funcionamento do Museu em nova sede;

f- Que antecedendo a transferência do Museu Histórico se convide a consultoria da Comissão Internacional de Museus (ICOM) para a devida orientação técnica que se faz necessária.

³⁶ Tombamento é o ato de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando em conta sua função social.

São essas considerações inerentes a minha competência, como diretora do Museu Histórico, que levo à Superintendência da FCC, aguardando pronunciamento.³⁷

Não localizamos resposta a este relatório e encontramos o Ofício de nº 118/86, dirigido ao Sr. Jali Meirinho, então representante do Conselho de Museus em Santa Catarina solicitando novamente o aporte de um museólogo para o MHSC:

Vimos pelo presente manifestar a premente necessidade de ter no MHSC um museólogo para a viabilização dos projetos específicos.

Em princípio fui procurada por Gelci José Coelho, técnico em Assuntos Culturais da UFSC e museólogo do Museu de Antropologia da mesma universidade, que se mostra muito interessado em colaborar conosco. Solicitamos a V. S^a entrar em entendimentos como Reitor da Universidade a fim de colocar o referido museólogo, pelo menos, durante o período vespertino, à disposição do Museu Histórico.

Esclarecendo: Com a instalação do Museu no Palácio Cruz e Sousa, nossa estrutura funcional modificou-se consideravelmente;

A deficiência de pessoal técnico é alarmante;

Precisamos estabelecer programas de trabalho, atividades culturais e educativas junto à comunidade e sentimos a precariedade dos nossos reais técnicos.

Certos de sua indispensável atenção ao nosso pedido, agradecemos (...)”³⁸.

Novamente, não encontramos em meio à documentação nenhuma resposta a tal solicitação.

Em um balanço do governo à Assembléia Legislativa feito pelo então governador Esperidião Amin em sua “Mensagem à Assembléia Legislativa” datada de abril de 1986, sobre a cultura encontramos:

³⁷ Relatório da Sra. Jessy Cherem, datado de 2 de junho de 1986, encaminhado através do Of. N. 27/86, dirigido a Sra. Ione Maria Otto, então Superintendente Adjunta para Assuntos Técnicos Culturais da FCC.

³⁸ Ofício N. 118, de 24 de outubro de 1986, dirigido ao Sr. Jali Meirinho, representante do Conselho de Museus em Santa Catarina.

AÇÕES:

- Restauração de obra de valor histórico, como o conjunto arquitetônico de São Miguel em Biguaçu, a casa de campo do Governador Hercílio Luz em Rancho Queimado, o Teatro Álvaro de Carvalho, o Mercado Público (cobertura) e a Antiga Alfândega em Florianópolis. (...)
- Celebração de convênios com 32 municípios no valor de Cz\$ 311.588,00, destinados à promoção da cultura catarinense e manutenção de atividades artístico-culturais; (...);
- Edição de 30.000 cadernos de publicação “A Cultura Catarinense”; (...)
- Promoção de 56 exposições artísticas, históricas e político-culturais no MASC, Museu Histórico e Casa do Açores, com uma frequência de 31.728 pessoas;”³⁹

Dada às colocações desta mensagem, entenderíamos ser o MHSC um depositário do patrimônio cultural do Estado e, portanto – apesar da falta de retorno quanto ao pedido da diretora por um técnico da área de Museologia – tratado com a importância devida. Porém, ao final deste governo e apesar da aparente compreensão da responsabilidade de uma instituição museológica com a salvaguarda do patrimônio sob sua tutela, na “Mensagem à Assembléia Legislativa” feita pelo novo governador Pedro Ivo Campos em abril de 1988, no item acerca da “Administração da Área da Cultura” encontramos a seguinte informação: *obras de arte e bens patrimoniais jogados no porão do Museu Histórico, comprometendo o patrimônio cultural*”.⁴⁰

Esta citação é referendada pela fala da Sra. Sônia Malheiros Miguel que assume a direção do MHSC em 21 de abril de 1987:

O Museu tinha uma sala mais embaixo um depósito com quadros jogados, não existia uma reserva técnica, então nós readequamos os espaços todos, criamos uma reserva técnica, não era climatizado como deveria ser, não tinha recursos, mas pegamos todas as coisas que estavam jogadas nesse porão (vamos dizer assim)

³⁹ MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – Governo Esperidião Amin, Florianópolis, Abril, 1986. P. 83 a 87.

⁴⁰ MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – Governo Pedro Ivo Campos, Florianópolis, Abril, 1987. P. 161 a 166.

e separamos. Tinham quadros, tinha material que depois foram pro acervo. Então o Museu era uma coisa sem vida, ele existia com informações erradas, com materiais que estavam jogados num canto, com quadros empilhados, caixas junto com lixo. (...) então a gente colocou uma pessoa responsável pela reserva técnica do Museu, fez esse curso básico de restauração então a gente passou a ter uma rotatividade de materiais que estavam sendo expostos. Eu fiquei muito assustada quando eu entrei, não tinha formação em museologia, não tinha informação nessa área, mas quando você abria aquelas caixas lá embaixo, com tudo entulhado, com caixas em cima, não precisava ter um curso de museologia pra saber que isso aí não é uma forma de guardar um acervo, aquilo misturado com lixo. Acho que tem uma foto, impressionante, que a gente tirou no dia, e tudo desse depósito em um dia só e fomos separando. Isso aqui é lixo, isso aqui é quadro. Eu fiquei muito assustada com esse tipo de coisa? A forma como estava era uma coisa totalmente estática?”⁴¹

Acompanhando as discussões na área da Museologia tanto no Brasil quanto em nível internacional e ainda, analisando os documentos encontrados do MHSC e entrevistas feitas percebemos que havia um desejo de inseri-lo no contexto desta discussão mais ampla, mas isso não acontecia na prática. Efetivamente, a ligação do MHSC com estas reflexões teóricas e práticas mais amplas, se dava através da participação da direção em encontros, congressos e seminários. A partir destes, eram encaminhados relatórios com solicitações técnicas para a melhoria dos serviços do MHSC, que em sua grande maioria, não saíam do papel.

O MHSC, nestas duas primeiras décadas de existência estrutura suas bases sobre as idéias de uma Museologia Tradicional, diferente do que vinha já sendo discutido na Nova Museologia que ganhava o mundo nas décadas de 1970 e 1980, ampliando-se consideravelmente pela América Latina e também no Brasil.

⁴¹ Entrevista concedida por Sônia Malheiros Miguel, em 31/08/2006.

3 PALÁCIO CRUZ E SOUSA, SAI O PODER ENTRA A CULTURA ⁴²(?)

“Eles [os museus] são espaços de relações, são lugares de poder e de memória, mas são também arena, campo de luta onde germinam identidades regadas por uma gota de sangue.”⁴³

3.1- “Oculto e nebuloso. É assim a história do Palácio Rosado”

As ações para a criação de um museu histórico que representasse o Estado de Santa Catarina têm lugar na década de 1970, no governo de Antônio Carlos Konder Reis. Outras tentativas já haviam sido feitas para a constituição de um museu de caráter histórico na capital do Estado. Através da Lei nº 196, de 30/11/1948 é criado o Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina. Na mesma lei consta o prazo de vinte dias para a organização de uma comissão que estudaria e determinaria as providências a serem tomadas para a efetivação deste museu, bem como seu regulamento.

Uma vez não efetivada nenhuma ação para a implantação deste primeiro museu, em 1959, por determinação do então governador cria-se o Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina, que teria como função recolher através de compras e doações os documentos relativos ou pertencentes à história do Estado. Este museu teria como função também, recolher através de escavações, descobertas, compras ou doações, os objetos arqueológicos relativos ou pertencentes aos povos da antiguidade que viveram em Santa Catarina e no Brasil. O museu atuaria em conjunto com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado. A criação do museu foi publicada pela Secretaria do Interior e Justiça, em 12 de fevereiro de 1959 e o regulamento seria determinado em trinta dias por outra lei, que não foi promulgada.

Outra tentativa foi feita em 1977 pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis, com a criação de um novo grupo de

42 Jornal “O Estado”, de 04/05/1986. O ponto de interrogação é nosso, visto que desejamos refletir sobre a saída real do poder na transição do Palácio “dos Despachos” para “Cruz e Sousa”.

43 CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006. P.122.

trabalho – Decreto nº 2138, de 17/01/77 – para tentar efetivar um museu histórico que representasse o Estado de Santa Catarina.

Do Grupo de Trabalho para a criação do Museu Histórico de Santa Catarina faziam parte o Sr. Jali Meirinho, Diretor da Divisão de Ciências do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado e presidente do grupo; Sr. Carlos Humberto Corrêa e Sra. Sylvia Amélia Carneiro da Cunha, representantes do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; Sr. Sérgio Schmitz, representante da Universidade para o desenvolvimento de Santa Catarina/ UDESC, Sra. Maria Éster Teixeira Cruz, representante da Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC e também, o Sr. Juarez May de Souza, Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Este grupo de trabalho teria 120 dias para fazer um levantamento do material – leia-se acervo – existente e propor as medidas necessárias para a criação do museu.

Na primeira reunião do Grupo de Trabalho, duas decisões foram tomadas: a primeira, revogar as leis anteriores do Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina e Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina, uma vez que nenhuma medida havia sido tomada para a efetivação dos mesmos e para não haver duplicidade de instituições com os mesmo fins e a segunda, a decisão pela especialidade do MHSC: este seria um museu de cunho político.

O Grupo de Trabalho reuniu-se semanalmente na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, elaborou um plano de implantação para o MHSC, bem como organizou um pré-projeto de regulamento, um regimento e um organograma, conforme Figura 1.

No organograma deveriam constar as seguintes sessões:

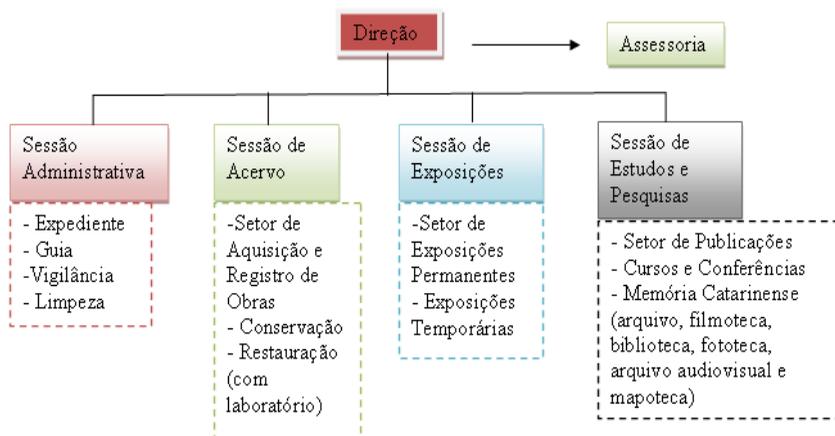


Figura 1 – Organograma Inicial do Museu Histórico de Santa Catarina
Fonte: MHSC (1977)

Em maio do mesmo ano, é encaminhado pelo Sr. Jali Meirinho, o Relatório Final deste grupo ao governador do Estado, Sr. Antônio Carlos Konder Reis. Precederam a entrega, algumas palavras que refletem a consonância do grupo às ações do governo, pelo menos no que tange à cultura:

Aqui comparecemos para entregar à Vossa Excelência o Relatório do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina, honrosa incumbência a nós atribuída.

Nosso trabalho partiu dos estudos que nos levam a apresentar a alta consideração de Vossa Excelência, algumas sugestões. Uma das quais – a curto prazo – já se efetivou, para surpresa nossa e, antes mesmo, do conhecimento por parte de Vossa Excelência do teor deste documento e, que, foi a nomeação da Diretora do Museu.

Em síntese, o Grupo sugere que, o Museu seja especializado em História Política do nosso Estado;

Que se realize convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a vinda de um técnico para treinar o pessoal local, objetivando a formação do acervo e para as demais atividades funcionais da instituição;

Que se promova o tombamento mobiliário, objetos e documentos, espalhados pelos próprios do Estado ou pertencentes a particulares;

Finalmente, a longo prazo que se, a qualquer tempo, a sede do Poder Executivo deixar este Palácio, seja ele preservado como a sede do Museu Histórico. (...)

A criação de um Museu Histórico em Santa Catarina, é uma exigência cultural de há muito reclamada em nosso Estado e, agora, a ser efetivada por Vossa Excelência.

A História revela que, em geral, a importância dada aos documentos históricos está associada à presença de um governante lúcido na gestão de um Estado. Este princípio está sendo cumprido.

Para nós interessados pela História Catarinense, foi uma tarefa honrosa, emprestar esta modesta colaboração em benefício da preservação dos nossos bens de valor cultural e, neste passo inicial para a implantação do Museu.

Passando este documento às mãos de Vossa Excelência, este Grupo coloca-se à disposição do Senhor Governador e das autoridades ligadas à área para os esclarecimentos complementares.⁴⁴

O grupo realizou seu trabalho de janeiro a junho de 1977 e ao entregarem ao governador o relatório, as fontes revelam que, o mesmo, já havia nomeado a Sra. Jessy Cherem para o cargo de diretora do futuro MHSC, tem-se nesta época, um projeto de museu e uma diretora. Nesta oportunidade, o Sr. Jali Meirinho expõe ao governador a opção pela finalidade do museu; solicita convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN para que se envolva profissionais da área museológica (destacamos este item, pois o mesmo será

⁴⁴ Palavras do Professor Jali Meirinho quando da entrega, ao senhor Governador Antônio Carlos Konder Reis, do Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina, no dia 07 de junho de 1977. Documento datilografado e anexado ao relatório.

solicitado muitas vezes em outros relatórios), e enfatiza que em longo prazo, a melhor sede para sua instalação seria o Palácio dos Despachos – na época sede do governo.

A criação do museu acontece em 4 de outubro de 1977, através da Lei N. 5.476 de 4/10/77 e sua inauguração em 2 de março de 1979, tendo como primeira sede a Casa da Antiga Alfândega, na Rua Conselheiro Mafra.

Em 1984, durante o governo de Esperidião Amin, através do Decreto n. 21.326, o Palácio é tombado e deixa de ser a sede administrativa do governo, que ficaria então reservado “*aos grandes atos oficiais e, também, recepção de diplomatas*”⁴⁵. Em 05 de dezembro de 1986, através da Lei n. 6.900, o Palácio passa a abrigar o MHSC e é tombado pelo Município.

Durante o período foco de nossa tese (décadas de 1970 e 1980), o Palácio Cruz e Sousa foi palco de eventos oficiais importantes, entre eles destacamos a visita do então Presidente da República onde houve manifestação por parte da população contra a ditadura no enfrentamento ao governo e a pessoa de João Figueiredo, e ficou conhecida como “Novembrada”.

3.2 Panorama Político

Não podemos deixar de inserir o MHSC no contexto político brasileiro, por dois grandes motivos que terão, importantes desdobramentos: o primeiro, o cenário político pós 1930 que gesta a instalação da ditadura do Estado Novo (1937-45) e que posteriormente, na década de 1960, sofre com a instalação de um regime militar severo. As décadas de 1970 e 80 e seus acontecimentos são reflexos diretos de um período conturbado na vida do país. O segundo motivo é decorrente da legislação relativa à preservação do patrimônio cultural ter sido gestada e efetivada durante a ditadura de Getúlio Vargas. Ações de preservação do patrimônio, bem como as diretrizes do Sistema Brasileiro de Museus, primeiro revestido de um cunho nacionalista e depois dissipado diante das turbulências pós-ditadura, alcançarão o estado de Santa Catarina longe do que estava sendo discutido na área Museológica em nível internacional, não permitindo a conexão entre as discussões sobre a Nova Museologia e a realidade do MHSC.

⁴⁵ Jornal O Estado, 2/5/84, P. 3.

O Golpe Militar de 1964 resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base, propostas pelo governo de João Goulart, implantando a monopolização da economia, um modelo concentrador de renda e achatador de salários, gerando uma deterioração das condições de vida da maior parte dos brasileiros. Um aparato de repressão e controle foi instalado.

Os anos pós-golpe de 64 convivem com arbitrariedades em todos os níveis: coibição da liberdade individual e de imprensa, arrocho econômico, influência maciça da política norte-americana, expansão dos latifúndios e do poder das oligarquias.

Neste quadro, o Brasil procura instalar-se enquanto um país do futuro, com grandes possibilidades de investimentos e as repercussões das décadas de 1950 e 60 se refletem nas décadas de 70 e 80 através de uma luta pelo fim do Regime Militar, na busca por uma transição para a abertura política que garantisse a democracia.

Edaléa Maria Ribeiro analisa os movimentos sociais no Estado de Santa Catarina na década de 1990 e faz uma retrospectiva do contexto sócio-econômico internacional e nacional nas décadas anteriores. Discorre a autora sobre a alteração ocorrida no âmbito do modelo econômico a partir da década de 1970, que originou recessão, queda do crescimento econômico e grande de inflação levando a década de 1980 a expandir programas neoliberais de estabilização por meio do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. No Brasil, medidas como abertura da economia e mercado, programas de estabilização financeira, privatização de empresas públicas, gradativa extinção dos direitos sociais e reforma do Estado tomaram parte do cotidiano.⁴⁶

Em termos políticos, no Estado de Santa Catarina, entre 1945 a 1965 há uma alternância entre o PSD e a UDN, que representavam duas grandes famílias ligadas à oligarquia estadual: Ramos, no Planalto e Konder/Bornhausen no litoral e Vale do Itajaí. Esta característica não se altera durante o período da ditadura militar, apesar do então MDB⁴⁷, entrar em cena acolhendo representantes de uma população insatisfeita. O bipartidarismo em vigência durante a ditadura militar concentra de um

⁴⁶ RIBEIRO, Edaléa. Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em SC. Os anos 90. Fpolis: Fundação Boietux, 2005.

⁴⁷ Partido Democrático Brasileiro, legalizado a partir do Ato Institucional n. 2 e Ato Complementar n. 4, datados de 27/10/1965 e 20/11/1965 respectivamente, que estabeleceram uma nova legislação partidária, fixando o bipartidarismo durante o Regime Militar: MDB e ARENA.

lado as antigas oligarquias na ARENA, e de outro, que se tornou canal para a oposição, o MDB.

Segundo Edaléa Maria Ribeiro, o MDB conquista espaços reais nas eleições de 1974 e 1978, tanto em âmbito nacional quanto estadual, sendo um dos motivos que leva o então governador Antônio Carlos Konder Reis a criar 163 Conselhos Comunitários, a fim de “cooptar lideranças ou qualquer forma de organização mais autônoma e controlar o processo de transição” com o objetivo de “estabelecer um canal direto com o poder público e as comunidades, com isso enfraquecendo a representação parlamentar das câmaras de vereadores, que começavam a alterar a correlação de forças no seu interior”.⁴⁸

Segundo Ilse Scherer-Warren e Jean Rossiaud “diversos segmentos da sociedade civil de Florianópolis vinham se organizando coletivamente, nos anos que precederam o golpe militar de 1964”. Entre estes movimentos, a União Catarinense dos Estudantes (UCE), que se mantém na direção da União Nacional dos Estudantes; a Associação Catarinense de Mulheres (ACM) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Durante a repressão, assumem uma postura menos ativa que se modificaria com a reabertura política. A Teologia da Libertação irá estimular a criação de diversos grupos e o movimento dos estudantes recobra forças no I Encontro Catarinense de Estudantes, realizado em 1979. Surge em Florianópolis muitos sindicatos de classes: Movimento de Oposição Bancária (MOB); Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, movimentos feministas (Amálgama e Vivências); o Movimento Ecológico Livre (MEL) e criam-se também os Conselhos Comunitários e Associação de Moradores, como por exemplo a associação de Moradores da Lagoa (AMOLA).⁴⁹

O fim do bipartidarismo, em 1979, e a possibilidade de eleição direta para governador demonstram um verdadeiro campo de batalha no Estado⁵⁰: de um lado, o continuísmo, representado pela candidatura de Esperidião Amin e de outro, os opositoristas ampliando suas frentes através do candidato Jaison Barreto, porém somente em 1986 que é

⁴⁸ IDEM. P.83.

⁴⁹ SCHERER-WARREN, I & ROSSIAUD, J. Democratização em Florianópolis. Resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí: Ed. Da Univali; Florianópolis: Diálogo, 1999. P. 33 e ss.

⁵⁰ Este campo de batalha político é uma convergência de fatores: insatisfação com o regime militar (ver: Dias, José de Souza e BORGES FILHO, Nilson); crise econômica e organização dos movimentos populares (ver: RIBEIRO, Edaléa) e ainda, os abusos do poder político-econômico (ver: AGUIAR, Itamar), modernização da imprensa no estado e a censura (ver: PEREIRA, Moacir), entre outros.

eleito um representante do PMDB (Pedro Ivo Campos) ao governo do Estado.

Foram décadas de efervescência e grandes alterações na vida política, social e cultural da capital. Dentre estes grupos, o movimento estudantil teve direta participação no que ficou conhecido como *Novembrada* e que teve como cenário as ruas centrais, Praça XV de Novembro e o MHSC, ainda sede do Governo, em 30 de novembro de 1979.

Não cabe aqui discorrer acerca da motivação que levou os estudantes universitários e a população em geral manifestarem-se, visto que não há concordância entre os autores, pois há os que afirmam que havia conexão com a luta pela anistia dos opositores ao Regime Militar, situação econômica insustentável, surgimento da mídia alternativa e reorganização dos movimentos estudantis com articulações nacionais,⁵¹ enquanto que outros fazem referência ao desgosto pela inauguração de uma placa comemorativa a Floriano Peixoto⁵².

O que nos interessa aqui é que enquanto Palácio dos Despachos, o MHSC figura entre as manchetes dos jornais catarinenses e nacionais enquanto palco de uma manifestação pública contra o governo.

Fazendo a conexão entre a busca pela catarinensização intensa nas décadas de 1970 e 80, que utilizavam como fio condutor desta idéia a *“necessidade de cooptar todo o território catarinense sob a luz de uma identidade, frente aos outros estados da nação, bem como diante de realidades e culturas tão diversas que imigraram para cá, tomava lugar nas discussões de várias entidades culturais”* [grifo nosso], mas, que após a Novembrada, procuram demonstrar que os manifestantes não eram catarinenses legítimos: *“Uma homenagem justa, sincera e que, lamentavelmente, foi empanada logo após por um grupo de baderneiros, insuflados por agitadores vindo de fora do Estado”* [grifo nosso].⁵³ Segundo Celso Martins, *o sentimento de rejeição ao migrante era conveniente nessa situação, pois retirava a responsabilidade do ‘povo’ de Santa Catarina.*⁵⁴

Acompanhando este processo político acontecem investimentos em várias áreas na busca de um modelo mais desenvolvido para o Estado através da organização de algumas instituições como: a Faculdade Catarinense de Filosofia, Ciência e Letras (1954), da

⁵¹ Celso Martins, por exemplo, em artigo publicado na Revista História Catarina, Vol. II, N. 9, de nov./dez. 2008.

⁵² “A Novembrada”, filme de Eduardo Paredes.

⁵³ Diário Catarinense, de 01/12/1979. P. 01.

⁵⁴ Martins, Celso. Revista História Catarina. Ano II. Nº 9. Nov/Dez/ 2008.2. P.47.

Fundação Universidade de Santa Catarina (1955), da Faculdade de Serviço Social (1959) e de Medicina (1960), que formariam a Universidade Federal de Santa Catarina⁵⁵, sendo esta a base para a formação de tantos outros cursos; bem como a criação da Escola Superior de Administração e Gerência/ ESAG (1964) e a Universidade do Estado de Santa Catarina/ UDESC (1965)⁵⁶.

A capital polariza a instalação de cursos superiores em função do grande deslocamento para a capital de um contingente expressivo de diversos profissionais e pelas dificuldades de aprimoramento destas pessoas nas suas regiões. Segundo Celestino Sachet a capital concentrava em 1970, 50% das matrículas do Estado no Ensino Superior.⁵⁷

Em outras áreas podemos citar a instalação da Eletrosul Centrais Elétricas S. A., que entre 1976 e 1977 atraindo em torno de 2.000 pessoas para a capital. A implantação da BR 101, que deslocou 90% do contingente de trânsito da Serra para as portas da capital.⁵⁸ Estes fatores modificaram não só o plano urbano da cidade de Florianópolis, como também sua vida sócio-cultural.

Grandes obras tiveram espaço nos anos 70: Ponte Colombo Salles, aterro da Baía Sul e a via-expressa em continuação à Avenida Rubens de Arruda Ramos (Beira Mar), da Avenida da Saudade até a UFSC, na Trindade.⁵⁹

Destacamos ainda que, a denominação de “Grande Florianópolis” se dá na década de 1970, quando a integração entre as cidades vizinhas aumenta pelas facilidades do transporte, incrementando o comércio e os serviços.

As décadas de 50, 60 e 70 vislumbraram um aumento significativo do complexo administrativo do governo do Estado: foram criadas a Centrais Elétricas de Santa Catarina/ CELESC (1950), Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina/ BADESC, Banco

⁵⁵ Sobre a questão da formação e reforma universitária da então Universidade de Santa Catarina (USC), bem como para a compreensão de uma rede de relações políticas ligadas a mesma, ver: SILVA, Elizabeth Farias da. Ontogenia de uma Universidade. A Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980). USP: Tese de Doutorado, 2000.

⁵⁶ CORRÊA, C. H. P. História de Florianópolis Ilustrada. Florianópolis, Insular, 2005. P.327 e ss.

⁵⁷ PEREIRA, N. et all. Ensaios sobre Sociologia e Desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis: EDEME, 1971. P.67 e ss.

⁵⁸ Idem. P. 353.

⁵⁹ PELUSO JUNIOR, V. A. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: Revista do IHGSC, 3ª Fase. N. 3. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 1981. P. 16 e 17.

Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul/ BRDE, Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul/ CODESUL, Fundo Estadual para o Desenvolvimento do Desporto de Santa Catarina/ FUNDESC na década de 60; Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina/ PRODASC, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina/ IOESC, Centro da Dinâmica de Ensino/ CEDE, na década de 70. A criação destes serviços e outros voltados à assistência social contribuíram para o aumento significativo do funcionalismo público.⁶⁰

Alia-se a todo este contexto a dificuldade histórica de se estabelecer os limites do Estado de Santa Catarina, tanto ao sul quanto ao norte, trazem neste período discussões acerca da legitimidade ou não sobre o Estado do Iguauçu⁶¹. A necessidade de cooptar todo o território catarinense sob a luz de uma identidade, frente aos outros estados da nação, bem como diante de realidades e culturas tão diversas que imigraram para cá, tomava lugar nas discussões de várias entidades culturais⁶² na capital, neste contexto aparece o “catarinensismo”.

Victor Antônio Peluso Jr. conceitua a identidade catarinense como “*a existência de hábitos culturais e políticos que caracterizam a comunidade que vive dentro dos limites do Estado de Santa Catarina*” e que apesar de diferenciar-se por seus traços culturais próprios, diferenciam-se dos demais Estados da União. A esta identidade catarinense dá-se o nome de “*catarinensismo*”⁶³ e de “*catarinização*” aos “processos de atração para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontre dela afastado”⁶⁴

A idéia da “catarinensização” citada por Carlos Humberto Corrêa era definida pela “*preocupação do homem catarinense em sua terra*” onde buscava “justificar o presente pelo passado; num passado

⁶⁰ Idem. P.36 e37.

⁶¹ Movimento pró-Criação do Estado do Iguauçu surgiu logo após a extinção do Território Federal do Iguauçu, em 1946 (Projeto que previa a nacionalização das fronteiras do Governo Vargas) e abrangia o oeste e sudoeste do Estado do Paraná e oeste do Estado de Santa Catarina. Na década de 1960 retoma-se este projeto com a criação da SODEI (Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguauçu) que perde suas forças diante do contexto político e o Ato Institucional n. 5 (AI 5). Na década de 1980 foram realizados encontros e seminários no intuito de rearticular o movimento, que apresentou uma proposta preparada por uma equipe de professores da Universidade Federal de Santa Maria, a ser apresentada a Assembléia Nacional Constituinte. A proposta de Emenda para a realização de um Plebiscito foi derrotada na Assembléia.

⁶² Em discussões no IHGSC, por exemplo, conforme ATA de 14/09/84, Livro nº 6, p. 54, onde tratam da “catarinensização” do município de Porto União.

⁶³ Conforme Cap. III desta Tese.

⁶⁴ PELUSO, V. A identidade Catarinense. In: Revista do IHGSC. 3ª Fase. Nº 5. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984. P. 259.

histórico coeso e único, formador de uma mentalidade diferente e progressista, com um destino previamente traçado de linhas inflexivelmente retas, em direção ao horizonte de pleno bem-estar social e de estruturas políticas e econômicas estáveis”.⁶⁵ Esta preocupação com o “*catarinensismo*” era reflexo da “*preocupação em querer ver globalizada a História de Santa Catarina*”.⁶⁶

Percebe-se que mesmo entre estes conceitos citados, vindo de profissionais envolvidos com a questão na época, não havia uma concordância. No conceito de Victor Peluso Jr., parece-nos que existe uma tolerância quanto às diferenças culturais dos múltiplos grupos que colonizaram o Estado, porém, no conceito de catarinensização de Carlos Humberto já há uma inflexibilidade maior, que vai de encontro a sua fala:

Carlos Humberto Corrêa:

Não sei! Eu fiquei impressionado quando fui a primeira vez em Chapecó, eu já era Secretário de Cultura. Descemos no aeroporto e a primeira coisa que o prefeito perguntou: o senhor é Grêmio ou Internacional? Eu não era nenhum dos dois! E se eu perguntasse se ele era Avaí ou Figueirense, ele não saberia também! Mas a influência do Paraná e do Rio Grande do Sul, lê era muito grande! E o caso da professora de São Bento... Eu fiz um mapa, sobre as relações intermunicipais do estado. Este mapa foi em função de um questionário que nós mandamos pros municípios, pra ver as relações e dependências dos municípios. Então dava pra ver municípios de primeira, segunda, terceira categoria, um dependente do outro... Mas, de Joinville para cima, toda faixa de divisa do Estado, era tudo voltado ao Paraná. E de Tubarão pra baixo, era tudo do Rio Grande do Sul! E a partir do Rio do Peixe, pra lá, que o Estado se afunila, era Paraná e Rio Grande do Sul. Santa Catarina era do Rio do Peixe pra cá, o miolo. (...)⁶⁷

⁶⁵ CORRÊA, C. H. P. Diálogo com Clío. Ensaios de história política e social. Florianópolis: Insular, 2003. P. 185.

⁶⁶ CORRÊA, Idem. P. 185.

⁶⁷ Entrevista cedida por Carlos Humberto Pederneiras Correia, em 18 de julho de 2006.

Em outro trecho da mesma entrevista:

Katianne Bruhns:

Então, antes demais nada, o que é esse catarinensismo?

Carlos Humberto Corrêa:

Não sei! É a conclusão de que nós não temos características próprias, mas nós temos uma história, temos um passado que devemos cultivar... isso se torna cada vez mais difícil, porque as origens são várias, as origens étnicas, as bases geográficas de tudo. A maioria dos estados brasileiros tem uma característica antropológica, sociológica, que nós não temos!⁶⁸

Ao que parece, a heterogeneidade dos grupos que compuseram o Estado de Santa Catarina era vista como desarticuladora da identidade catarinense, uma identidade então baseada em um conceito de homogeneidade.

Se o conceito de identidade passar pela questão da homogeneidade, nosso entrevistado estaria correto e a população “genuinamente catarinense” se localizaria a leste do Rio do Peixe, ao sul de Joinville e ao norte de Tubarão. Porém, a identidade de um grupo se dá a partir da pluralidade, do encontro com o “outro”, é neste encontro com o “outro” que reconheceremos o grupo ou grupos ao qual pertencemos: catarinenses, imigrantes alemães, mulheres, professores, entre outros.

Este posicionamento não fica claro nas entrevistas e parece-nos que a questão da identidade passa por uma questão histórica também: conhecer e cultivar fatos e acontecimentos ocorridos no Estado de Santa Catarina.

A concepção do Museu Histórico de Santa Catarina faz parte deste quadro geral, sua concepção e implantação buscam, diante de tantas mudanças, elaborar o perfil dos representantes do poder político no Estado de Santa Catarina diante da reabertura política.

Inserido neste contexto e também na procura por uma identidade catarinense – preocupação não só dos grupos culturais organizados neste período, mas dos governadores também – o MHSC

⁶⁸ IDEM.

atua como coadjuvante na “catarinensização” do Estado como verificamos nos planos de governo.

O MHSC não poderia ficar à margem deste processo por dois motivos: primeiro, porque o grupo que concebeu sua estrutura fazia parte de instituições de cultura e educação, bem como políticas e econômicas já atuantes na capital e; em segundo lugar, porque havia a necessidade de criar e demonstrar através da história política do Estado, a unicidade personificada nas figuras dos governadores e dos dirigentes políticos que atuaram até aquela data, mostrando a figura do “mártir” a quem a população catarinense deveria seguir o exemplo. Com a reabertura política, as oligarquias estaduais precisam recriar uma imagem popular e referendar seus méritos.

O culto a esta figura do político *mártir* pode ser verificada nas exposições que aconteceram no museu, normalmente de figuras ligadas ao poder político de forma a demonstrar sua atuação: Projeto – Memória Política de uma Época (1947-1982)⁶⁹; Evento Cultural – Personalidades Políticas (Nereu Ramos, Jorge Lacerda e Leoberto Leal – exposição comemorativa)⁷⁰; Exposição alusiva ao Centenário do Nascimento de Adolpho Konder⁷¹; entre outras.

O MHSC esteve vinculado a vários setores do Governo do Estado: Unidade de Ciências da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, depois a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e finalmente a Fundação Catarinense de Cultura (criada em 1979). Isso nos mostra que sua especificidade política já possuía uma diretriz a ser seguida, ou seja, as ações do museu seriam direcionadas pelo plano de governo do Estado. É assim que, intercalando sua atuação interna através das exposições, com ações externas, em parcerias com órgãos do governo do estado, que o MHSC passa a ministrar cursos em outros municípios do interior do Estado – prática constante nesta época.⁷²

Diante do exposto, o título deste capítulo “Palácio Cruz e Sousa: sai o poder entra a cultura” deverá servir para uma reflexão que deve acompanhar os leitores em sua análise sobre o acervo coletado e exposto neste museu: Até que ponto o poder (neste caso, do Governo do Estado) deu lugar à cultura? Qual a imagem política retratada neste museu para o público em geral?

⁶⁹ Relatório de Atividades do Ano de 1982, Sra. Jessy Cherem.

⁷⁰ Relatório de Atividades do Ano de 1983, Sra. Jessy Cherem.

⁷¹ Relatório de Atividades do Ano de 1984, Sra. Jessy Cherem.

⁷² Documento interno do MHSC: Propostas para o ano de 1987, entre elas: “implantação de cursos específicos para os museus do Estado”.

3.3 Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Dentre as instituições culturais que atuavam nas décadas de 1970 e 1980 em Florianópolis, duas destacaram-se pela atuação de seus membros na formação do MHSC. Uma delas, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado em 1896, exerceu grande influência na organização do MHSC. O grupo de estudos instituído por ordem do então governador do Estado Antônio Carlos Konder Reis era, na sua maioria, formado por membros do IHGSC: Sr. Carlos Humberto Corrêa, Sra. Sylvia Amélia Carneiro da Cunha e Sr. Jali Meirinho que, além de membro do IHGSC era o Diretor da Divisão de Ciências do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado – ao qual o MHSC estaria vinculado – e presidente do grupo.

Este Instituto congrega nas décadas de 70 e 80 diversos intelectuais da cidade, e, também, do Estado e do Brasil – como correspondentes. Seus membros, além de atuarem na área da educação e cultura, em nível municipal e estadual, também, fazem parte de estruturas que organizam, articulam e direcionam estas áreas.

Tomando como exemplo as *Diretrizes para o Plano Estadual de Cultura de 1979 a 1982*, do então governador Jorge Konder Bornhausen, percebemos que nos diferentes órgãos que compõem o Conselho aparecem, por vezes, os mesmos nomes. É o caso do Sr. Japonan Soares de Araújo que ocupa o cargo de vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura e a presidência da Câmara de Letras deste mesmo conselho, além de ser membro do IHGSC. Na Câmara de Ciências Humanas do Conselho Estadual de Cultura, o presidente, Paulo Henrique Blasi e os membros (Paulo Fernando Lago e o Padre Raulino Reitz, também fazem parte do IHGSC⁷³. Situações como estas apareciam pelas diversas instituições culturais e educacionais do

⁷³ Para percebermos a rede que se formou em torno destas instituições destacamos algumas passagens encontradas em Atas do IHGSC: Solicitação do Pe. João Alfredo Rohr, então presidente do Conselho Estadual de Cultura, a fim de realizar as reuniões do conselho nas dependências do IHGSC (Ata de 3/11/71-, Livro 5, P.54); o sócio do IHGSC, Sr. Theobaldo da Costa Jamundá é também diretor da Divisão de Letras do Departamento de Cultura do Estado (Ata de 06/11/72 e 18/12/72-Livro 5, P. 75); Sra.Zelândia Thomazi, funcionária do Departamento de Cultura à disposição do IHGSC (Ata de 28/04/73-Livro 5, P.80); sobre a possibilidade do IHGSC ocupar, juntamente com ACL e o Conselho Estadual de Cultura, o 1º andar do prédio onde funciona o Centro Demonstrativo de Material Didático, sendo que o Sr. Michel Curi, da secretaria de Governo, já possui verba reservada para o pagamento do aluguel. (Ata de 04/05/1973-Livro 5, P. 82), entre outras.

governo municipal, estadual e autônoma, além do IHGSC, a ACL, a FCC, entre outros órgãos.

Portanto, a formação e o direcionamento das atividades do MHSC estão também ligados a estes órgãos – FCC, Conselho Estadual de Cultura, Governo do Estado de Santa Catarina (financeiramente, inclusive) e a estas instituições – IHGSC, ACL – através de seus membros.

Como outras instituições culturais do país, o IHGSC, também, vive situações na qual um hiato se instala e outras em que sua presença é novamente sentida quer pela atuação dos seus membros, quer pela publicação de sua revista.

Quando da efetiva criação do MHSC, o IHGSC vive uma fase de reorganização interna que começa em 1968 – após o desmoronamento da Casa de Santa Catarina⁷⁴, exatamente na parte ocupada pelo IHGSC.

Nesta fase o Instituto é instalado no Edifício Zahia (onde também funcionam a Secretaria de Educação do Estado) sob a responsabilidade do governo estadual, durante várias administrações. Vivendo sua reestruturação administrativa, na década de 70 – eleições a cada dois anos, reformulação dos seus estatutos, ampliação do quadro de sócios e a retomada da publicação de sua revista, a partir de 1979 e na busca por uma sede definitiva (que acontece em 31 de outubro de 1986, no Palácio Cruz e Sousa) que o IHGSC interage na organização do MHSC.

A sede definitiva do Instituto é aprovada pela Assembléia Legislativa a partir de um projeto dos deputados estaduais Salomão Antônio Ribas Júnior – membro do IHGSC e, também, do Conselho Estadual de Cultura – e Cid César de Almeida Pedrosa.⁷⁵ A mudança do IHGSC para o Palácio Cruz e Sousa se dá em 31 de outubro de 1986⁷⁶ e a convivência entre as duas instituições no mesmo espaço do Palácio Cruz e Sousa rapidamente fica estremecida, segundo informações do Sr. Carlos Humberto Corrêa:

Katianne Bruhns: E qual a relação do Instituto com o Museu na época em que ele foi criado e que os dois se estabeleceram no Palácio?

⁷⁴ Casa de Santa Catarina é o antigo Clube Germânia, entregue ao IHGSC pelo então governador, Sr. Irineu Borhnausen, localizada à Rua Tenente Silveira, n. 69. In: PIAZZA, W. **Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 1896-1996.** Florianópolis: Ed. da UDESC, 1996. P. 45 e 46.

⁷⁵ PIAZZA, W. **Instituto Histórico de Santa Catarina. 1896-1996.** Florianópolis, Ed. UDESC, 1996. P. 58.

⁷⁶ ATA do IHGSC de 07 de novembro de 1986, Livro 7, P. 27.

Carlos Humberto P Corrêa:

Era bom! Muito bom, mas foi muito rápido, alguns meses só. Não houve possibilidade de continuar esta relação, entende? Porque a primeira diretora também entendeu essa idéia. Apesar dela não ter formação histórica nem museológica, ela entendeu a história. E ela teria condições de prosseguir, pelo menos se cercar de gente que entendesse a coisa. Houve uma convivência de objetivos do Instituto e dela, mas depois a substituição foi sendo rapidamente, e tal. Aí a gente perdeu o controle. (...) Começaram haver depois dela, certos clics (?) entre a direção do Museu e a direção do Instituto. Talvez um querer mudança na área do outro. Isso depois dela, né. E isso gradativamente foi mudando, a ponto de haver, em certa época, uma briga mesmo, entre a direção do Instituto e a direção do Museu. Porque a estrutura administrativa do Museu ficou muito estranha, em função da existência de uma fundação de cultura. Porque o Museu está atrelado a Fundação de Cultura e não a Secretaria de Cultura.(...)⁷⁷

Interessante notar na fala do entrevistado que a primeira diretora do MHSC não possuía formação na área de História ou de Museologia, independente disso, a relação entre a direção do Museu e a Presidência do Instituto era boa, enquanto que, no momento em que há a troca da direção do mesmo, apesar da formação na área de História⁷⁸ a situação se altera.

Sônia:

“(…) Tanto é que a minha primeira atitude quando assumi o museu foi fechar o museu, o museu ficou fechado durante duas semanas para uma reforma interna. (...) Então o museu era uma coisa sem vida, (...). Enfim, tinha uma parte que era só medalhas e medalhas, nós recolhemos tudo isso, abrimos um auditório onde passou a ter debates e palestras, abrimos um espaço no museu pra

⁷⁷ Entrevista concedida por Carlos Humberto Pederneiras Correia, em 18/6/2006.

⁷⁸ A segunda diretora do MHSC foi a Sra. Sônia Malheiros Miguel.

exposições temporárias. (...) Então a partir daí a gente começou a ter exposições temporárias que a gente fazia associada com debates. Então um exemplo, a gente fez uma exposição sobre casamento, então recuperamos, isso foi um trabalho feito com a professora Mirian Andrade (?) da Antropologia, então levamos todos os livros, então tem a história de escrever o nome na bananeira com a faca, então plantamos uma bananeira no museu com uma faca, recuperamos vestidos de noivas que algumas mulheres tinham guardado, da década de 30. A partir daí, junto com a exposição fizemos debates com as novas formas de família, então a gente procurava associar. Fizemos uma sobre bruxaria na ilha e aí debate sobre o tema bruxaria na ilha. Fizemos outra sobre carnaval, foi montado um carro alegórico no meio do museu e discussões sobre isso, então a idéia principal era ter exposições temporárias circulando pra fazer com que o público voltasse ao museu. Porque o que acontecia era que vinham aqui e depois já sabiam o que acontecia aqui dentro, né?⁷⁹

Este distanciamento cresceu na medida em que o tempo passou e na época da entrevista realizada com o Prof. Carlos Humberto Corrêa, a partir daquilo que acreditava ser a função do Instituto e aquilo que o Museu realizava, o mesmo define desta forma:

Carlos Humberto Correa:

Não tem mais espaço pra gente ampliar, a biblioteca não tem mais como ampliar... E nós não temos sequer uma liberdade de... Tem um maluco que toca tambor com as criancinhas, eles não percebem que isso é uma biblioteca! Aí dizem: ah, mas é a programação do museu! Mas nós também temos a nossa programação! Então, essa convivência é que não é possível mais! Não dá de maneira alguma!⁸⁰

⁷⁹ Entrevista concedida por Sônia Malheiros Miguel, em 31/08/2006.

⁸⁰ Entrevista concedida por Carlos Humberto Pederneiras Correia à autora da presente pesquisa Katianne Bruhns em 18/6/2006.

Confrontando falas das duas entrevistas, podemos notar que os objetivos da nova direção do MHSC se distanciavam daqueles esperados pelo IHGSC, composto por membros atuantes na elaboração do projeto deste museu.

3.4 Vinculação do MHSC ao discurso político-cultural

Nos ateremos aqui a ações oficiais do Estado: publicações oficiais, atuação do Conselho Estadual de Cultura e I Congresso de História, procurando, tanto demonstrar sua importância, quanto localizar o MHSC no contexto.

Na década de 1970, o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado lança um livreto chamado “*As instituições da cultura catarinense*”, tendo como autor o já citado diretor da Unidade de Ciências, Sr. Jali Meirinho. O referido livreto é prefaciado por Carlos Humberto Corrêa e tem caráter informativo sobre as atividades culturais em Santa Catarina com o objetivo fazer uma “breve abordagem histórica e sócio-cultural” para promover a compreensão daquilo que vem a ser a “realidade catarinense” (grifo nosso). Destaca-se neste livreto, a inexistência de um museu estadual que pudesse guardar os valores culturais representativos do Estado e que ações estavam sendo organizadas junto ao IPHAN com o intuito de se criar um Museu Estadual.

Além de citar escolas, museus, grupos teatrais e bibliotecas atuantes no Estado, aborda a política adotada pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, que deveria promover atividades culturais, estudos e pesquisas nas áreas de Artes, Ciências (ao qual estava vinculado o MHSC, uma vez que atuava no setor das Ciências Humanas e Sociais) e Letras.

Dentre as publicações oficiais estão os Calendários Culturais que assinalavam as mais diferentes atividades culturais que aconteceriam durante o ano nos diferentes municípios do Estado. Pesquisamos os Calendários Culturais entre 1980 e 1985 e a referência ao MHSC nestas publicações é ínfima, aparecendo somente quando há referência da exposição “*Florianópolis era assim*” - exposição de fotografias, gravuras e poemas. Mesmo quando é realizado o Concurso Nacional de Poesia: Cruz e Sousa, o MHSC não aparece como local da entrega do prêmio. Nestes Calendários Culturais percebe-se uma movimentação maior do Museu Universitário da UFSC do que do

MHSC. Algumas atividades encabeçadas pela FCC não especifica o local de realização e tanto o MASC, a própria FCC, quanto outras associações do tipo coral, artistas, músicos parecem mais atuantes que o MHSC nestes livretos.

O Conselho Estadual de Cultura, criado através da Lei nº 4.086, de 4/12/67 tendo como objetivo planejar, orientar e coordenar as atividades culturais do Estado. Este Conselho era composto por dez membros, todos nomeados pelo Governador para um mandato de quatro anos e deveria reunir-se quinzenalmente.

A capital contava ainda com o Departamento de Extensão da UFSC, o Instituto Histórico e Geográfico – criado em 1896, a Academia Catarinense de Letras – criada em 1920 – que na década de 1970 contava com 40 membros, a Comissão Catarinense de Folclore – criada em 1949, o Instituto de Filosofia – criado em 1965 e outras instituições congêneres em outros municípios.⁸¹

Entre as revistas regionais, duas tinham expressão em nível estadual: Revista do Sul, de Blumenau, criada em 1945 e a Revista Catarinense dos Municípios que era editada em Florianópolis. Em Blumenau havia ainda a publicação do Blumenau em Cadernos, criada em 1958 e especializada na história regional e estadual.⁸²

Interessante notar a informação contida nesta fonte sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: “Foi importante, na vida cultural do Estado, pela “coação que exerceu sobre os intelectuais e estudiosos, na publicação sobre o catarinensismo”. [grifo nosso] Entre 1910 e 1940, este Instituto editava sua revista e foi também responsável pelo I Congresso de História de Santa Catarina, realizado em 1948. Após um tempo inativo, na década de 1970 – mesma época da implantação do MHSC – o mesmo passa por uma reestruturação.

Destacamos aqui a palavra “coação” utilizada nesta publicação sobre as Instituições da Cultura Catarinense, da Secretaria de Educação e Cultura, uma vez que etimologicamente a palavra provém de *cogere* e significa constringer, forçar; o que poderia sugerir uma orientação do Governo do Estado e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina para uma produção específica, voltada ao enaltecimento dos valores que acreditavam ser exclusivamente catarinenses, dentro daquilo que julgavam ser uma identidade homogênea. A análise do vocabulário e da linguagem utilizada nas documentações produzidas pelas

⁸¹ MEIRINHO, Jali. **As Instituições da Cultura Catarinense**. Edição do Departamento de Cultura, Secretaria de Educação e Cultura. Florianópolis, 1970. P. 21 a 23.

⁸² IDEM, P. 26 e 27.

instituições culturais na época é de grande relevância aqui, pois se a grande contribuição do historiador está na interpretação das fontes, observar os sentidos múltiplos das palavras torna-se fundamental, pois segundo Valmir Francisco Muraro que analisa as obras de Paul Ricoeur sobre Hermenêutica, esta análise contribui para a “participação no contexto, no qual o texto foi gerado, desvendando-o. Não se trata de descobrir a verdade, mas de estabelecer um diálogo entre o passado e a época na qual o historiador está inserido.”⁸³

O Estado também lança “As diretrizes para o Plano Estadual de Cultura – 1979-1982”, durante o governo de Jorge Konder Bornhausen, onde o mesmo reconhece na figura do Estado a incumbência de atuar, “no campo cultural, como elemento de promoção, coordenação e apoio às atividades e iniciativas culturais de reconhecido valor”. Advertia também acerca das limitações orçamentárias e técnicas do governo para uma série de solicitações de reconhecimento de diversos grupos e/ ou instituições junto ao Estado.

Quanto aos museus, este Conselho deveria estabelecer uma política museológica para o Estado; complementar a instalação do MHSC, do Museu de Artes e do Museu Etnográfico (Casa dos Açores); assistir técnica e financeiramente os museus existentes no Estado e incentivar a capacitação de pessoal.

Encontramos no mesmo documento que este Conselho seria responsável por *editar obras de cunho histórico, no intuito de tornar mais conhecido o Estado, através de seu passado, dos vultos que o fizeram [grifo nosso] o cultural, político e social que herdamos.*⁸⁴

Com relação à imagem e som, o Conselho deveria implantar o Centro da Memória Catarinense, onde seriam arquivados e registrados os “acontecimentos de realce para o Estado” [grifo nosso].

No setor de microfilmagem, deveriam ser arquivados documentos de “valor histórico”, cabe aqui perceber o movimento histórico na década de 1970, o que era considerado História.

Seguindo a política cultural iniciada no início da década de 1970, a orientação de editar obras de autores catarinenses, ou de outros que viessem a escrever sobre temáticas do Estado; bem como a realização de ciclos de palestras sobre autores catarinenses em escolas de segundo grau e faculdades, anualmente.⁸⁵

⁸³ MURARO, Valmir Francisco. Sobre Hermenêutica, História e Narrativa. In: **Revista Fronteiras**. N. 7. P. 89-110. Florianópolis/ UFSC: Ed. Universitária, 1999. P.100.

⁸⁴ DIRETRIZES PARA O PLANO ESTADUAL DE CULTURA 1979/82. Estado de Santa Catarina/ Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. P 12.

⁸⁵ Idem. P. 14.

Deveria ainda acontecer anualmente um encontro de escritores catarinenses, edições de revistas dedicadas à análise e difusão de assuntos culturais catarinenses e a organização de catálogos, jornais e revistas voltados aos assuntos do Estado.⁸⁶

Carlos Humberto Corrêa:

Eu, quando fui diretor de cultura – isso eu carrego comigo! – na época dos militares, se não me engano, levamos cultura para o interior do estado todo! Organizamos um curso “Fundamentos da Cultura Catarinense”, que foi para 32 municípios. Os professores saíam daqui de automóvel, a gente andava de seis em seis municípios!⁸⁷

Deste plano faziam parte: festivais, exposições, concursos de artes, músicas, levantamento e cadastramento dos artesãos e folclorista do Estado, apoio técnico a grupos de teatro e a clubes e curtas-metragens de cinema. A criação de contatos permanentes com as microrregiões do estado e com os municípios fazia parte dos objetivos administrativos deste Conselho, no intuito de “recuperar e proteger”⁸⁸ as raízes culturais do Estado de Santa Catarina.

3.5 Museu Histórico de Santa Catarina: “De núcleo de poder a instituição cultural”⁸⁹

Na primeira reunião do Grupo de Trabalho para a implantação do MHSC ficou definida a especialidade do MHSC, tendo como justificativa que “na moderna museologia não se admite mais a criação de museus ecléticos, com abrangência em várias áreas”, pois isto “impede que o museu cumpra a sua real finalidade. O Sr. Carlos Humberto P. Corrêa adiantou que, sendo Florianópolis, a Capital do

⁸⁶ Sobre a imprensa destacamos o importante papel da mídia impressa nesta época, salientando que, devido à situação política, a grande maioria estava ligada às oligarquias estaduais (28 das 55 emissoras de rádio e os cinco maiores jornais da época – Diário Catarinense, A Gazeta, O Estado, A Notícia e o Jornal de Santa Catarina).

⁸⁷ Entrevista concedida por Carlos Humberto Pederneiras Correia, em 18/6/2006.

⁸⁸ DIRETRIZES PARA O PLANO ESTADUAL DE CULTURA 1979/82. Estado de Santa Catarina/ Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. P. 17.

⁸⁹ Jornal “O Estado”, de 04/05/86.

Estado, um centro político, a sua sugestão seria pela organização de um Museu Histórico que revelasse a evolução política de Santa Catarina (...).⁹⁰

Esta sugestão foi aprovada por unanimidade, de modo que o MHSC deveria então, representar a História Política do Estado. Diante disso, foi solicitado ao governo municipal e também aos museus do interior do Estado, “peças de personalidades catarinenses ligadas à política estadual”. Deveria ser feito também um “levantamento dos bens pertencentes ao Poder Legislativo, Judiciário e Executivo, fora de uso e que, por valor histórico possam servir ao acervo do Museu”.

Em um Relatório do Grupo de Trabalho, encontramos uma Ata referente à mesma reunião deste, onde sua redação foi modificada, porém mantendo o mesmo conteúdo. Quando definem a especialidade do museu: *a definição quanto à especialidade do museu, que, embora histórico, para atender aos modernos conceitos de Museologia, deverá ater-se a uma área determinada, sob pena de vir tornar-se um amontoado de objetos sem atender a uma finalidade precípua*. E ainda, a fim de coletar acervo para o MHSC, um dos membros diz “*ter conhecimento de várias famílias, descendentes de vultos da nossa história política, dispostas a doarem bens de valor cultural tão logo o museu venha a ser criado*”⁹¹.

Na entrevista de D. Jessy Cherem quando lhe foi perguntado acerca da coleta de acervo para o museu, a mesma diz o seguinte:

Particpei sozinha! Coletei sozinha. O que o Museu tinha foi coletado pelas minhas mãos e minha cabeça! Através de uma comunicação com pessoas ligadas diretamente aos familiares dos ex-governadores. (...) Enfim, eu ia conversando, pedindo, solicitando, mostrando a importância de doar para o Museu alguma coisa que falasse da história, porque o Museu ia ser visitado por um público bastante interessante, bastante diversificado.⁹²

⁹⁰ Palavras do Sr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, In: Ata nº 1 do Grupo de Trabalho para a implantação do MHSC, de 27 de janeiro de 1977.

⁹¹ O acervo principal foi doado pelo ex-governador Antônio Carlos Konder Reis conforme Jornal “A Gazeta” de 29/7/86; entrevista concedida pela ex-diretora do MHSC, Sra. Jessy Cherem e também segundo documentos pessoais (pequenas cartas trocadas entre ambos: de 8/10/80, 24/10/80 - aqui inclusive o ex-governador refere-se ao MHSC como “nosso museu”, 16/08/79).

⁹² Entrevista concedida pela Sra. Jessy Cherem, em 14/07/2006.

Em entrevista com a Sra. Rosilda Deolinda de Farias Schroeder podemos verificar novamente como e qual foi o primeiro acervo coletado para o MHSC:

Rosilda Schroeder:

O que eu sei é das pesquisas que eu tomei conhecimento, que foi então, eu sei que foi em 1977 o governador da época era o doutor Antônio Carlos Konder Reis e ele então cria através de um decreto, um grupo de trabalho para fazer um estudo de criação do museu aqui em Florianópolis, como já havia então um museu de arte, o grupo se reuniu e decidiram por uma criação do museu histórico, mas precisamente a história política do estado, visto que aqui sempre ficou a sede do poder catarinense. Esse grupo então começa a angariar material, quem faz parte do grupo, uma das diretoras do museu a primeira que foi a Jessy Cherem, que começa a angariar então material, muito do acervo do palácio, é material do Antônio Carlos Konder Reis, porque tudo que era medalhas, diplomas, condecorações, ele repartiu tudo pro museu, então a maioria do acervo era do Antônio Carlos Konder Reis. Depois então, com a instalação do museu no Palácio Cruz e Sousa, o que se fosse de grosso do acervo, foi mais a parte de mobiliária, a mobília então entrega em si toda aquela característica eclética e o que eu sabia que era que, naquela época já se cogitava, que toda vez que o palácio deixasse de ser a sede do poder executivo ali se instalaria o museu histórico e é o que foi acontecer em 1987. (...) É, tem algumas doações de famílias, principalmente do grupo (Hoepeck,) grande parte do Antônio Carlos Konder Reis, como eu já falei, muito material que foi angariado pela Jessy Cherem, através que vejo, era de fichas, questionários que ela enviava para prefeituras, pedindo se a comunidade tinha alguma coisa que pudesse doar, mas nessa parte a gente viu assim, que muita pouca coisa foi trazida, o grosso mesmo

do acervo era o material do governador Antônio Carlos Konder Reis”.⁹³

Diante desta informação, podemos compreender as correspondência entre o Sr. Antônio Carlos Konder Reis e a primeira diretora do MHSC, Sra. Jessy Cherem:

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1980.

Prezada amiga Dona Jessy,

Com meus cumprimentos, venho acusar o recebimento de sua carta, datada de 21 de julho. Grato pela acolhida à idéia de emprestar ao Museu de Itajaí peças não expostas no “nosso” [grifo do autor], aí de Florianópolis. (...) Breve lhe remeterei mais alguns documentos e peças para serem incorporadas ao acervo do Museu. Aqui fico à sua disposição. Do amigo sempre grato, Antônio Carlos Konder Reis.”⁹⁴

Na entrevista percebemos que a metodologia para a coleta do acervo do MHSC partiu da Unidade de Ciências, ao qual o mesmo era vinculado:

“(...) mas a orientação da Unidade de Ciências, foi exatamente pra que se fizesse junto às famílias de ex-governadores, de políticos, não só ex-governadores, que tivessem tido participação na vida política brasileira, que tivessem algum documento, alguma foto, alguma coisa que dissesse respeito a essa história e que doasse ao museu. Isso foi muito bem recebido, o Museu recebeu muita coisa para o acervo, um volume expressivo, que de vez em quando se faziam exposições.”⁹⁵

Dr. Carlos Humberto P. Corrêa se refere ao acervo do MHSC em sua entrevista:

⁹³ Entrevista concedida pela Sra. Rosilda Deolinda de Farias Schroeder, em 22/08/2008.

⁹⁴ Acervo pessoal, Sra. Jessy Cherem.

⁹⁵ Entrevista concedida pelo Sr. Jali Meirinho, em 13/07/2006.

Do pouco que foi coletado, né? Então não conseguiram coletar o material suficiente para que o Museu se fixasse como museu, tivesse acervo que justificasse sua existência como museu. Talvez nem tanto pela direção, muito pelo contrário, mas pelos próprios fornecedores do material! Eles só mandaram pra cá porcarias. Então, a coleta do material para organizar o Museu foi pequena, ínfima em relação à importância da casa...”,⁹⁶

Na terceira reunião, a representante da UFSC, Sra. Maria Êster Teixeira Cruz, comprometeu-se *a promover um levantamento de retratos de ex-governadores e outras telas de valor histórico, existentes no Palácio do Governo. Idêntica medida tomará, com relação a móveis e outras peças ali existentes.*

No Relatório de 15 de fevereiro de 1977, elaborado pelo Sr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, há informações quanto à formação do acervo inicial, que definem como e onde poderiam buscar acervo. Nos dois primeiros itens citados neste documento, demonstra a necessidade de firmar contatos com instituições congêneres do país, como Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Imperial de Petrópolis, Museu Paulista e com o Curso de Museologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro – com o qual firmariam convênio para a orientação na instalação e treinamento de pessoal. No terceiro item aparece novamente a busca de acervo “*entre familiares e descendentes de personalidades ligadas à História de Santa Catarina para obtenção, doação e compra de objetos e documentos de valor histórico*”.⁹⁷

Inúmeras vezes destacam-se nos documentos o seu “*valor histórico*”, que sabemos ser relativo no tempo e espaço, definido por grupos de pessoas e por interesses. É também um produto dos discursos, ou como os discursos, cuja lógica é construída e arbitrária, com uma função específica. A construção de objetos e/ ou documentos como tendo *valor histórico*, aloja-se em pequenas histórias, em determinados contextos históricos.

No “*Art. 1º do Pré-projeto de regulamento para o MHSC*” encontra-se a seguinte informação: “*Ao MHSC caberá a coleta, conservação e apresentação de peças e documentos de valor histórico,*

⁹⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, em 18/07/2006.

⁹⁷ Relatório para a organização do MHSC, redigido por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. (Datilografado)

(...)”. No estudo feito como modelo para um Regimento Interno, consta a mesma frase e mais, no item d) do que compete a Direção do MHSC, diz o seguinte: (...) *promover a divulgação dos valores históricos de Santa Catarina*”. E ainda, no item e) da seção de Museologia traz: *“propor à direção a aquisição de peças de valor histórico ou ligadas aos aspectos sociais do desenvolvimento do povo catarinense*. Salientamos que, desde o início dos trabalhos para a implantação do MHSC, é a primeira vez que aspectos *sociais* são mencionados, bem como a palavra *povo*.

A estrutura do museu é alterada da primeira versão do Regimento para a segunda: Na primeira versão a estrutura do MHSC seria a seguinte: Direção, Seção de Museologia, de Publicações e Documentação e Administrativa. Na segunda versão: Direção, seção Administrativa, de Acervo (que se dividiria em Aquisição e registro de Obras, Conservação de Obras e Restauração de Obras), de Exposições (se dividiria em Permanentes e Temporárias) e de Estudos e Pesquisas – que deveria organizar um “acervo paralelo de peças não exponíveis” (que se dividiria em Setor de Publicações, de Cursos e Conferências e de Memória Catarinense – direcionando o museu desde a sua criação na direção da catarinensização?).

Aqui estamos querendo definir o discurso utilizado para adquirir, organizar e selecionar o acervo do Museu, uma vez que este discurso é repetido várias vezes, como encontramos abaixo, no Relatório de 15 de fevereiro de 1977, elaborado pelo Sr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Este relatório quer demonstrar a necessidade de um Museu Histórico e direcionar a sua organização interna, inclusive do seu acervo.

Consta:

Terra e povo guardando tradições que vêm dos tempos da Colônia, não possui o Estado uma instituição capaz de acolher um acervo que documente quase cinco séculos de história e, que, revele às suas gerações futuras o conhecimento de Santa Catarina de hoje.

Um vasto patrimônio de documentos e bens de valor histórico está se perdendo pela falta de um museu que o receba e o restaure, ordene, coloque ao alcance dos pesquisadores e o revele ao grande público como complemento da educação formal.

A instituição de um órgão dinâmico de infraestrutura histórico-cultural, indispensável no

desenvolvimento da ciência, educação e turismo, requer providências especiais (...)"

Esta é a introdução ao Plano de implantação do MHSC. O documento busca amparo na tradição do passado e na contribuição para o futuro, bem como coloca a instituição como complemento a educação formal. Pede ainda o documento que este museu seja dinâmico na sua infra-estrutura, que possa guardar e restaurar o acervo de modo a colocá-lo acessível ao público.

Aqui temos itens bastante importantes e que vão diretamente ao encontro do que o Conselho Internacional de Museus – ICOM define como museu: Museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe evidências materiais do homem e de seu ambiente, para fins de pesquisa, educação e lazer. (Estatuto do Comitê Brasileiro do ICOM, Art. 6º). Assemelha-se, porém à Museologia Tradicional, que centraliza suas ações nos objetos e nos visitantes, partindo de uma concepção de edifício, coleção e público.

Podemos encontrar esta característica da Museologia Tradicional quando analisamos o item 1, que define o espaço físico necessário para acolher o MHSC: *Prédio com aspecto arquitetônico definido, de valor histórico e tombado pelo Patrimônio Histórico*. Com o movimento da Nova Museologia⁹⁸ acontece um alargamento destes elementos, tornando-os mais abrangentes e inclusivos: do edifício para o território, da coleção para o patrimônio e do público para a população. É um conceito que se expande além das paredes dos museus, vai de encontro às comunidades e interage com elas.

A primeira sede do MHSC foi à Casa da Alfândega, localizado à Rua Conselheiro Mafra – destinado até então ao Ministério da Fazenda – no centro da cidade de Florianópolis. Sua construção foi iniciada em 1874 e concluída em 1876. Foi tombado pelo IPHAN em 1975 e transferido ao governo do Estado de Santa Catarina que, após restaurá-lo, destinou-o ao Museu de Arte e ao Museu Histórico de Santa Catarina.

No Relatório Final do Grupo de Trabalho, entregue ao governador do Estado Antônio Carlos Konder Reis, em maio de 1977, o Sr. Jali Meirinho – presidente do grupo, em seu discurso salienta que a sede ideal para acolher este museu, seria o prédio do Poder Executivo –

⁹⁸ Conceito de Nova Museologia conforme item 1.1 desta Tese.

Palácio Cruz e Sousa. Sugerindo então que, assim que o “*Poder Executivo deixasse o prédio, seria, o mesmo preservado como a sede do Museu Histórico*”. Neste Relatório, os conceitos gerais apresentados estão ligados aos do ICOM (Museologia Tradicional), principalmente ao conceito de museu. Dentre as funções básicas encontradas no Relatório destacamos que o mesmo reconhece a exposição do acervo como a maneira tradicional de comunicação dos museus com o seu público – o qual denominam “*notadamente leigo*” – e tendo a educação como consequência deste processo. Porém, reconhece que um museu “*em nenhuma hipótese*” pode ser “*um corpo estranho dentro da comunidade em que se implanta*”.

D. Jessy Cherem assume a direção do MHSC em 4 de junho de 1977 – antes da instalação oficial do museu na Casa da Alfândega e como uma de suas primeiras ações, envia a todos os municípios do Estado, informação sobre o novo museu e solicitação, tanto de objetos, quanto de documentários históricos sobre estes municípios que pudessem fazer parte do acervo.

Em outubro de 1977, a então diretora do MHSC passa 10 dias no Rio de Janeiro, fazendo um estágio no Museu Histórico Nacional e Museu da República e, em julho de 1978, participa de um Seminário de Prevenção e Segurança nos Museus, realizado, também, no Rio de Janeiro. A instalação do corpo de guarda, para assistência contínua ao Museu foi decisão tomada pela diretora a partir de sua participação neste seminário. Deste estágio, também, a diretora do Museu traz sugestões e recomendações, entre elas a de organizar um projeto dirigido às escolas denominado *O Museu vai à Escola* que teria como objetivos emitir circulares aos colégios para organizar mensalmente comemorações *sobre um vulto histórico, sobre datas históricas, com palestras, conferências, apresentação de slides, etc*, atividades de livre criação com os escolares e, conferências e cursos no auditório da Secretaria de Educação e Cultura. O objetivo seria a *conscientização da população catarinense, para o verdadeiro sentido de atuação de um Museu em bases de uma entidade dinâmica, com recursos legados pela História da nossa terra e da nossa gente*⁹⁹.

Havia no discurso da direção deste museu um consenso com os conceitos determinados pelo ICOM, porém, na prática, o discurso e as atividades estavam voltadas para a manutenção do discurso e políticas determinadas pelo Governo do Estado.

⁹⁹ Relatório de Estágio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, escrito por Jessy Cherem Stocco, em 1977.

3.6 Museus enquanto Aparelhos Ideológicos

Este item propõe uma discussão acerca dos museus enquanto Aparelhos Ideológicos. Salientamos algumas características destas instituições, especialmente no período do governo de Getúlio Vargas (1937-1945) e que vão influenciar estas instituições no decorrer dos anos seguintes até a atualidade. Não devemos esquecer que a organização do IPHAN se dá neste período de ditadura e esta instituição regerá a política cultural adotada no país.

Estas reflexões têm suas bases nas teorias de Louis Althusser¹⁰⁰ que discorre sobre o problema da dominação e partindo das teorias marxistas de Aparelhos Repressivos de Estado, reconhece além destes, o poder dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Enquanto os primeiros estão encarregados da repressão mediante a violência – o exército, a polícia, os tribunais e outros, os segundos atuam através da ideologia numa manipulação de ordem simbólica – aqui estariam relacionadas as escolas, os partidos políticos, os sindicatos, a família, as instituições culturais e outros. Apesar desta distinção entre os Aparelhos, todos eles – quer repressivos, quer ideológicos agem utilizando-se da força/violência¹⁰¹ e da ideologia, ou seja, não há Aparelho puramente repressivo, nem Aparelho puramente ideológico.

Na atualidade, os museus baseiam-se no antigo colecionismo dos séculos XVI e XVII, resultantes das grandes descobertas.

As coleções estão nas origens dos museus, cabe enfatizar que elas têm suas bases no mobiliário e oferendas dos templos; nos tesouros principescos; nos presentes, saques e despojos de guerra e conquistas e nas relíquias e objetos sagrados. Em qualquer um desses segmentos, é possível verificar a mesma atitude de identificação e retirada de objetos do uso cotidiano, para expô-los à contemplação dos deuses, dos mortos ou dos

¹⁰⁰ ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estados**. Rio de Janeiro: Graal, 1985, 2 ed.

¹⁰¹ Caberia aqui uma discussão acerca do conceito de violência, uma vez que esta não se dá única e exclusivamente pela força física. Quando tratamos das leis que excluem pessoas por sua cor, condições físicas ou sociais, estamos falando de violência. Quando tratamos de contar uma história através de uma exposição museológica, onde os objetos selecionados não contemplam comunidades indígenas ou quilombolas, entre outros, estamos também falando de violência.

outros homens. Atitude esta, comum às sociedades desde os princípios de hominização.¹⁰²

Como segunda característica, os museus sempre foram espaços elitizados, onde o público frequentador estava ligado de alguma maneira ao *saber* e/ou ao *poder* (por exemplo, o Museu de Alexandria, apesar de assemelhar-se a uma Universidade ou Academia Filosófica, se caracteriza por permitir o acesso quase exclusivo de cientistas ou filósofos abrigados na corte, sob tutela do Estado¹⁰³).

Atualmente, o Estatuto do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) / Art. 6º, define museu como uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe evidências materiais do homem e de seu ambiente, para fins de pesquisa, educação e lazer.

Apesar de verificarmos uma ampliação do conceito neste Estatuto, acreditamos ser este ainda reduzido se levarmos em conta a musealização dos espaços – experiência largamente adotada por profissionais e instituições que acreditam não ser necessário retirar o objeto do espaço onde se encontra – por exemplo, as oficinas líticas¹⁰⁴ – mas sim, musealizar este espaço.

Os museus estão sendo redescobertos, enquanto instituições ativas, na medida em que repensam e questionam suas estruturas e conteúdos, buscando desta forma, interagir com a comunidade que lhe cerca, multiplicando a esfera de musealização patrimonial.¹⁰⁵

Alguns governos (principalmente os de matriz autoritária, como o Estado Novo, no caso do Brasil) perceberam que os museus eram

¹⁰² BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. **Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 6:293-313, 1996.

¹⁰³ Ver GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu, Museologia, Museólogos e Formação. **Revista Museu**, 1 (1): 7-11, 2º Sem, 1989.

¹⁰⁴ Ver BASTOS, R. L. & TEIXEIRA, A. **Atlas de Florianópolis.** Florianópolis: PMF/ IPUF, 2004. que definem oficinas líticas como formações de depressões na rocha: sulcos, frisos, pratos, bacias que serviam para amolar, afiar e polir as ferramentas e instrumentos. As evidências circulares contidas nas rochas são interpretadas como marcas resultantes do trabalho para a definição da forma dos artefatos (por exemplo: a preparação de um machado de pedra). Encontrados com frequência no litoral, confeccionados normalmente em pedra muito dura (diabásio).

¹⁰⁵ Sobre o histórico das discussões acerca do museu e de seu papel diante da sociedade ver ARAUJO, Marcelo Mattos & BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo (Org.) – Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

veículos competentes para conquistar a hegemonia social e cultural. Refletir acerca da nacionalização da cultura durante o período do Estado Novo nos leva a refletir sobre a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado que tem como expoente principal neste estudo os escritos de Althusser.

Segundo Ricardo Müller¹⁰⁶ “Althusser desenvolve o conceito de *prática teórica*¹⁰⁷ de acordo com os procedimentos das *três generalidades*’, que *constituem o trabalho de elaboração da ciência*, onde os fatos, evidências – objetos de conhecimento – seriam Generalidade I (GI); a prática teórica seria Generalidade II (GII) e os conceitos e conhecimentos elaborados a partir da prática teórica seria Generalidade III (GIII). Não querendo ser reducionista, Althusser considera GI ideológico por natureza, que seria despido de todas as impurezas por GII e só então, resultariam em conhecimento específico, que seria o GIII. Esta teoria tem como base a infra e a superestrutura com primazia do elemento econômico. Por ser uma teoria de cunho estruturalista, a estrutura conceitual domina o ser social que sucumbiria sob o manto destas estruturas.

A política estadonovista pode ser vista aqui como uma superestrutura, determinante nas ações governamentais de cunho político, econômico, social e cultural. Não negando o movimento interno do período, nem procurando uma dicotomia entre a prática teórica e a experiência, mas acreditando que esta política, que almejava ser totalizante, exerceu importante papel no setor cultural, mais especificamente, no setor museológico.

A política nacionalista de cunho autoritário teve projeções tão amplas que englobou todos os setores da sociedade, onde não apenas se incumbem de garantir os *direitos* dos cidadãos, mas que também exigiria destes os *deveres* para com o Estado.

Segundo Aspásia Camargo o Estado teria como função *promover o bem comum racionalizando a ação política, controlando os interesses do capital e enquadrando as massas*.¹⁰⁸

Como uma ampla reestruturação era necessária, o Estado utiliza-se de diversos meios de agenciamento para garantir a hegemonia. Para tanto, reafirma seu pacto com a Igreja dando apoio às escolas

¹⁰⁶ MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e Utopia**: *Thompson e a História*. Tese Doutorado: USP/São Paulo, 2002. Pp. 155 a 158.

¹⁰⁷ Prática Teórica: intermediação entre a matéria-prima (fatos e evidências) e a conceitualização estrutural do conhecimento concreto; processo de análise; limpeza e reelaboração de G I para produção de G III.

¹⁰⁸ CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. P. 22.

religiosas e concedendo cargos em instituições oficiais a personalidades católicas. O Exército, diz Aspásia Camargo, procura sua identidade, entre um exército profissional e um exército político e consegue a ampliação de sua atuação vislumbrando um projeto nacional acima dos regionalismos.

Entre os empresários, destaque para os industriais uma vez que o Brasil pretendia abandonar suas raízes agroexportadoras e incentivar o mercado interno que, aliás, fez da economia um importante aliado de compensação política. Aqui não podemos deixar de citar o abandono do pluralismo sindical em favor da implantação do sindicato único, tutelado pelo Ministério do Trabalho.¹⁰⁹ Diante desta política ao trabalhador urbano seriam dispensados novos olhares e atenções.¹¹⁰

Na cultura precisava-se valorizar um passado de glórias que compusesse o genuíno cidadão brasileiro. O governo colocava-se lado a lado com o povo numa revisão do passado. Portanto, faz-se necessário criar mecanismos que irão articular ações para promover a imagem do Estado, legitimando suas ações. Novos ritos, novas comemorações, também, fazem parte do deste contexto brasileiro.

Cria-se uma diversidade de órgãos e instituições para sustentar esta política autoritária. Em dois exemplos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN no Ministério da Educação e Saúde Pública – a procura da identidade nacional – e o Departamento de Imprensa e Propaganda/ DIP (que era dividido em Divisão de Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa) – almejando o controle da produção artístico-cultural. Ambos utilizam-se de imagens, da palavra escrita e falada para cooptar a população brasileira¹¹¹.

Para articular as ações do Estado era necessário criar mecanismos que fizessem a ponte entre este e a população, justificando ações deste Estado autoritário num passado imerso em glórias, genuinamente brasileiro.

Podemos perceber em alguns setores da sociedade a eficácia desta política totalizante. Tomemos por referência o setor cultural:

¹⁰⁹ Sobre este tema Alcir LENHARO em **Sacralização da Política**, analisa Ari Pitombo que se refere aos sindicatos como “escolas de união e disciplina”. Pp. 37-38.

¹¹⁰ Sobre esta questão ver FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**, Porto Alegre: Globo, EDUSP, 1975.

¹¹¹ Levando esta análise para o Regime Militar, período desta tese, temos os vários Atos Institucionais, a criação da Divisão de Censuras e Diversões Públicas (DCDP), além de, no caso de Florianópolis, a inauguração da placa em homenagem a Floriano Peixoto, na Praça XV de Novembro, gerando o que ficou conhecido como Novembrada.

diversas sociedades culturais (canto, teatro, música, tiro ao alvo) em comunidades de imigrantes no sul do Brasil¹¹² fecharam por pressão desta política ou adaptaram-se à nova ordem¹¹³. Padronizou-se a cultura nacional incentivada pelo Estado e neste ínterim encontram-se, também, os museus, não só de cunho municipal, estadual ou federal. Estes por sua posição referendaram tal política, mas também, *museus* particulares, uma vez que qualquer cidadão que tenha sido legítimo colaborador do governo teria direito ou a honra de ter seu nome eternizado numa sala ou num museu, ou mesmo ter sua casa transformada num museu com todas as honras de Estado.

Estes museus, muitas vezes ecléticos e depositários de uma *cultura política* centralizadora e autoritária foram muito disseminados no Brasil e contribuem para a reprodução das relações de dominação uma vez que homogenizam e restringem os questionamentos.

Precisamos aqui fazer nosso recorte temporal, apesar de já assinalado, reiteramos que os museus podem funcionar como aparelhos ideológicos quando participantes de uma estrutura maior e vistos como suporte desta estrutura. Em nosso caso, os museus aparecem como suporte de uma política educacional e cultural nacionalista, aplicada durante o regime do Estado Novo (1937- 1945) aplicado pelo então presidente Getúlio Vargas.

Este período promove uma grande circulação de idéias pedagógicas e com a influência da “Escola Nova” a partir da década de 1940 os museus e seus acervos passam a ser vistos como recursos para a educação formal – para Althusser a escola era o principal Aparelho Ideológico do Estado.

O papel dominante cabe à Escola, se bem que sua música seja silenciosa. Ela recebe as crianças de todas as classes em sua idade mais ‘vulnerável’, inculcando-lhe saberes práticos envolvidos na ideologia dominante (linguagem, cálculo, ciência,

¹¹² BRUHNS, Katiannie. **Espaços de Sociabilidade e o Idioma**. A Campanha de Nacionalização em Joinville. Dissertação de Mestrado. História. Florianópolis, UFSC, 1997. Ver Capítulo 2.

¹¹³ O Estado também promove a tutela dos índios através da FUNAI e do Estatuto do Índio e a desqualificação do negro através do esquecimento de sua memória enquanto agente transformador e através da implementação de uma política de branqueamento.

etc) e mesmo a ideologia dominante em estado puro (moral, civismo, filosofia).¹¹⁴

Verificamos isso na introdução do livro de Louis Althusser feita por J. A. Guilhon Albuquerque quando trata do papel formador da escola, destaca que

formar trabalhador significa, não propriamente, ou não apenas, qualificar seu trabalho, mas tornar, para o indivíduo, natural e necessária a equivalência entre a qualidade do trabalho e a quantidade da força de trabalho; tornar natural e necessária a venda da força de trabalho, a submissão às normas de produção, à racionalidade da hierarquia na produção.¹¹⁵

Percebemos então a importância do papel da escola – públicas e particulares – que contribui, em sua ação educativo-social com a reprodução da ideologia dominante. Um exemplo claro, quando tratamos da época do Estado Novo, foi a distribuição, para todas as escolas públicas de um retrato cuidadosamente encomendado do presidente Getúlio Vargas.¹¹⁶

Herdeiros que somos dos museus europeus e seguidores das tendências da Nova Museologia acolhemos estas idéias – que vão de encontro às necessidades do governo – como a do Musée du Louvre (Paris) que foi o primeiro museu a criar um serviço permanente de educação em 1880; o Victoria and Albert Museum (Londres), organizou exercícios relacionados com o acervo, dirigidos e pensados para estudantes, inaugurando uma etapa definida como pedagogia ativa no âmbito dos museus; na década de 1920 nos Estados Unidos os museus já oferecem serviços educativos e em 1960 este país já conta com 35 museus exclusivamente dedicados a estudantes.

¹¹⁴ ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**, Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Introdução Crítica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. P. 32.

¹¹⁵ ALTHUSSER, Louis. Op. Cit. P. 12.

¹¹⁶ Segundo Paulo BRANDI, em seu livro **Vargas. Da vida para a História**, centenas de obras apoloéticas foram encomendadas pelo DIP e distribuídas nas escolas primárias. Nas palavras de Osvald de Andrade, citada por este autor, a fotografia oficial do presidente, de casaco e meio sorriso comparava-se a Mona Lisa. Sérgio MICELLI, em seu livro **Imagens Negociadas** também trata do efeito poderoso da dominação simbólica que através das obras de literatura e das artes plásticas eram encomendadas pelo governo aos artistas e intelectuais da época, do qual Portinari é um exemplo.

Demonstramos com isso a importância dos museus para a educação e a importância que os serviços educativos vão adquirindo nos museus. A educação está atrelada aos museus.

Muitas vezes, como no caso do Estado Novo no Brasil, os museus estão a serviço da ideologia dominante na medida em que contam uma história que parece estar desvinculada da realidade cotidiana do trabalhador. Privilegiando a construção da história de um segmento da sociedade, como nos livros de história distribuídos pelo Ministério da Educação – que conta a versão dos vencedores. Fazem parecer que os objetos, a exposição, a história contada ali é a representação da história de todos.

Porém, a forma como fazem isso é que é contraditória uma vez que se mostra de forma pronta, acabada como que produzida automaticamente, de forma autônoma, escondendo que a seleção do acervo, a maneira de expor e o discurso usado são produto da própria sociedade e espelho da desigualdade, da exclusão e do esquecimento. Sociedade civil organizada aqui entendida como um segmento privilegiado desta, grupo seleto de “*intelectuais*” ligados às elites dominantes. Uma analogia à “reificação” ou coisificação (utilizada por Lucáks) onde o homem torna-se objeto de uma história autônoma que determina a história com a qual este deve identificar-se. Uma história não reflexiva, não participativa, enfim, uma história alienada. Os museus são vistos como cenários oficiais, onde os objetos adquirem uma perenidade que *torna-o fonte de consenso coletivo, para além das divisões de classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio*¹¹⁷. O Museu Nacional do Rio de Janeiro, a exemplo de outros, manteve por décadas uma mesma exposição, utilizando-se de técnicas tradicionais de museografia e expografia não reflexiva.

Segundo Louis Althusser (...) *uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material. Citando Marx, o autor reitera colocando que a matéria se expressa de inúmeras maneiras, ou melhor, que ela existe de diferentes formas, todas enraizadas em última instância na matéria física.*¹¹⁸

A política de cada instituição museu, sua concepção e sua prática expositiva estão reveladas nos objetos escolhidos para as exposições, uma vez que através do objeto exposto ao público praticam e constroem seu discurso e sua concepção política. Estas concepções dos

¹¹⁷ CANCLINI, Nestor G. Op. Cit. P. 160.

¹¹⁸ ALTHUSSER, Louis. Op. Cit. Pp. 89-91.

museus enquanto instituições atuantes numa realidade a ser construída passam a ser reguladas por rituais/ elementos/ conceitos/ políticas institucionais nas quais todas as suas ações serão baseadas.

Quando Louis Althusser enfatiza que toda a ideologia existe para sujeitos concretos, supõe-se que, este sujeito concreto durante o Estado Novo era a figura exemplar criada pelo Estado: o trabalhador brasileiro, ordeiro, disciplinado que deveria se sentir refletido nas exposições museológicas, identificar-se com um passado de glórias, bem como, com o mito criado, neste caso, o mito Vargas. O cidadão deveria espelhar-se nas exposições museológicas, bem como em todas as atividades culturais permitidas, até para que este pudesse sentir-se no direito de receber do Estado as vantagens que este lhe “concedia” por uma boa postura: jornada limitada de trabalho, saúde, educação, sanitização, moradia (conjuntos habitacionais).

Para a normatização das condutas durante o período do Estado Novo, os Aparelhos Ideológicos utilizaram-se de discursos elaborados estrategicamente para este fim, tomados como verdadeiros e legítimos. A ‘verdade’ é algo construído numa temporalidade com objetivo determinado. Esta verdade é externada através dos discursos, que segundo Michel Foucault¹¹⁹ obedecem a uma *política discursiva* que deve ser reativada a cada discurso. E seu perigo não está na sua proposição, mas, na sua tentativa de instituir-se como verdade absoluta, portanto, excludente. Michel Foucault salienta que discurso é prática, a palavra é ação. O discurso produz um reflexo, define uma prática. A expografia, ou seja, o discurso expositivo do museu é prática através da qual esta instituição irá alcançar o público e transmitir sua visão/concepção de mundo. Esta expografia não vai diferir de sua política interna ou da política externa seguida pela instituição. Os próprios Aparelhos Ideológicos de Estado possuem uma autodisciplina que regula e alimenta seu discurso, fixando-lhe os limites de atuação.

Os museus agem como aparelhos/ instrumentos que decodificam e recodificam a ideologia do Estado para o público, ou seja, estes aparelhos utilizam-se dos discursos/ reflexos/ práticas/ ações para perpetuarem determinada realidade, por isso mais adiante discutiremos a instituição museu e seu discurso expositivo enquanto *metáforas da realidade* uma vez que refletem recortes temporais fixos de discursos elaborados por determinados grupos que buscam legitimidade na sua *demonstração* para o público. Não é somente a existência dos museus com sua história oficial que determina sua função de Estado, mas, a

¹¹⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Paris: Gallimard, 1971. P. 35.

articulação de uma gama de instituições como a educação, por exemplo, que determina a especificidade de sua atuação de reprodução da ordem política. Não pretendemos isolar a história dos museus, nem separar teoria e prática, porém, reconhecemos como superestrutura uma política que determina a atuação dos museus brasileiros.

Diante do exposto queremos salientar que não procuramos ‘verdades’, mas elaborar novas reflexões que articulem ações (experiências) e teorias, objetivando identificar a importância do ‘poder’ (juridicamente constituído: governos, chefias, diretores de museus) para definição da política museológica. O ‘sujeito’ deverá ser visto sob dois ângulos: de um lado o sujeito que exerce o ‘poder’ e de outro, o sujeito (cidadão comum) que não se vê nas exposições museológicas elaboradas para contar determinada história/ ‘verdade’. Ao mesmo tempo em que este sujeito não se enxerga nas exposições confirma sua ‘coisificação’ (da exposição) e torna-se um figurante.

Quando refletimos sobre os Aparelhos Ideológicos não pretendemos excluir o sujeito da história, mas, mostrar que este sujeito (ou sua história), na história dos museus ou particularmente na história do MHSC, está condicionado a um espaço ínfimo, determinado por uma política maior.

No caso do MHSC, este em sua prática, não alcançava as reflexões que eram postuladas pelo ICOM ou pelas políticas museológicas em nível nacional para efetivá-las em nível local; porém, dentro de Santa Catarina tornou-se um aparelho ou instrumento de uma política cultural exteriorizada no discurso do governo estadual, que definiam suas metas. Em função desta reflexão, acreditamos que nenhum museu é apolítico. Acrescentaremos a esta posição, as ponderações feitas no Capítulo IV, quando trataremos do espaço museológico e da seleção do acervo encontrado no MHSC.

Este novo enfoque pretende trazer a luz mais uma possibilidade de discussão sobre a história e atuação dos museus no Brasil, não fechando ou concluindo questões, mas, abrindo a possibilidade de questionamentos e mudanças na política de atuação destas instituições tão representativas da cultura brasileira.

Este assunto não é consensual, demanda acúmulo, espera e, principalmente, diretrizes claras na elaboração de uma nova política cultural para os museus, porém, o atual governo além de reconhecer os museus como instituições parceiras do Estado desde a década de 1930 e, como naquela época, declarando-os parceiros (aparelhos) de sua política cultural, acompanha uma tendência internacional que busca privilegiar, na atualidade, o patrimônio cultural local.

Desde o início do Governo Lula postula-se com a Política Nacional de Museus desenvolvida pelo Ministério da Cultura uma alteração nesta postura dos museus brasileiros. A maior delas está no reconhecimento da necessidade de tornar os museus aparelhos ou instrumentos de inclusão social atrelados às comunidades locais. Inclusão social e valorização do patrimônio local com destaque para a interlocução de saberes científicos e vernaculares acreditamos ser a única maneira de atuação dos museus nesta era chamada global.

4 A FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO CATARINENSE

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social.¹²⁰

4.1 Os conceitos de Cultura, Identidade e Memória

Faz-se necessário expor e discorrer acerca de três conceitos importantes nesta tese, amplos e ricos em significados em função de suas complexidades que formam uma rede densa em torno das reflexões acerca dos museus e do patrimônio cultural.

O primeiro conceito, o de cultura seguirá duas reflexões importantes: a de Sylvia Couceiro que em seu artigo sobre *Os desafios da história cultural*, aborda os perigos da utilização do termo cultura no singular, acreditando que este é um termo que deveria ser utilizado no plural,

(...) já que não se constitui num complexo unificado e coerente, mas sim, num conjunto de ‘significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados’, que são construídos socialmente, variando, portanto, de grupo para grupo e de uma época para outra”.¹²¹

¹²⁰ CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da USP, 1998. P 160. P 169.

¹²¹ COUCEIRO, Sylvia. Os desafios da História Cultural. In: BURITY, J. A. (org.) **Cultura e Identidade**. Perspectivas Interdisciplinares. RJ: DP&A, 2002. P. 15.

A segunda reflexão segue as indicações de Alfredo Bosi que refere-se ao termo cultura como “conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A educação é o momento institucional marcado do processo¹²².” Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade.

Como citado por Alfredo Bosi, a *dimensão de projeto, implícita no mito de Prometeu, que arrebatou o fogo dos céus para mudar o destino material dos homens* pode ser sentida nesta tese, quando o conceito de identidade é tomado enquanto um *corpus* homogêneo e figura entre os objetivos do grupo de intelectuais que se destacam na política cultural e atuam em diversas instituições do governo para justificar aquilo que seria então chamado de *catarinensismo*, ou, uma cultura tipicamente catarinense. A população do Estado de Santa Catarina foi composta por diferentes nacionalidades de imigrantes, porém, destacou-se nos discursos destes intelectuais nas décadas de 1970 e 80 a intenção de aglutinar os mesmos sob este manto do *catarinensismo* que vinculava a cultura e a identidade ao reconhecimento de um passado comum com grandes feitos e grandes nomes da história política do Estado.

O segundo conceito, de identidade passa por uma reflexão de Stuart Hall¹²³ em suas análises acerca da identidade do sujeito sociológico e do pós-moderno. O sujeito do Iluminismo tratava o ser humano como um indivíduo centrado e dotado das capacidades da razão, da consciência e da ação; o sujeito sociológico considerou que este núcleo do ser humano não era absolutamente autônomo e auto-suficiente, portanto, considerava a interação deste com a sociedade, porém, mantém centrado no ser humano um *eu real* em contrapartida as diferentes identidades exteriores que o mundo lhe oferecia.

Segundo o autor, a identidade considerada nesta concepção *costura o sujeito à estrutura*, estabilizando-os. Já na concepção da identidade do sujeito pós-moderno, a partir de grandes mudanças estruturais e institucionais – que o leva a rever suas necessidades culturais e sociais – entra em cena o *processo de identificação* e não

¹²² BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 11 a 19.

¹²³ HALL, Stuart. **A identidade na cultura pós-moderna**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. P. 10 e ss.

mais a *identidade pronta*. Aqui cabe a reflexão de Anthony Giddens¹²⁴ acerca da flexibilidade, pois as necessidades sociais e culturais que o ser humano tem no mundo moderno – mundo este absorvido pela rapidez da informação, modificando as noções de tempo e espaço – onde suas novas necessidades e aspirações, são constantemente examinadas e reformuladas à luz de novas informações que alteram significativamente o seu caráter.

Porém, não podemos esquecer que a identidade é forjada no interior dos discursos, em um determinado contexto histórico e, muitas vezes, com determinados fins. A identidade perpassada pelo discurso com fim específico não marca tão somente a identidade, mas salienta fortemente a diferença, tendo em seu próprio bojo as regras que incluem e excluem, impondo seu próprio limite.

Ao analisar o conceito de identidade nas reflexões de José Carlos Reis percebemos em seu livro “As identidades do Brasil” que o mesmo, ao analisar a literatura de Varnhagen a Fernando Henrique Cardoso salienta que as mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história e conseqüentemente as visões do conceito de identidade. Os diferentes contextos históricos produzem necessidades diferenciadas, por isso a história é reescrita, acompanhando as novas técnicas, teorias, bem como os novos pontos de vistas que levam a reavaliações e releituras do passado, onde o discurso e a realidade social se orientam reciprocamente. Houve no Brasil, a partir da análise deste autor, uma construção do conceito de identidade, que imersos em sua época possuíam suas características próprias¹²⁵.

Desta forma, o conceito de identidade forjado em Santa Catarina por um grupo de intelectuais ligados ao governo do Estado de Santa Catarina, nas décadas de 1970 e 80 deve ser visto como a construção de um conceito por um grupo limitado de pessoas, pautado na idéia de homogeneidade, criado de dentro para fora e postulando ações para que as diferenças se adequassem ao conceito. Só desta forma, a diferença é levada em consideração, na tentativa de adequação a uma identidade homogênea e não a identidade a partir de suas diferenças que a forjam, compõe, complementam, para então criar uma figura identitária singular no Estado de Santa Catarina.

Para iniciar a reflexão acerca do terceiro conceito utilizado amplamente nesta tese, o de memória, abrimos com Mário Chagas

¹²⁴ GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

¹²⁵ REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

quando destaca que a *memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento.*¹²⁶

Popularmente, memória refere-se à faculdade de reter idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente; lembrança, reminiscência, recordação. Freud acreditava haver uma “cena primária” que, através da análise, podia subitamente ser redespertada na memória de uma pessoa. A capacidade de organizar vocalizações verbais não é suficiente para criar a *recordação* de um acontecimento.

O sentido de uma vocalização, o seu significado em termos das declarações anteriores podem variar enormemente, dependendo de como e onde colocam as ênfases, e os afetos ou emoções associados podem alterar imensamente a importância e o significado de uma recordação. Quando não há vínculo emocional com a lembrança, a simples afirmação verbal do episódio passa despercebida pelo falante.

As recordações sem afeto não são recordações. As emoções são essenciais para criar uma memória, porque a organizam, estabelecendo sua importância numa seqüência de eventos, exatamente, como o sentido do tempo e da ordem é essencial para que uma memória seja considerada memória e não um pensamento ou uma visão num instante particular, não relacionado com acontecimentos passados.¹²⁷ *Uma memória só se transforma em memória no contexto do presente, organiza-se e recebe um sentido nesse contexto. Aquilo que recordamos, recordamos no aqui e agora*¹²⁸.

Não existem recordações específicas em nosso cérebro, existem apenas meios de reorganizar as impressões passadas, de dar ao mundo incoerente e onírico da memória uma realidade concreta. As memórias não são fixas, mas sim, generalizações – recriações – do passado que estão em constante evolução, dando-nos um sentimento de continuidade, um sentimento de existência, com passado, presente e futuro, mas, a continuidade existe em termos do presente, em nossa capacidade de generalizar e categorizar, quando confrontados com o novo e o inesperado. Todos *refazemos* o passado e as memórias são generalizações constantemente *revistas*.

Ao tratar o conceito de memória pelo viés da Mitologia, uma vez que recorremos a ela para entender o significado da instituição museu, nos deparamos com uma interpretação metafórica dos saberes,

¹²⁶ CHAGAS, Mário. Memória Política e Política de Memória. In: CHAGAS, M. & ABREU, R. **Memória e Patrimônio**. (org.) RJ: DP&A, 2003. P. 141.

¹²⁷ ROSENFELD, Israel. **A invenção da memória**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. P. 76.

¹²⁸ IDEM, P. 79.

valores e princípios de uma determinada cultura, numa época específica e faz espelho e a síntese de como essa cultura opera no campo simbólico.

Na Grécia arcaica, em período anterior ao século VIII a.C., numa sociedade ágrafa e predominantemente rural as *Musas* são responsáveis, no panteão grego, pela manutenção da identidade do seu próprio universo. Elas não são deusas; são expressão mesmo da memória – as palavras cantadas.

Geradas por Zeus e Mnemôsine, “tem o poder de ultrapassar e superar todos os bloqueios, todas as distâncias espaciais e temporais” e fazem-se ouvir pela boca dos poetas. Expressão criativa da memória via tradição oral, as Musas são trazidas à luz da consciência pela ação dos poetas.

As palavras cantadas não são deusas, mas são forças divinas: elas têm o poder de tornar presentes os fatos passados e os fatos futuros, de restaurar e renovar a vida. As Musas são capazes de recriar a imagem do mundo, dos seres, dos deuses, de mostrar como surgiram a vida e os homens. É pelas Musas que sabemos como se criou o mundo – e como é esse mundo que se criou. Elas são, portanto, a memória, a imagem e a voz da criação.

Assim, passado e futuro pertencem do mesmo modo ao reino noturno de Esquecimento até que a memória de lá os recolha e faça-os presentes, pelas vozes das Musas. São elas que têm o Palácio Olímpico e que cantam “*no exercício mesmo de manter o ser das moradas em que cantam*”¹²⁹.

O ter aqui no sentido de manter. As Musas mantêm presente na memória. Ou seja, elas existem quando nominadas para que possam recriar o mundo. Elas ultrapassam o homem no momento em que este sente interiormente a sua presença. E, portanto, o homem só canta, quando habitado pelas Musas.

Um traço marcante nessa visão cosmogônica orquestrada pelas Musas é a continuidade pela qual o pensamento se organiza. A memória aqui não tem começo nem fim, ela não contém a origem do Cosmo e do Homem enquanto passado, mas, sim, como atualidade de um viver contínuo. Ela não implica numa cronologia, ela é a presença e a consciência. Sem memória há o esquecimento, que equivale à morte (o não ser).

¹²⁹ SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. **Apolo e Dionísio no templo das musas**. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. Dissertação de Mestrado/ ECO/ UFRJ, 1998. P.16.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação daquilo que se convencionou chamar de memória coletiva.

A escrita permite o cultivo da memória em um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memórias: a comemoração e o documento escrito que tem duas funções principais: 1) armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, fornecendo ao homem um processo de marcação, memorização e registro; e 2) permitindo reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas. Também, neste sentido reis, governos, grupos criam instituições-memória como os arquivos, bibliotecas, museus.

Compreende-se diante do exposto que a memória é um elemento essencial da identidade, como instrumento e objeto de poder que manipulada de acordo com o interesse de determinados grupos, forja a imagem daquilo que deve ser lembrado.

Quando Jacques Le Goff¹³⁰ trata do desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, cita os museus como instituições-memória que contribuíram para sobrepujar o tempo e o espaço. No museu, além da possibilidade de se criar memórias e identidades que se querem perpetuar, há a possibilidade de aplicar uma *ordem* aos objetos, bem como, aos documentos. Ou seja, a possibilidade de descontextualizar e re-contextualizar, através da expografia, abre aos museus e aos grupos dirigentes a possibilidade de elaborar seus discursos.

A relação da instituição museu com a memória pode ser percebida no próprio vocábulo *museion*, que segundo alguns autores¹³¹ referem-se ao Templo das Musas, – geradas a partir da união mítica entre Zeus (o poder e a vontade) e Mnemósine (a memória) – edifício pitagórico, localizado em Crotona (século VI a.C.), onde se guardava o conhecimento da humanidade.

¹³⁰ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1984. P. 433 e ss.

¹³¹ Mário Chagas, Maria de Lourdes Parreiras Horta, entre outros.

Jacques Le Goff¹³² faz referência a *Mnemósine* como o antidoto do Esquecimento numa busca pela imortalidade. Mário Chagas salienta que “os museus vinculados às Musas por via materna são *lugares de memória* (Mnemósine é a mãe das Musas); mas por via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder”.¹³³ Um poder que articula, seleciona e organiza a memória.

É importante percebermos que quando tratamos de poder vinculado a instituição museológica, este já atua desde o início na seleção do acervo e, conseqüentemente, na atribuição de valores, pois estas ações delegam ao museu e ao patrimônio cultural por ele acolhido uma dimensão política e ideológica, a partir do momento em que se faz um recorte da realidade que se quer preservar.

Enquanto Museu Histórico e enquanto instituição comprometida com a preservação da memória política do Estado de Santa Catarina, transformando fragmentos do patrimônio cultural em herança cultural este museu assume o papel de criador e gestor da representação política do Estado com sua mediação entre o público e a História.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se pode atingir, não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – (...) – por símbolos, alegorias, rituais, mitos.¹³⁴

Na busca pela criação da representação e do imaginário da política catarinense, bem como do “bom político” ligado aos “fatos históricos” que o tornaram *vultos históricos*, o MHSC seleciona o acervo que representará esta memória (como será visto no capítulo V, item 5.4), como podemos verificar na Ata nº 01 do Grupo de Trabalho para a Implantação do MHSC quando salientam a necessidade de

¹³² LE GOFF, J. Op. Cit. P. 438.

¹³³ CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu.** A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006. p. 31.

¹³⁴ CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990. P. 10.

“organização de um Museu Histórico que revelasse a evolução da política de Santa Catarina”.

Quando fazemos referência ao acervo nos referimos aos bens móveis, como também ao bem imóvel (imóvel-acervo) do Palácio Cruz e Sousa que na mesma primeira reunião já era pleiteado pelo Grupo de Trabalho para a implantação do MHSC para abrigar o mesmo, com a seguinte justificativa:

Considerando a especialização do Museu em História Política e, a existência de outro prédio, bem mais suntuoso, edifício marco da Capital que é o Palácio do Governo, sito à Praça XV de Novembro, permite-se a sugerir que o ato da criação do Museu, ressalte desde já, que, a qualquer tempo em que este Paço deixar de ser sede do governo, fique ele reservado à sede do MHSC.¹³⁵

Encontramos ainda neste Relatório Final a seguinte justificativa para que o mesmo se localizasse na capital: *“Assim, nenhum outro local, mais apropriado para se fixar como centro da memória política de Santa Catarina, do que a cidade de Florianópolis.”*

Os conceitos de cultura, identidade e memória podem nos ajudar a entender o mecanismo do qual se utilizou o Grupo que organizou o MHSC para articular seu discurso. A repetição de um discurso, por diferentes entidades, disseminado nas escolas e instituições culturais, procura tornar harmônica a idéia da criação de um museu histórico voltado a homenagear políticos catarinenses.

A implantação do MHSC foi a corporificação deste discurso, agora palpável e visível através da imponência do imóvel-acervo e do discurso expositivo do acervo. A utilização das datas cívicas e comemorativas gerais do Estado e da Nação foi uma maneira de adentrar com este discurso na vida cotidiana das pessoas, integrarem-se a elas, pois é na vida cotidiana presente que temos o nicho fértil para referendar idéias, ritos e memórias. A construção da memória do “bom político” ou a “busca por uma identidade genuinamente catarinense” poderia desta forma sobrepujar a individualidade, as questões grupais das diferentes imigrações no Estado, garantindo limites (até geográficos)

¹³⁵ RELATÓRIO FINAL do Grupo de Trabalho para implantação do MHSC, 20/5/1977. P. 8.

através de um passado atemporal comum, garantindo uma matriz de reconhecimento através da história.

A memória, como fenômeno social e sua manipulação enquanto instrumento ideológico torna-se suporte da construção e reconstrução do passado a ser lembrado, destacado, idolatrado a partir de contexto e necessidades do presente.

4.2 Diferentes instituições, um só discurso

As vias de acesso ao diálogo com as fontes localizadas para esta tese são várias. Porém, precisamos salientar um diálogo em especial travado com as fontes sobre o projeto que caracterizou as décadas de 1970 e 80, localizando a participação do MHSC neste contexto, através de uma reflexão que questiona a sua atuação e o seu discurso expositivo.

Reconhecer que o MHSC foi um instrumento legitimado pelo discurso de um grupo atuante na cultura e na política é o que nos fez ampliar nossa discussão. Antes de adentrarmos na formação do sujeito histórico catarinense precisamos perceber a produção intelectual que circulava no estado na época.

Ao final dos anos 1970 e, principalmente na década de 1980, os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina¹³⁶ produzem discursos para diferentes ocasiões e textos em sua revista que tratam exatamente da identidade catarinense e da memória a ser preservada, como vemos abaixo vários exemplos:

No momento em que o IHGSC, a mais antiga Instituição Cultural de nosso Estado, cumpre nobre finalidade de cultivar a memória dos grandes vultos da História, é-nós sumamente grato verificar que o Marechal Manoel de Almeida da Gama D’Eça foram restituídas todas as honras que recebeu da Pátria agradecida (...)¹³⁷

“(...) como é pequeno o percentual de catarinenses que conhecem a História de Santa Catarina, nossos vultos e nossos heróis! (...) Há necessidade de se interiorizar o hábito da leitura de nossa

¹³⁶ Entre eles Carlos Humberto P. Corrêa, Jali Meirinho, Antônio Peluso Jr., entre outros.

¹³⁷ In: **Revista do IHGSC**. 3ª Fase. N.1. II Semestre. Ed. da UFSC: Florianópolis, 1979. P. 69.

história, para que todos comumente conheçam nossos lídimos valores, reverenciem nossas passagens heróicas e cultuem nossas datas cívicas. (...) Quando foi eleito, comprometeu-se publicamente, na sua ‘Carta dos Catarinenses’, de buscar nossa verdadeira identidade e preservar a nossa memória cultural. E o desafio foi enfrentado, indo à luta, em busca da efetiva identidade catarinense¹³⁸

E ainda:

“O empenho dos consociados foi inegável na elaboração de um álbum comemorativo dos 150 anos da República Catarinense e dos 100 anos da República Brasileira; na montagem da exposição ‘Açores um Arquipélago desconhecido’, organizado pelo museu da UFSC e na luta para tornar obrigatório o ensino de História de Santa Catarina na rede estadual”¹³⁹.

Confirma-se isso na leitura dos Estatutos do IHGSC, onde diz: *O Instituto tem por objetivo: pesquisar, investigar, interpretar e divulgar fatos históricos, geográficos, etnográficos e arqueológicos, relacionados com o Estado de Santa Catarina.*¹⁴⁰

Porém estes discursos e os estatutos do IHGSC são reflexos do pensamento dos membros desta instituição, retratados a seguir:

E a Instituição pesquisadora e preservadora dos verdadeiros valores histórico-geográficos (...), mostrando ao povo as páginas da História catarinense, é este Instituto formado pela aristocracia da nossa vida cultural e social. (...) O IHGSC vem realizando um trabalho de ordem moral e material dos mais significativos aos configurar nossos acidentes físicos, divisões políticas, e, assim, tem valorizado o desempenho histórico que a providência lhe confiou, objetivando o mais belo, o mais profundo e de

¹³⁸ In: **Revista do IHGSC**. 3ª Fase. N. 8. Florianópolis: Ed. da UFSC: 1988/89. P. 212.

¹³⁹ In: **Revista do IHGSC**. 3ª Fase. N. 9. Florianópolis: Ed. da UFSC: 1990. P.146.

¹⁴⁰ Novos Estatutos do IHGSC. In: **Revista do IHGSC**. 3ª Fase. N. 6. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985. P. 161.

intensa ressonância que nos faz viver o verdadeiro e glorioso sentido de nós próprios, o respeito ao que é nosso, a nossa Terra, a nossa gente... o que, repetimos, deveria ser do conhecimento público e festejado em todo o território barriga-verde.¹⁴¹

O que podemos verificar aqui é que, além deste grupo eleger o que viria a ser considerado “fato histórico”, quais acontecimentos mereceriam destaque na história forjada por eles mesmos – como um discurso fundante; consideravam-se também um grupo diferenciado na sociedade, pois como ‘eleitos’ pela ‘providência divina’ tinham em suas mãos a autoridade e o poder para direcionar, ‘esclarecer’ e ‘iluminar’ a cultura catarinense tão desconhecida! Incentiva-se uma discussão acerca da *unidade catarinense*.

Segundo Victor Antonio Peluso Jr. (presidente do IHGSC de 1973 a 1991) que afirmava ser a identidade catarinense complexa e com intensidades variadas gerada pelas diferentes colonizações do Estado e também pela distância entre a capital e o oeste. Esta variação se deve, segundo ele, a fatores geográficos, uma vez que quanto mais afastado da capital, menor a intensidade do mesmo refletindo diretamente na falta de recursos na área da saúde, educação entre outras. O descuido por parte do governo estadual às necessidades básicas de cada microrregião também interferiria em sua intensidade. Diante das características políticas, sociais e econômicas, problemas de divisa do Estado com o estado do Paraná, contribuía com a necessidade de se organizar esta imagem, esta representação do que era ser catarinense. Para tanto, houve a necessidade de produzir discursos voltados à coesão em torno de uma imagem que seria típica do catarinense.

Quando a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina reaparece em sua terceira fase, a partir de 1979, com textos voltados à história e geografia focando os *vultos históricos* e a história demográfica, a Academia Catarinense de Letras faz referência de sua função de oferecer uma visão realista na preservação dos [nossos] valores, firmando, com fidelidade, as [nossas] raízes, e os [nossos] costumes¹⁴².

Segundo este grupo de intelectuais do IHGSC, a identidade do catarinense estava para ser formada (ou forjada) faz-se necessário a

¹⁴¹ In: **Revista do IHGSC**. 3ª Fase. N. 7. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986/87. P. 262.

¹⁴² **REVISTA do IHGSC**. 3ª Fase. Nº 7. 1986/87. Florianópolis: Ed. da UFSC. P. 261.

seguinte pergunta: raízes de quem? Costumes de quem? Quem seriam os vultos históricos da política estadual?

No ano de 1969, o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura envia a Academia Catarinense de Letras um ofício que tratava de um ‘Concurso de História dos Municípios’ e outro solicitando a mesma a designação de um acadêmico para escrever o resumo da literatura catarinense a constar no livro ‘Santa Catarina: seu povo e sua cultura’¹⁴³. Destacamos que nesta época o diretor do Departamento de Educação e Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado era o Sr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa – membro do IHGSC e da Academia Catarinense de Letras.

Instituições como o IHGSC e ACL¹⁴⁴, das quais faz parte o mesmo grupo que organizou e fundou o MHSC, delineiam o discurso que é neste momento o carro chefe da política cultural no Estado. Estas instituições buscam num passado remoto que, segundo eles, também deveria ser homogêneo e na providência divina a justificativa para sua liderança:

E a Instituição pesquisadora e preservadora dos verdadeiros valores histórico-geográficos não refulge somente entre nós, mas acende o luzeiro com lampejos e guirlandas de esclarecimentos científico-culturais, mostrando ao povo as páginas da História catarinense, é esse Instituto formado pela aristocracia da nossa vida cultural e social. (...) essa instituição veio preencher uma lacuna na salvaguarda de nossos bens patrimoniais e culturais, (...). O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina vem realizando um trabalho de ordem moral e material dos mais significativos ao configurar nossos acidentes físicos, divisões políticas, e, assim, tem valorizado o desempenho que a providência lhe confiou”¹⁴⁵.

Queremos demonstrar com um exemplar dos diversos discursos encontrados nesta época, que é este grupo de intelectuais, imbuído do poder divino e atuante na vida política a social do Estado que organiza e define o que vem a ser a identidade catarinense nas décadas de 1970 e

¹⁴³ Ata da ACL de 14/07/69- Livro 2, (de 1958 a 1971).

¹⁴⁴ Ata da ACL em Ata do dia 12/10/79- Livro 3, diz que sua finalidade é assegurar a imortalidade dos seus componentes.

¹⁴⁵ **REVISTA do IHGSC**. 3ª Fase. Nº 7 1986/87. Florianópolis: Ed. da UFSC. p. 262 e ss.

80. Elegerá os objetos de “valor histórico”, os bens culturais a serem preservados e o tipo de discurso a ser divulgado àqueles que não fazem parte do grupo.

Com atuação em todo Estado de Santa Catarina, estes intelectuais, inseridos em instituições como IHGSC, ACL, Conselho Estadual de Cultura, FCC, Arquivo Público do Estado, entre outros, organizavam as festividades, determinando o Calendário de Festividades do Estado¹⁴⁶, assim como, procuravam uma forma de valorizar as diferentes colonizações em prol de uma identidade comum: a de ser catarinense.

Nas Atas do IHGSC encontramos passagens que atestam isto: “Ficou assentado que seria realizado um simpósio em data a ser ainda estabelecida sobre o povoamento e colonização de Santa Catarina, reunindo todos os que se interessam pelo estudo resultante do povoamento histórico, econômico, social, lingüístico, antropológico¹⁴⁷; (...) O Sr. Presidente encaminhou a secretaria para arquivo material e documentos sobre o problema da catarinencisação de Porto União que foram recolhidos pelo consócio (...)”¹⁴⁸; nas atas da ACL encontramos algumas sessões que acontecem em outros municípios: “(...) Dr. Victor Sasse, representante do governo do Estado, felicitou a ACL pela adoção desta iniciativa de grande alcance cultural, procurando dinamizar a cultura, difundindo-a no interior do Estado, (...)”¹⁴⁹; entre outras.

Em um discurso de entrega de títulos aos associados admitidos no ano de 1988, o Sr. Paschoal Apóstolo Pítsica, então orador do IHGSC, ressalta a participação do mesmo em encaminhar à constituinte do Estado de Santa Catarina sugestões sobre procedimentos a serem tomados com os documentos históricos:

“No seu penúltimo título, ‘Da ordem social’, capítulo III, seção II, na parte destinada à ‘Cultura’, artigos 215 e 216, a nova Constituição agasalhou sugestão deste Instituto Histórico, encaminhada aos senhores constituintes. De fato, existem documentos oficiais, de interesse histórico, que permanecem em mãos de particulares e que não recebem os indispensáveis cuidados e tratamentos. (...) deverão atentar para a

¹⁴⁶ ATA de 23/08/85, Livro nº 6, p. 82 a 84; ATA de 11/09/87, Livro nº 7, p. 55.

¹⁴⁷ Ata do IHGSC de 24/10/74-Livro 5, P. 96

¹⁴⁸ Ata do IHGSC de 14/09/84-Livro 6, P. 54

¹⁴⁹ Ata de 17/05/71,-Livro 2, de 1958-1971

obrigatoriedade do arquivamento público de documentos oficiais em mãos de particulares, para a efetiva preservação de nossa memória. (...) Esta instituição (IHGSC) tem procurado dar tudo de si em prol da memória histórica de Santa Catarina, com a permanente preocupação de tornar conhecida essas passagens de sua história.”¹⁵⁰

Para Michel Foucault¹⁵¹ a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um número e por tipos de procedimentos que objetivam dominar acontecimentos aleatórios. O discurso não é nem neutro, nem transparente e suas interdições – princípios de exclusão – revelam sua ligação e sua intimidade com o desejo e com o poder. A ‘verdade’ elaborada por um grupo de pessoas ‘sobre’ e ‘para’ a cultura no Estado de Santa Catarina é viva e dinâmica, ela determina o grupo, seu discurso, seus limites e sua relação com as próprias interdições. Não simplesmente determinando o grupo dos excluídos, mas percebendo seu próprio limite e sua relação com estes. Este quadro vivo produz os sujeitos que falam e dão a eles funções claras e pré-determinadas. Portanto, a política cultural aplicada ao Estado de Santa Catarina pensada por este grupo deveria possuir uma dinâmica interna própria e uma dinâmica que interagisse com o externo (neste caso, a população em si, àqueles que segundo as Atas do IHGSC “não estavam imbuídos de poder divino”), pois é nesta interação com o externo que seus limites estão sempre sendo reafirmados.

Quando Foucault trata do discurso, destaca que os sujeitos que discursam fazem parte de um campo discursivo onde estabelecem um espaço de posições e funções destes sujeitos. Os discursos criados por estes sujeitos não permanecem ancorados em um determinado lugar, mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época e lugar, para assim construir subjetividades.

A partir do momento em que o IHGSC anuncia que seus estudiosos estão embutidos de poder divino e buscam, a partir daí, determinar o que vem a ser relevante para a história de Santa Catarina, e este discurso é incorporado pelo governo do Estado, estes enunciados marcam e sinalizam o que pode vir a ser chamado de “verdade” de uma época ativando poderes e colocando em circulação o que Foucault

¹⁵⁰ REVISTA do IHGSC. 3ª Fase. Nº 8 1988/89. Florianópolis: Ed. da UFSC. p. 257 e ss.

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Gallimard, Paris, 1971. p. 8 e 9.

chama de ‘vontade de verdade’, que busca seu apoio em um suporte institucional e é composto por um compacto conjunto de práticas que manipulam o ‘saber’ e o distribuem ou atribuem numa determinada sociedade. Esta ‘vontade de verdade’ não é segundo o autor um amor à verdade’, mas sim a busca pela dominação. Isso significa que, este grupo de intelectuais que ‘orientavam’ a política cultural do Estado de Santa Catarina, em função de estarem imbuídos de ‘poder divino’ produziam discursos e enunciados que seriam apreendidos por grupos exteriores ao mesmo, que sem entender a sua lógica interna, a tomariam por verdade.

4.3 O sujeito histórico catarinense

A cultura, a identidade e a memória são organizadas com o intuito de formar a imagem do sujeito histórico catarinense, construída sobre uma história que privilegia fatos memoráveis e seus heróis eleitos. Podemos perceber isto em trechos retirados das Atas do IHGSC: (...) *palestra proferida pelo consócio Theobaldo da Costa Jamundá sobre o grande estadista Artur Bernardes, (...) enaltecendo os grandes feitos cívicos do ex-presidente (...)*¹⁵²

(...) comunicou a casa que a Liga da Defesa Nacional já elaborou programa para festejar o centenário de Plácido de Castro, a transcorrer no dia 12 de dezembro presente futuro e propunha que o IHGSC, assim como a ACL e o Conselho Estadual de Cultura se incorporassem à Liga da Defesa Nacional, a fim de que se fizesse uma sessão comemorativa, o que foi aprovado.¹⁵³

(...) ofício ao Conselho Estadual de Cultura sugerindo que 1986 seja denominado Ano Cultural ‘Antônio José da Costa’ em homenagem a este alferes e depois coronel que dirigiu trabalhos de abertura da ligação Desterro- Lages, concluído a 9/8/1787 e que tornou-se argumento base exposto na ‘Memória Histórica de Paulo José

¹⁵² Ata do IHGSC de 27/05/75-Livro 5, P. 97.

¹⁵³ Ata do IHGSC de 04/10/1973-Livro 5, P. 85.

Miguel de Brito’ em defesa da integração de Lages à Capitania de Santa Catarina.”; “O Sr. Presidente procedeu a apresentação de trabalho de sua autoria intitulado ‘Santa Catarina, resumo de sua história’. Trata-se de uma síntese, em 5 laudas, destinada a uma obra que a Pró-Memória, do Ministério da Cultura pretende publicar sobre o Estado de Santa Catarina. (...) O confrade Carlos Humberto Corrêa recomendou que se encaminhasse o trabalho à Secretaria de Educação, sugerindo sua reprodução e distribuição para os professores de História das escolas estaduais. (...)” Na mesma Ata: “seleção de datas históricas para o Calendário Cultural de 1986 (...) a ser encaminhada ao Conselho Estadual de Cultura.¹⁵⁴

O sujeito histórico catarinense é um sujeito que está ainda amarrado à estrutura, aos valores e símbolos destacados como referência por determinados grupos atuantes na capital do Estado. Aqui, o sujeito é o núcleo que determina um diálogo com seu exterior, na tentativa de uma grande narrativa da história catarinense. Este “diálogo com o exterior” não significa uma alteração da estrutura, mas sim um diálogo com seu próprio jogo interno, onde estas instituições sócio-culturais – neste caso IHGSC, ACL, Fundação Catarinense de Cultura, MHSC, entre outras – exercem importante papel na formação de uma autoconsciência do indivíduo e deste sujeito histórico catarinense.

No campo museológico também houve atuação destas instituições, incentivadas pelos programas de governo, encontramos nas “Diretrizes para o Plano Estadual de Cultural 1979/1982, item II.a. que trata sobre o ‘Campo das Ciências’ “, os seguintes itens que aqui nos interessam:

1. Museus

1.1 Estabelecer a política museológica do Estado;

1.2 Complementar a instalação do Museu Histórico, (...);

1.3 Assistir técnica e financeiramente os museus existentes no Estado;(...

3. Edição de Obras

¹⁵⁴ Ata do IHGSC de 20/09/85-Livro 6, P. 89.

Editar obras de cunho histórico, no intuito de tornar mais conhecido o Estado, através de seu passado, dos vultos que o fizeram e do patrimônio cultural, político e social que herdamos.

4. Centro de Memória Catarinense

4.1 Implantar o Centro de Memória Catarinense, onde serão arquivados e registrados os acontecimentos de realce para o Estado (imagem e som). (...)

Os museus, através dos fragmentos patrimoniais preservados, eram vistos como instrumentos de unificação em torno deste objetivo de criar uma memória e uma identidade catarinense comuns, justamente por serem lugares de memórias, independentes da sua tipologia.

Segundo Lilian M. Schwarcz, em seu livro *O Espetáculo das Raças*, no Brasil organizou-se uma “rede de instituições de saber estável”, antes controlada pelos jesuítas, não existindo centros de pesquisas ou de formação superior. A vinda da Família Real para o Brasil altera este quadro, pois havia então a necessidade de estabelecer no país instituições centralizadoras que reproduzissem o domínio colonial. A partir de então, as primeiras instituições culturais têm lugar, como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real – “instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro produtor de sua cultura e memória.”¹⁵⁵

Em 1838 é fundado o primeiro Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro, ligado à forte oligarquia local e “em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole européia.”¹⁵⁶

Segundo esta autora, a ciência no século XVIII tinha se tornado “assunto comum entre homens educados” e a partir de meados do século XIX, o cientista ganha destaque e maior independência, procurando aproximar-se dos modelos europeus de civilidade. Neste contexto, a participação dos Institutos Históricos e Geográficos bem como os museus tem destaque. Período conhecido como a “Era dos Museus” permite o surgimento destes em várias partes do país, vinculados aos

¹⁵⁵ SCHWARCZ, Lilian M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. P. 24.

¹⁵⁶ SCHWARCZ, Lilian M. Op. Cit. P. 24.

modelos evolucionistas de análise, bem como ao culto de uma memória nacionalista, via incentivo ao espírito comemorativo desta nação, na busca de uma unidade histórica.

O IHGSC (fundado em 07/09/1896) vem neste bojo, com o intuito de “fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção não só de ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria”.¹⁵⁷

Segundo Lilian M. Schwarcz, a abordagem histórica dominante na produção científica dos Institutos Históricos e Geográficos em finais do século XVIII até meados do século XIX é predominantemente política, alcançando um cunho social – entendidos aqui como estudos sobre “os problemas da nação” – ao final deste período.

Em Santa Catarina o Instituto Histórico e Geográfico traz em seu âmago esta herança e participa nestas duas décadas estudadas de vários encontros museológicos que tratam de temas amplos relacionados ao Estado, como vemos a seguir:

(...) Walter Piazza comunicou sua participação no I Encontro Estadual de Arquivos e Museus, realizado em Blumenau nos dias 30 e 31 de março próximo passado quando foi fundada a Associação Catarinense de Preservação de Bens Culturais” (Ata do IHGSC de 12/04/85-Livro 6, P. 66); “(...) teceu considerações sobre o 2º Encontro de Museus da Região do Contestado, realizado em Curitiba. (...) Walter Piazza participou do encontro (...) e adiantou que entre os estudiosos (...) existe certa inquietação com relação ao que o Estado vem promovendo em Irani já que as comemorações alusivas ao Contestado que se vem promovendo anualmente pelo poder público, tende a deturpar o verdadeiro sentido do fato histórico. A seguir propôs que o IHGSC passe a ter uma participação mais ativa nos eventos (...) em torno do Contestado (...).¹⁵⁸

A questão de se forjar a imagem de um sujeito histórico catarinense, também presente neste discurso e na justificativa da necessidade de criação do mesmo pode ser encontrada nas entrevistas

¹⁵⁷ SCHWARCZ, Lilian M. Op. Cit. P. 102.

¹⁵⁸ Ata do IHGSC de 07/12/1984-Livro 6, P. 64.

feitas. No discurso de Sônia Malheiros Miguel encontramos a seguinte fala:

(...) primeiro essa visão da coisa da identidade catarinense, na minha concepção era vinculada a uma dinâmica muito conservadora também da identidade catarinense calcada em visões muito conservadoras, comportamento muito segmentado, então foi mais no sentido de restringir a identidade catarinense mais do que reafirmá-la né?¹⁵⁹

O destaque deste recorte advém da reflexão acerca da formação em História da entrevistada e de sua participação em movimentos sociais, o que, acreditamos leve a mesma fazer tal análise sobre o conceito de identidade homogênea que se praticava no MHSC e nos círculos ligado a ele.

Já na fala do Prof^o Jali Meirinho encontramos o seguinte:

“O significado do Museu, da instituição Museu era o de preservar essa identidade catarinense, como instituição política; até hoje isso é necessário que se faça. Que mostre, que guarde, que revele o sentido do catarinensismo, esse é o sentimento maior do Museu. (...) Catarinensismo é o ‘ser catarinense’, é você estar dentro de um contexto, de uma unidade da federação, e procurar manter a lembrança das suas origens, o conhecimento da sua evolução, saber os porquês de determinadas situações; esse é o sentido do catarinense, esse é o ‘ser catarinense’”.¹⁶⁰

O destaque desta fala vai no sentido de se refletir que, visto o grande número de imigrantes no Estado de Santa Catarina, acreditamos que esta fala se contradiz (ou não – e a contradição seria um puro desejo nosso): como manter a lembrança de suas origens se estas não se relacionam com o Estado de Santa Catarina? Se não levamos esta afirmação em consideração, estamos diante de um conceito de identidade sectário, que se almeja homogêneo.

Na entrevista do Prof^o Carlos Humberto P. Corrêa:

¹⁵⁹ Entrevista concedida por Sônia Malheiros Miguel, em 31/08/2006.

¹⁶⁰ Entrevista concedida por Jali Meirinho, em 13/07/2006.

Katianne Bruhns: Minha pergunta é a seguinte: Existe alguma vinculação entre a criação do Museu e aquilo que os intelectuais da década de 70 estavam escrevendo sobre o catarinensismo, essa procura da identidade catarinense?

Carlos H. P. Corrêa: *Existe, existe... Muito grande. E o Museu serviria de instrumento pra isso! Esse 'catarinensismo' é consequência, modéstia a parte, da época em que nós estivemos no departamento de Cultura!*

Katianne: Então, antes de mais nada, o que é esse catarinensismo?

Carlos H. P. Corrêa: *Não sei! É a conclusão de que nós não temos características próprias, mas nós temos uma história, temos um passado que devemos cultivar*¹⁶¹

Aqui dois grifos: no primeiro, aparece claramente o vínculo entre o MHSC e o catarinensismo ou a busca pela formação da imagem de um sujeito histórico catarinense, enquanto instrumento cultural desta política de governo. Vemos no segundo destaque, a primazia por um conceito de identidade homogêneo, que rechaça as características reais do Estado: a heterogeneidade. Não ter “*características próprias*” não quer dizer “não ter características”, mas sim que a heterogeneidade é a característica primeira da cultura do Estado. Indo mais além, esta visão de identidade homogênea não estava, na época, em consonância com as diretrizes do ICOM, nem tão pouco com a política aplicada pelo IPHAN, durante a gestão de Aluísio Magalhães.

O discurso sobre a formação do sujeito histórico catarinense não poderia funcionar somente através de palavras, muitas vezes inacessível a um número considerável da população, teria que ser efetivado por meio de sinais mais universais, de leitura mais fácil, como imagens, objetos e rituais, e neste contexto, a criação de um museu de cunho político viria a corroborar na ação, uma vez que permitia, além dos cursos de história ministrados nos municípios do interior, estender ações no campo museológico, formando museus e cultuando a história oficial de grande feitos e grande heróis.

A partir do que era considerado catarinensismo, podemos perceber o que era considerado cultura, identidade e memória para este grupo neste período. A princípio, estes três conceitos deveriam partir de um sentimento homogêneo de reverência a história oficial de Santa Catarina e a cultura estaria primordialmente ligada às práticas elitizadas. A identidade seria vista de dentro para fora a partir de um viés

¹⁶¹ Entrevista concedida por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, em 18/07/2006.

completamente homogêneo onde os diversos grupos se reconhecessem e anulassem o sentimento externo a isso. Já a memória deveria vincular-se aos feitos selecionados como fatos históricos, que deveriam ser ensinados nas escolas e reconhecidos através dos monumentos (placas, ruas, estátuas, livros, músicas, museus, entre outras homenagens).

4.4 - Políticas Culturais e os museus no Brasil

Em uma contribuição para estas reflexões precisamos discutir a política cultural brasileira das décadas de 1970 e 80 e relacioná-la com as questões do patrimônio cultural no Brasil desde sua organização em 1937, sua vinculação com elementos nacionalistas utilizados como instrumentos e/ou elementos discursivos para dar encaminhamento aos projetos desde então.

Para Marilena Chauí, o conceito de nação surgirá como solução dos problemas de ordem econômica, social e política, criando a ilusão de uma sociedade indivisa. Acompanhando a periodização internacional discutida por Eric Hobsbawm, percebemos que o conceito e a utilização do termo “nação” modifica-se no decorrer dos períodos históricos. Entre 1830 e 1880, o conceito detém-se no “princípio da nacionalidade”, proveniente de uma economia político liberal, visando privilegiar o território. De 1880 a 1918, o termo utilizado é “idéia nacional”, originado entre intelectuais pequeno-burgueses e privilegiando a nação através de elementos como a língua, a religião e a raça. A partir de 1918, até as décadas de 1950-60, fala-se da *questão nacional*, desencadeada pelo Estado e por partidos políticos, onde a consciência nacional passa pela lealdade político-partidária. Tanto o “princípio da nacionalidade” quanto à “idéia nacional” não conseguem envolver a massa trabalhadora que entra em cena na Europa de 1880. Com as mudanças econômicas, políticas e sociais entra em cena o “patriotismo”, que seria o elemento aglutinador das massas envolta do Estado.¹⁶²

Segundo Marilena Chauí para realizar algo exclusivamente seu, o poder político precisa criar um semióforo¹⁶³ fundamental, que será o

¹⁶² CHAUÍ, M. **Brasil. Mito fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. P.16.

¹⁶³ Palavra grega: *semeion* – sinal ou signo, e *phoros* – trazer para frente, expor, carregar, brotar, pegar. Segundo CHAUÍ, M. **Brasil. Mito fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Trata-se de um signo trazido à frente ou empunhado

“lugar e o guardião dos semióforos públicos”, em contra-partida aos semióforos religiosos e econômicos.

Esse semióforo é a nação. Por meio da intelligentsia (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa.¹⁶⁴

O que percebemos diante da história do conceito de nação é uma metamorfose para adequar-se às diferentes necessidades históricas. Quando a nação não é mais capaz de mobilizar a população em geral, o Estado cria uma *religião cívica* – o patriotismo, para conseguir seu apoio irrestrito.

Este patriotismo que posteriormente transforma-se - ou melhor, é transformado pelo Estado - em nacionalismo “se torna estatal, reforçado com sentimentos, símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada”¹⁶⁵. Diante das ameaças, o capitalismo busca no nacionalismo um instrumento capaz de unificar a sociedade.

A partir dessa época, a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde os tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui. Desta maneira, aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está nos usos, costumes, tradições, crenças da vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo político e o apelo religioso não precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade.¹⁶⁶

para indicar algo que significa alguma coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica. P.12

¹⁶⁴ Idem. P. 14.

¹⁶⁵ Idem. P. 18.

¹⁶⁶ Idem. P. 19.

Território, língua, religião, raça e fidelidade político-partidária são os elementos aqui associados à nação. Essa metamorfose originou-se no contexto sócio-político, adequando-se a ele. A partir dele que surge a necessidade da mudança. A nação precisa eleger e apropriar-se de *elementos* que a representem – seu patrimônio cultural – que ao lado do sentimento tornar-se-ão a base de sustentação de seus propósitos.

Quando percebemos o discurso de uma identidade homogênea e do culto aos acontecimentos considerados importantes na história de Santa Catarina, da necessidade de criarem-se elementos/ instituições/ monumentos, percebemos o quanto deste conceito de nação autoritário está presente na política cultural do Estado de Santa Catarina nas décadas de 1970 e 80.

Quando José R. S. Gonçalves¹⁶⁷ interpreta em sua tese *A Retórica da Perda*, os discursos como *narrativas nacionais* que objetivam a construção de uma memória e de uma identidade pautada em um projeto de salvaguarda do patrimônio cultural; ressalta a necessidade de analisarmos os usos que são feitos de *entidades sócio-científicas* por propósitos políticos.

O projeto organizado por Mário de Andrade, em 1936, considera como patrimônio – até então Patrimônio Artístico Nacional – como “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencente aos poderes públicos, e organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”.¹⁶⁸ O atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN, chamado antes de Serviço do Patrimônio Artístico Nacional/ SPAN, tinha por objetivo, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional, projeto com intuito de inclusão, de abrangência, muito influenciado pelo Modernismo. Sua competência era determinar e organizar o tombamento geral deste; bem como sugerir, determinar e superintender medidas e serviços de conservação, defesa, aquisição, restauração e divulgação do mesmo. Neste projeto de Mário de Andrade, a obra de arte referia-se a oito categorias: arte arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicadas (móveis, torêutica, tapeçaria, joalheria, decorações murais) nacionais e aplicadas estrangeiras.

¹⁶⁷ Op. Cit. 1996.

¹⁶⁸ **Mário de Andrade: cartas de trabalho:** correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: SPHAN: Pró-Memória, 1981. P. 39.

Em novembro de 1937 quando se efetiva a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ SPHAN, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, tendo como seu ministro Gustavo Capanema, as esferas culturais e educacionais viam-se diante de um quadro político regido por uma ideologia nacionalista.

A elite intelectual cooptada então para assumir posições políticas e transportá-las para suas criações colabora para a transformação da cultura em mercadoria, desvirtuando o projeto de Mário de Andrade.¹⁶⁹

Duas gestões serão destacadas aqui na história do SPHAN (atual IPHAN), que seguem as reflexões de José R. S. Gonçalves: a administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães¹⁷⁰. Guardando aqui as devidas diferenças no contexto sócio-político, devemos perceber – a maneira na qual a instituição é orientada para encarar o patrimônio cultural e como a nação aparece neste processo.

A concepção de nação inspiradora do discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade diante do IPHAN está também vinculada ao pensamento modernista, porém sob as vistas do projeto autoritário do Estado Novo – partindo de uma visão globalizante da cultura brasileira diante da civilização ocidental – a nação é vista “como uma totalidade onde carecem de valorização as suas vastas diferenças”. Já no discurso de Aloísio Magalhães a evidência estará vinculada à valorização das diferenças, onde a nação destacará a heterogeneidade que a caracteriza. Para Rodrigo Melo Franco de Andrade, a nação brasileira diante da universalidade cultural e para Aloísio Magalhães, a Nação frente as suas próprias diferenças internas.

O discurso da instituição segue duas frentes: na primeira ressalta o passado, porém este apenas como referência e instrumento a ser utilizado no processo de desenvolvimento econômico e cultural – uma garantia de *continuidade*. Em uma segunda frente, o conceito de bens patrimoniais substituído por *bens culturais*, onde a concepção de *patrimônio histórico e artístico* utilizado por várias décadas é substituída por bens culturais associada a diversas espécies de objetos e atividades – parte integrante da vida cotidiana, *eles são produzidos pelo povo e, nessa condição, são considerados como uma fonte de autenticidade. A categoria ‘povo’ é entendida como o conjunto dos*

¹⁶⁹ MICELI, Sérgio. **Imagens Negociadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁷⁰ A administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade se deu entre 1937 a 1969; de Renato Soeiro de 1969 a 1979; de Aloísio Magalhães de 1979 a 1982.

*diversos segmentos sociais e comunidades locais que compõem a sociedade brasileira. Em sua narrativa, eles são os personagens principais.*¹⁷¹

Nos dois discursos percebemos que a Nação, tanto quanto o patrimônio constituem-se em um projeto interminável de apropriação. Onde, *o interminável jogo entre fragmentos e totalidade, destruição e reconstrução, coerência e desintegração é simbolicamente usado para fazer com que as pessoas vejam e identifiquem-se com a nação enquanto uma entidade a ser protegida e preservada.*¹⁷²

Nos dois momentos, subentende-se o envolvimento de sentimento por parte dos cidadãos que veicularão projetos para salvaguardar este patrimônio cultural. Sentimentos como tristeza, lembrança do que foi destruído e esperança em proteger o que ainda resta, procurando também selecionar outros elementos que possam constituir-se – identificar-se – em patrimônio cultural desta nação vislumbrada.

No caso do MHSC e do governo do Estado, criou-se um discurso voltado a necessidade de salvaguardar os objetos de valor histórico daqueles que se destacaram na política ante sua destruição e esquecimento. O acervo sob a tutela deste museu deveria relembrar à população os feitos das figuras consideradas relevantes.

A definição de patrimônio expressa no Decreto-Lei nº 25 se refere ao “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”¹⁷³ Atualmente mais abrangente, o conceito de patrimônio cultural brasileiro adotado na Constituição de 1988, refere-se a:

“bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais

¹⁷¹ GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. RJ: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. P.76 e 77.

¹⁷² Gonçalves, José Reginaldo Santos. Op. Cit. P.117.

¹⁷³ Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.¹⁷⁴

E, as diretrizes que ora regem o IPHAN esclarecem que esta instituição tem por finalidade pesquisar, promover, fiscalizar e proteger o patrimônio cultural, nos termos da Constituição e, especialmente:

I – formular e **coordenar a execução da política** de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura; II – formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos para conservação e preservação do patrimônio cultural; III – desenvolver estudos e pesquisas, visando à geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para conservação e preservação do patrimônio cultural; IV – **promover a identificação**, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural; V – exercer os poderes discricionário e de polícia administrativa para proteção do patrimônio cultural brasileiro; VI – aplicar as penalidades previstas na legislação de proteção ao patrimônio cultural; VII – exercer as competências estabelecidas no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei nº 4.845, de 1º de novembro de 1965 e na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.¹⁷⁵

O IPHAN é uma autarquia federal, responsável tanto pela execução de uma política cultural, quanto pela identificação do que é ou não patrimônio. Percebemos também que estas diretrizes terminam

¹⁷⁴ Constituição de 1988, de 05 de novembro de 1988.

¹⁷⁵ Estrutura Regimental do IPHAN. Brasília, 21/10/1998. Fernando Henrique Cardoso/Francisco Weffort.

fazendo referência aos documentos das décadas de 1930 e 1940, conforme citado acima.

A bagagem, que rege o conceito de patrimônio inserido da nova Política Nacional de Museus, foi lançada oficialmente em maio de 2003, pelo Governo Federal, e divulga as bases de uma política nacional de museus e de um programa de formação e capacitação em Museologia, ligando-a diretamente à gerência do IPHAN.¹⁷⁶

Nas palavras do Ministro da Cultura, que abre o documento, temos a seguinte frase: *“Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de **formação de uma nação democrática e plural**”*.

Mais adiante, em palavras do Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira:

Esta rede deverá ser a base de um Sistema Nacional de Política Cultural, **inovador** na história da política cultural brasileira e **herdeiro** daquilo que tivemos de melhor nesse campo desde os tempos de Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e, mais recentemente, Aloísio Magalhães. Trata-se de uma ação ousada, (...), quanto **de afirmação positiva da nacionalidade brasileira, fincada nos marcos profundos da enorme diversidade étnica e cultural do nosso povo.** (...) Com a convicção de que uma nova paisagem cultural, digna da grandeza da **nação brasileira**, dependerá do esforço coletivo, é que conclamamos a todos a se juntar nesse **movimento cívico** em defesa do patrimônio cultural brasileiro.¹⁷⁷

Percebemos nas duas narrativas, nuances do pensamento de Aloísio Magalhães no que tange ao destaque a heterogeneidade da cultural brasileira como elemento constitutivo da Nação. A diversidade vista como fator positivo da nacionalidade brasileira e como elemento de força capaz de elencar colaboradores para o novo projeto.

¹⁷⁶ Para elaboração deste documento foram chamados profissionais de museus nacionais e internacionais, instituições museológicas e órgãos afins reconhecidos por sua atuação. A Política Nacional de Museus foi dividida em sete eixos distribuídos em equipes, dirigidas por orientação de um coordenador designado pelo MinC, após as primeiras reuniões.

¹⁷⁷ Idem. P. 6.

No discurso do então secretário de patrimônio, museus e artes plásticas, identificamos o quanto este projeto absorveu características da política cultural das décadas de 1930 e 40. Este patrimônio cultural, também representante desta diversidade é o objeto-foco da atenção capaz de justificar, através do sentimento, um novo movimento cívico.

No documento que define a Política Nacional de Museus novamente a *nação* incorpora e valoriza sua diversidade para arregimentar intelectuais fiéis ao patrimônio, numa busca por organizar e proteger os museus – que ganham então uma nova dimensão no interior desta política, como percebemos a seguir:

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o **papel dos museus**, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de **fundamental importância** para a **valorização do patrimônio cultural** como dispositivo estratégico de aprimoramento dos **processos democráticos**.¹⁷⁸

Percebe-se, portanto uma nova dimensão do papel dos museus perante a sociedade, discutida desde a Mesa Redonda de Santiago do Chile¹⁷⁹ colocada em prática à duras penas por algumas instituições isoladas no país e a base de muita dedicação de seus profissionais.

Esta nova dimensão refere-se à importância dada aos museus pelo atual governo em sua política cultural, tirando-os do abandono e esquecimento em que se encontravam e recolocando-os como importantes instrumentos de valorização cultural. Porém, sob a ótica do papel dos museus enquanto “sede cerimonial do patrimônio onde se reproduz o regime semiótico com que grupos hegemônicos o organizaram”¹⁸⁰, continua intocada.

A instituição museu também passa por mudanças ao longo da história, e na maioria dos contextos em que se mostra, atua como uma

178 Política Nacional de Museus. Memória e Cidadania. Ministério da Cultura. Maio, 2003. P. 8.

179 Na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, foram revisados os Estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e redefinido o conceito de Museu, reconhecendo-se sua dimensão política. Conceitos importantes foram inseridos no campo da Museologia, como o de Museu Integral, que considera a totalidade dos problemas da sociedade e de Museu Ação, onde este é visto como instrumento dinâmico de mudança social. Sobre isso ver: ARAUJO, M. & BRUNO, M. C. A memória do pensamento museológico contemporâneo. Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

180 CANCLINI, Nestor G. Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da USP, 1998. P. 169.

instituição elitista e excludente – não só em suas exposições, como também na seleção do seu acervo. Os museus são vistos como instrumentos estratégicos. A importância destas instituições¹⁸¹ mostra a necessidade de rever atuações vinculadas a projetos particulares, e por outro lado é premente incentivar a continuidade de ações culturais, independentes de cargos, dirigentes e políticos.

O Ministério da Cultura lançou as Bases para a Política Nacional de Museus:

*Neste momento em que se renovam as perspectivas para a construção de um projeto de nação mais inclusivo e com maiores estímulos à participação cidadã, os museus podem ser centros culturais de destacada importância no que se refere a valorização, articulação e desenvolvimento das memórias e identidades locais, regionais e nacionais.*¹⁸²

Aqui destaca e vincula – mais uma vez – os museus à construção do projeto de nação, mais inclusivo, numa necessidade utópica de mostrar que este discurso é passível de igualdade de participação na sua organização e que isso acontecerá por intermédio dos museus, independentes de sua vinculação – federal, estadual, municipal ou particular.

Na constante necessidade do discurso mostrar-se democrático e inclusivo, através da convocação da *nação* o mesmo não se efetiva, pois mantém em seu bojo resíduos do significado anterior à formação do Estado-nação. Na Antiguidade e início da Idade Média a Igreja Romana passou a usar este termo para diferenciar o povo de Deus dos pagãos. Percebemos isso também na evolução de seu significado, onde a inclusão está direcionada a setores comprometidos econômica-política e culturalmente com seus projetos.

A primeira versão do decreto que instaurou o Sistema Brasileiro de Museus (SBM) vinculado à Política Nacional de Museus, foi enviado a alguns profissionais da área e instituições afins e veiculado numa pesquisa de opinião no *site* da Revista Museu. O decreto reitera que o patrimônio cultural é fator de identidade nacional; que sua coordenação

¹⁸¹ Sobre isso ver SCHWARCZ, Lílían. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870- 1930. São Paulo, SP: Cia das Letras, 1993 e SANTOS, Maria Célia T. M. O papel dos museus na construção de uma “identidade nacional”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. 28. MinC/ IPHAN. Rio de Janeiro, 1996 que trazem discussões acerca do papel dos museus.

¹⁸² Idem. P. 1.

geral ficará a cargo do IPHAN, que por sua vez, estabelecerá orientações normativas e supervisão técnica. O presidente do Conselho integrante do Sistema Brasileiro de Museus que definiu diretrizes e ações para o mesmo é o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN.

A justificativa do Ministro da Cultura, apresentado ao Presidente da República, reconheceu que a iniciativa tinha por finalidade desenvolver um campo de gestão e configuração do setor museológico centralizado, e ainda que, o patrimônio deve ser representante da diversidade étnica e cultural do Brasil. Também reconheceu a importância fundamental dos museus para a promoção e difusão deste patrimônio junto aos cidadãos. Com este Sistema Brasileiro de Museus pretendeu-se unir o poder público à sociedade civil, numa visão alicerçada no projeto de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães.

Antes de adentrar a análise da Museografia deste museu, precisamos ponderar sobre os três conceitos utilizados neste capítulo e sobre o MHSC enquanto semióforo. Waldir José Rampinelli nos coloca que “os monumentos passam a ser a visualização pública de uma história, construída pelas elites” e que o “povo é apenas um detalhe”, pois, “os monumentos, os lugares sagrados, os símbolos e a memória dos rebeldes são simplesmente arrasados”¹⁸³. O MHSC passa a existir enquanto semióforo – um acervo-imóvel instituído por uma parcela da elite cultural, política e intelectual da capital do Estado, com o apoio do governo estadual, demarcando uma memória e uma identidade a serem lembradas, direcionada por uma política cultural homogeneizante. Está lá, no centro da cidade. Todos podem ver! Um símbolo. Uma marca. E a Novembrada? Que, também, teve lugar às portas deste mesmo Palácio? Onde está? Qual sua marca? Existe um símbolo tão imponente de sua memória? A Novembrada foi registrada pela mídia da época de acordo com a visão de cada canal de comunicação, mas, precisou ser pesquisada, precisou deixar que os envolvidos falassem para que pudesse ser re-contada e assim, com luta e questionamentos, deixar sua marca na história do Estado. Mas, esta história, apesar de possuir sua memória, está nos livros, nos filmes, nas falas de alguns historiadores. Os turistas desavisados e pedestres apressados que circulam na cidade... Diante do imóvel, qual a primeira memória acessada? A quem o MHSC faz sua primeira referência?

¹⁸³ RAMPINELLI, Waldir José. (org.) **História e Poder**. A reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003. P. 14 e 15.

5 A DRAMATURGIA DOS ILUSTRES POLÍTICOS CATARINENSES OU A MUSEOGRAFIA DO MHSC

Aquela categoria de intelectuais, ao definir ‘identidades’ e ‘memórias’ para a nação, segundo determinados códigos sócio-culturais, o faz com propósitos pragmáticos, políticos.

5.1 Acervo

Os objetos são indicadores da memória, possuem sentido e significados, podem ser objetos de “utilidade” (aqueles usados para a subsistência do homem), como podem ser semióforos (dotados de um significado novo, retirados de seu contexto original para serem expostos ao olhar).

A organização de uma coleção museológica pode ser entendida como um rito de passagem que o objeto sofre entre sua utilidade original e sua transformação em semióforo. Segundo Maria Cristina Oliveira Bruno, o museu perpetua, organiza e consagra esta *passagem*.

Conhecer quais os objetos que sofreram esta passagem ou processo (conforme Figura 2), no MHSC é de suma importância nesta tese, pois veremos que estão conectados diretamente ao discurso proposto pelo mesmo.

A seleção dos objetos não é aleatória, o corpo de técnicos do museu, seguindo o discurso deste, organiza, seleciona e expõe determinados objetos que podem alcançar o público e transmitir a mensagem previamente estabelecida.

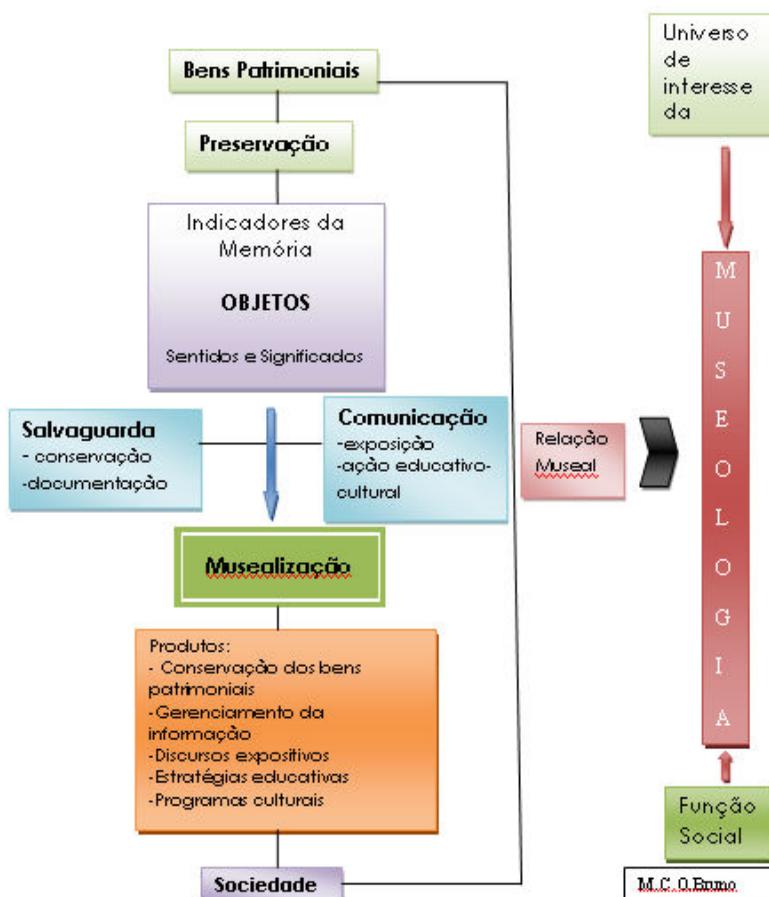


Figura 2 – Organograma da Estrutura e Funções dos Museus
 Fonte: Bruno, M.C.O. Museologia para Professores. Op. Cit.

Abaixo a descrição do acervo doado pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis ao MHSC, conforme documentos datados de 1976:

- 128 placas de homenagem,
- 28 medalhas,
- 12 fotografias, recortes de jornais e outros documentos,
- 71 diplomas,

41 itens contidos em pasta sob a nomenclatura de Diversos, encontramos distintivos, trajes de representante do Embaixador da Nigéria, porta-canetas, escudo de metal da Alemanha, cigarreira, cinzeiro, Flâmula de Montevidéu, ferro de passar roupa (carvão), entre outros.

Em 1977 quando da entrega do Relatório Final do grupo de Trabalho designado para a organização do MHSC, outros itens foram agregados ao acervo, num levantamento prévio de bens de interesse deste museu, entre eles: a caneta de ouro e brilhantes pertencente à Assembléia Legislativa, Constituição Estadual de 1891, carta e foto de Ralph Briscoe (governador do Texas/ EUA) oferecida a Antônio Carlos Konder Reis, um cartão postal oferecido por Henrique Boiteux a Gustavo Richard, regulamento e plano de estudos do primeiro Colégio Particular fundado em 1880, brasão original de Trento oferecido a Antônio Carlos Konder Reis, coleção de fotografias da ponte Hercílio Luz, uma pá de prata oferecida a Gustavo Richard com a data da construção do primeiro reservatório de água da capital, álbum com fotografias dos trabalhos quando da instalação da energia elétrica em Florianópolis, lustre de cristal, primeira lâmpada acesa em Florianópolis, rascunhos de anotações de Gustavo Richard e acervo pictórico do Palácio dos Despachos que pertencia ao Estado, 80 fotografias de cidades catarinenses datadas das décadas de 1930 e 40, entre outros.

Entre 06 e 10 de outubro de 1980, há novo montante de doações ao MHSC por parte de Antônio Carlos Konder Reis: estas doações mantêm semelhança com o lote anterior, entre os objetos: diplomas, comendas e estojos de canetas.

Percebe-se que a organização do acervo do MHSC concentrou-se no pequeno universo de ações consideradas “marcantes” de governadores e ex-governadores, que fazem referência a ações para o bem público (caneta de ouro da Assembléia Legislativa, primeira lâmpada elétrica utilizada em Florianópolis), mas também de fórum pessoal para salientar a figura do político (comendas, placas, diplomas, homenagens).

Como não havia uma política para a aquisição de acervo, encontramos na dissertação de Tathiani C. da Silva¹⁸⁴, uma relação que faz referência a antiga diretora do MHSC Andréia Dal Grande, de 2001:

¹⁸⁴ SILVA, Tathiani Cristini da. **O patrimônio cultural do centro histórico de Florianópolis**: um estudo do papel dos Museu Histórico de Santa Catarina e Victor Meirelles na preservação e produção da cultura. UFSC:Eng. Produção, 2004. P. 74.

“Dal Grande classifica os 1.344 objetos que compõem o acervo do museu em: mobiliário, obras de arte, documentos em papel e fotografias, coleção Konder Reis e peças avulsas”.

Segundo a mesma referência, temos como mobiliário peças relacionadas ao ambiente palaciano; entre as obras de arte citam-se três coleções: telas (Galeria dos Governadores, Retratos de Pessoas Ilustres e quadros do século XIX e, ainda quadros de artistas catarinenses do século XX), estatuária (do século XIX) e estatuetas e esculturas do século XX; entre a coleção Konder Reis, a mais variada gama de diplomas, condecorações e objetos pessoais (como já citado acima) e entre as peças avulsas o leque abre-se muito, indo desde uma pequena coleção de numismática sem muito valor histórico até maquete do Mercado Público, entre outras.

Inexistia uma política de aquisição de acervo inserida em um planejamento maior do MHSC. O que existia era uma coleta direcionada à construção da figura do “bom político”, o homem que faz, líder nato, destaque na sociedade e de boa família, uma vez que o restante não demonstra o menor planejamento prévio para sua aquisição.

Aqui fazemos uma reflexão: a necessidade desta construção não estaria vinculada a História praticada nas décadas de 1970 e 80 pelo IHGSC? A necessidade de criar-se e/ ou apoiar-se em fatos históricos considerados memoráveis procurando construir heróis e vinculá-los ao desenvolvimento de determinada comunidade, estado ou país? Com a reabertura política, não seria este o melhor momento para a criação de uma instituição voltada a memória do *bom político catarinense*?

5.2 Museu enquanto espaço de comunicação

Para que se possa falar de expografia ou do discurso expositivo dos museus, precisamos ter em mente a importância dos museus enquanto espaços de comunicação e enquanto instituição produtora de sentidos - apesar de privilegiar o sentido visual em detrimento dos outros.

O conceito de *comunicação* do Dicionário Aurélio refere-se “ato ou efeito de comunicar(se) ou de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados, quer através da linguagem falada ou escrita, quer de outros sinais, signos ou símbolos, quer de aparelhamento técnico especializado sonoro e/ou visual”. Já o conceito de *comunicar* no mesmo dicionário refere-se a

“pôr em contato ou relação, estabelecer comunicação entre, ligar, unir e fazer saber, tornar comum, participar, transmitir e difundir”.

Partindo do pressuposto que as atividades básicas de um museu devem estar vinculadas à *coleta, conservação, armazenamento, exposição, ação sócio-cultural e avaliação*, estas atividades devem estar relacionadas a dois grandes blocos, a saber: *salvaguarda e comunicação dos indicadores da memória* inerentes à Museologia e extremamente vinculados a forma como se impõe e se estabelece os *critérios de gerenciamento da informação contida no universo de intervenção museal*.¹⁸⁵

Podemos perceber a importância da comunicação museológica no Figura 2 desenvolvido por Maria Cristina Oliveira Bruno¹⁸⁶.

Percebemos que o discurso expositivo e o gerenciamento da informação fazem parte do processo de musealização, que subentende a salvaguarda e a comunicação, todos estes praticados neste universo chamado “museu”.

A função social do museu compreende uma série de ações em sua cadeia operatória, entre elas a ação de comunicar, fazer-se entender, transmitir seu discurso expositivo. É através da exposição e da comunicação bem sucedida que o museu chegará até seu público.

Precisamos refletir aqui sobre o MHSC enquanto espaço de comunicação: que tipo de exposição e discurso este museu desejava transmitir?

Refletindo do exterior para o interior. O museu imóvel: o próprio Palácio Cruz e Sousa, em sua aura enquanto Palácio dos Despachos já se comunica, passando uma imagem de suntuosidade e distância do público em geral. Um discurso de imponência presente antes do público adentrar às salas de exposição.

Nas salas de exposição, em primeiro plano, a Galeria dos Ex-Governadores: as imagens dos “bons políticos catarinenses”. Entre os objetos expostos nas vitrines: medalhas, diplomas, placas de homenagens e móveis utilizados por famílias e figuras de destaque no Estado.

Qual a participação do público neste tipo de exposição? Que tipo de comunicação temos neste caso?

¹⁸⁵ BRUNO, M. C. O. Museologia e Comunicação. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. ULHT/ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 1996. P.21.

¹⁸⁶ BRUNO, M.C.O. **Museologia para professores**: os caminhos da educação pelo patrimônio. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. 1998. (Apostila)

De acordo com o relatado nesta tese, o MHSC foi criado com um objetivo específico de repassar a imagem do “bom político catarinense”, uma imagem já construída e entregue ao público de forma acabada. A participação do público neste caso é restrita, é de contemplação das figuras, de suas realizações e de seu estilo de vida.

Se percebermos o ato de comunicar enquanto transmissão de uma mensagem, podemos dizer que o MHSC assim o fazia em suas exposições. Porém, se desejarmos mais deste sentido de comunicar-se, se procurarmos um sentido de transmitir e receber mensagens, onde existe a participação do público em uma experiência participativa e criativa, podemos dizer que o MHSC não se comunicava.

É certo, que atualmente, existe um novo olhar sobre os museus e sobre suas funções e é este novo olhar que nos influencia para analisarmos o MHSC. Questionamentos como: o que expor, para que expor, para quem expor? Eram direcionados às figuras dos políticos que desejavam se fazer presentes no MHSC e não ao público. Estes questionamentos e a direção deles fazem a diferença no ato de comunicação de um museu.

5.3 A questão do espaço museológico

A museografia¹⁸⁷ – maneira pela qual o fato museal é evidenciado, exposto para o público – necessita de uma ordenação e de uma organização do espaço que será condizente com o discurso proferido pelo museu. Para tratar da museografia e fazer referência ao Palácio Cruz e Sousa enquanto sede do governo ou mesmo instituição museológica, precisa-se fazer referência a questão do *espaço*. Fernanda G. Carneiro trabalha bem estas questões em sua monografia *Da Relação Arquitetura e Museologia nos Museus*. Ela parte de uma visão *original* de espaço como ausência de algo, passando pela significação de espaço como *local onde as coisas se realizam (...) passando pela inter-relação dos objetos, seus usos, tendo a dinâmica como característica inerente* e chega a uma reflexão de Milton Santos que salienta:

¹⁸⁷Por museografia entende-se o conjunto dos procedimentos de salvaguarda (conservação/documentação) e comunicação (exponografia/ ação educativo-cultural) cujo foco de atenção principal é expografia.

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo um lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura continuidade.¹⁸⁸

A autora considera três *noções fundadoras do ser do espaço* adotadas por Milton Santos: a técnica, o tempo, a intencionalidade, que materializados nos objetos e ações, conduzem a reflexões acerca da ação humana e temporal na busca de uma visão de espaço enquanto possibilidade e instrumento.

A compreensão do espaço enquanto possibilidade e instrumento facilita a compreensão do espaço arquitetônico e do espaço museológico.

Para uma melhor compreensão do que vem a ser o *espaço museológico*, nas palavras desta autora, salientamos que este

agrega em um mesmo espaço limitado diferentes culturas através de uma linguagem unificante, com objetivos claros de atendimento, resgate, reconhecimento e valorização da memória, mesmo que partindo de objetos diferentes em termos de datas ou localização, mas que podem produzir um discurso humano comum às diversas relações encontradas neste espaço.¹⁸⁹

O espaço do MHSC por si só agrega valores: valores por ter sido Palácio do Governo, valores pela sua localização (junto à praça no centro da cidade). Acrescenta-se aí o valor museológico. Acrescenta também os valores do acervo, cuidadosamente e intencionalmente escolhido.

Ou seja, este espaço que já possuía uma aura de poder (em função de ter sido sede do governo estadual, acrescida pelas figuras dos soldados da guarda uniformizados a porta, aumentando o distanciamento entre a população que circula no exterior do prédio e a realidade

¹⁸⁸ SANTOS, M. *apud* CARNEIRO, Fernanda G. **Da relação arquitetura e museologia nos museus**. Monografia/ Especialização em Museologia/ MAE/ USP. São Paulo, 2006. P. 16.

¹⁸⁹ CARNEIRO, F. G. Op. Cit. P. 22.

apresentada no interior) recebe objetos de destaque e um discurso expositivo extremamente *heróico* que torna este espaço ainda mais diferente.

Jessy Scherem:

Não foi do seminário. O corpo de guardas, eu adquirei desde o início. Quando o governador resolveu fazer a transferência da Alfândega para o Palácio, naquele momento eu já tive à disposição o corpo de guarda. Porque eu não abria as portas do museu naquele palácio, porque além do acervo, a própria arquitetura exigia muitos cuidados, muita guarda, até pela instalação do Museu. Então eu solicitei uma guarda permanentemente, vinte e quatro horas.¹⁹⁰

Em entrevista, a Sra. Jessy Cherem relata que a guarda colocada a porta do MHSC seria exclusivo para a segurança, em função da importância do acervo distribuído em um espaço físico muito grande com poucos funcionários. Porém, não se pode negar que, estas figuras atraíam os olhos do público que circulava nas calçadas e impunham um distanciamento, ao mesmo tempo. Eram indicativos de que aquele imóvel era representativo do poder local e como tal, deveria ser visto e seu acervo, tratado com reverência.

A visão da Sra. Rosilda Deolinda de Farias Schroeder retrada em sua entrevista:

Katianne: O que eu me lembro também, agora que isso era uma coisa que me chamava atenção, era do guarda na porta do museu, eu falo isso porque chamou a atenção dos meus filhos me perguntavam, porque ele estava ali fazendo a segurança ou, nos dava a impressão por afastar às vezes o público. Qual é a visão que a senhora tem disso?

Rosilda Schoroeder:

Não, não, não. Era muito bonito, até porque a guarda era feita pela policia militar, mas eles usavam um uniforme especial, que era um uniforme de gala, desde o início da criação da policia militar em Santa Catarina, O pessoal querer fotografar com eles, podés ver assim, que

¹⁹⁰ Entrevista concedida pela Sra. Jessy Cherem à autora Katianne Bruhns em 14/07/2006.

deve ter gente que tem fotografia daquela turma, Nazario, Souza meu visinho lá, frequenta minha casa ainda, dos amigos que a gente fez ali, como o Altair e outros, que hoje já estão aposentados ou ainda continuam trabalhando na rua. Mas isso era muito bonito e foi uma pena, até a policia foi tirada da guarda, e esse pessoal, mas era muito legal.¹⁹¹

O espaço que antes era associado ao poder é, a partir da instituição do MHSC, associado ao *poder heróico de figuras políticas consideradas exemplares*.

Esta questão pode ser analisada juntamente com a questão dos *semióforos* já mencionados nesta tese: o imóvel Palácio Cruz e Sousa (edificação), o acervo do MHSC foram *retirados* do seu contexto original, produzindo-se sobre os mesmos uma *re-significação* – discurso e ações intencionais que procuram e desejam novos olhares, novos usos e predispõe uma nova relação.

Nesta linha de pensamento, Fernanda G. Carneiro ainda acrescenta:

Num contexto em que os objetos não mais sobrevivem aos homens, mas sim em que os homens os idealizam, produzem, usufruem e destroem podemos resgatar o que Jean Baudrillard discutiu a partir do ‘sistema dos objetos’. Se antes, o homem era sujeito, agente, e o objeto era perpassado pelo homem, que usufruía e morria, e este objeto contava a sua história, hoje temos que o objeto é agente: ele perpassa a nós e ficamos a tentar construir uma memória antes mesmo dela se tornar memória. Fica como se fosse a memória do objeto, e acabamos por confirmar sua personificação.¹⁹²

Neste raciocínio a autora referenda a reflexão de que o espaço vem mudando sua fisionomia no decorrer da história, sua relação com o entorno e que há uma relação intrínseca com o objeto neste caminho.

O espaço museológico não pode ser pensado sem o acervo, pois há entre estes dois itens uma profunda relação discursiva. Quando se

¹⁹¹ Entrevista concedida pela Sra. Rosilda Deolinda de Farias Schroeder, em 22/08/08.

¹⁹² CARNEIRO, F. G. Op. Cit. P. 20.

pensa em MHSC, lembra-se do Palácio Cruz e Sousa, lembra-se do Palácio Rosado, da instituição que dirigiu durante anos a política do Estado, lembra-se também dos objetos expostos neste museu, das pessoas eternizadas por este acervo exposto.

Evoca-se a lembrança do *Palácio Cruz e Sousa*, externa e internamente, pois, um museu nunca irá organizar exposições, ou discursos museológicos diferentes da postura política que ele assume, portanto, a análise da museografia, ou da expografia (discurso expositivo) do MHSC é fundamental nesta tese.

Nenhum museu é apolítico, existe um posicionamento imanente da instituição, seja na área administrativa, seja em suas exposições.

Ou seja, pensar espaço – espaço museológico – é pensar também em acervo, é pensar em seleção de acervo, é pensar em discurso expositivo, ou seja, é pensar na relação de poder estabelecida para se organizar um museu e/ ou exposição.

5.4 O discurso expositivo no MHSC

O objeto é sempre a prova testemunhal do homem na sociedade. A ele, o homem atribui funções, poderes e significados.¹⁹³

Na medida em que se constrói um discurso expositivo, precisa-se pensar na função ideológica do patrimônio, tanto móvel quanto imóvel, levando em consideração que um dos documentos de análise deve ser o próprio imóvel onde se localiza o Museu Histórico de Santa Catarina, considerando sua utilização no decorrer da história e sua escolha para sede da instituição.

A função ideológica do imóvel escolhido pelo Grupo de Trabalho para a implantação do MHSC foi, desde a sua construção, exercer e centralizar as decisões políticas do Estado de Santa Catarina. Em decorrência desta função original é construído no centro da cidade, em frente a praça principal e ao lado da Catedral Metropolitana.

¹⁹³ KASINSKY, Ana Luiza Borges. **A importância do Coleccionismo**: O caso da Fundação Maria Luiza e Oscar Americano. Monografia/ Especialização em Museologia: MAE/USP, 2000. P. 15.

Imóvel que centralizava as decisões políticas, perfeito para acolher o Museu Histórico do Estado, que a partir da Lei N. 5.512, de 20 de fevereiro de 1979 incorpora à sua história a fama do nome do poeta João da Cruz e Sousa – que em discurso oficial à Assembléia Legislativa, o então governador do Estado, Sr. Antônio Carlos Konder Reis discorre:

(...) entendo ser a época oportuna de dar-lhe uma denominação oficial e definitiva, homenageando o vulto maior da nossa arte poética – João da Cruz e Sousa – que o impiedoso Agripino Grieco reconhecia ser o mais instintivo, o mais espontâneo dos poetas brasileiros (...). Ao me fixar nessa escolha, tive o cuidado, Senhor Presidente, de propor um nome que, pela universalidade da sua obra poética, pelo seu pioneirismo em trazer para o Brasil o Simbolismo, que mal nascia na França nas obras de Baudelaire e Mallarmé, estou seguro não encontrará resistência nem nessa Casa Legislativa e nem na memória do povo catarinense, orgulhoso que sempre foi dos eu ilustre conterrâneo, filho de escravos, (...).¹⁹⁴

As *narrativas nacionais* dizem respeito a “modalidades discursivas cujo propósito fundamental é a construção de uma ‘memória’ e ‘identidade’ a partir dos modos pelos quais determinada categoria social – intelectuais identificados com projetos nacionais de *patrimônio cultural* no Brasil – as definem em função do empreendimento de construção da *nação*’.¹⁹⁵

José R. S. Gonçalves salienta que as narrativas sobre patrimônios culturais estão baseadas em narrativas históricas formadoras de um discurso acerca da nação materializados de forma alegórica nos objetos, numa relação contínua entre desaparecimento/ destruição e conservação. Ou seja, o Palácio Cruz e Sousa deixa de ser a sede do governo, assume outra função diante da comunidade, mas deverá ser sempre lembrado pela sua função anterior, em um processo de “eterno retorno” ao que foi e agredido a isto, a fama do poeta negro.

¹⁹⁴ Mensagem do Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Antônio Carlos Konder Reis, em sessão extraordinária na Assembléia Legislativa, em 1 de fevereiro de 1979.

¹⁹⁵ Op. Cit. P. 11.

O Palácio Cruz e Sousa enquanto instituição museológica entra em uma nova era: a eterna busca pelo retorno, ou seja, para a sua sobrevivência enquanto museu precisa fazer referência àquilo que deixou de ser: centro das decisões políticas do Estado de Santa Catarina. Assim, as narrativas nacionais sobre o patrimônio nacional são conservados, exterioriza-se a ameaça de destruição e o próprio processo de perda/ ameaça. Aqui duas reflexões devem ser feitas: a primeira: para que determinado discurso de nação possa existir ele deve apropriar-se daquilo que já é seu: o patrimônio cultural e como segunda reflexão – este discurso de preservação sustenta-se a partir da ameaça de perda deste mesmo patrimônio. Ou seja, nesta ‘apropriação’ do discurso de nação materializa a existência da mesma. A existência do MHSC materializa-se na tentativa constante de não destruição desta memória política do imóvel e dos políticos que atuaram neste espaço.

A busca por parte dos grupos políticos ligados ao governo nas décadas de 1970 e 1980 direciona a escolha do prédio que foi a sede do governo catarinense para abrigar o MHSC. Pensando a partir desta reflexão, acreditamos que a escolha não poderia ser outra senão este prédio- acervo (sede do governo catarinense de 1770/80 (data provável da primeira edificação) até 1986, data em que deixou de ser sede administrativa para acolher o Museu Histórico de Santa Catarina.

Ou seja, o próprio Palácio Cruz e Sousa pode ser considerado um *semióforo*, pois sua função original é modificada deixando de ser a sede do governo para abrigar uma instituição museológica.

Antes mesmo de assumir o governo estadual, Antônio Carlos Konder Reis aventa a possibilidade de mudança da sede do governo, objetivando deixar o Palácio Rosado apenas como local de recepções oficiais e outras ocasiões festivas, além de abri-lo a visitação pública.¹⁹⁶

Por outro lado, a mídia cobra ações no sentido de criar-se um Museu Histórico e um Museu de Artes para o Estado de Santa Catarina.¹⁹⁷

Uma vez que o discurso museológico vai refletir a proposta institucional do museu e ainda, sabendo que os objetos – acervo do museu – não possuem valor intrínseco, necessitam de uma elaboração/ organização das informações contidas neles, percebemos que estas podem ser manipuladas de forma a se encaixarem na proposta do museu. Ou seja, existe uma produção discursiva que perpassa a museografia

¹⁹⁶ Jornal “O Estado” de 03/05/75, p. 15.

¹⁹⁷ Jornal “O Estado” de 24/07/73.

adotada pelo museu desde a escolha do espaço, isto justifica uma análise detalhada.

Ulpiano B. de Meneses analisa a exposição histórica sob três pontos de vista: a exposição como convenção; o falso binômio objetos *versus* idéias e a exposição como linguagem.

No primeiro aspecto, destaca-se que existe, na exposição, uma organização para a produção de um sentido, que não é natural nem espontâneo. Quando trata de objetos e idéias, o autor destaca que *o objeto aparece fundamentalmente como suporte de significações que a própria exposição propõe*, pois não há uma exibição neutra ou literal dos objetos, pois *a exposição museológica pressupõe, forçosamente, uma concepção de sociedade, de cultura, de dinâmica cultural, de tempo, de espaço, de agentes sociais e assim por diante*.¹⁹⁸

Quando trata da exposição enquanto linguagem segue o pressuposto de que os objetos são suportes para a articulação de enunciados acerca de problemas humanos. Em uma exposição, os objetos explorados na busca de significados não podem ser dispensados, são fios condutores do discurso, uma vez que a linguagem museológica é essencialmente espacial e visual.

Seguiremos a linha reflexiva de Ulpiano B. de Meneses por dois motivos: a princípio por entender que a História “tem lugar assegurado no museu histórico” principalmente no que tange a sua relação com o patrimônio cultural. “O museu histórico coleta, preserva, estuda e comunica documentos históricos. A exposição verdadeiramente histórica é aquela em que a comunicação dos documentos, por sua seleção e agenciamento, permite encaminhar *inferências sobre o passado* – ou melhor, sobre a *dinâmica* – da sociedade, sob aspectos delimitados, que conviria bem definir, a partir de problemas históricos”.¹⁹⁹

Como segundo motivo, por acreditar que uma exposição museológica deva tratar o público enquanto sujeito da história e não como meros observadores, propiciando reflexões acerca dos diferentes processos e períodos históricos e por sua capacidade de transformar os objetos em documentos históricos. Sob este olhar serão analisadas as exposições do MHSC.

A primeira exposição no Prédio da Antiga Alfândega pode ser tomada como o início de um diálogo e de uma análise, porém abordaremos as exposições permanentes e temporárias deste museu no

¹⁹⁸ MENESES, U. (Op. Cit). p. 27.

¹⁹⁹ Idem. p. 38-41.

Palácio Cruz e Sousa, dialogando com diversas fontes – jornais (repercussão das exposições na mídia) e documentos internos (relatórios mensais e planejamentos das atividades e exposições que citam seus objetivos com relação às mesmas). A discussão é refletir acerca do papel pedagógico ou da função política das exposições do MHSC.



Foto 1- Catálogo Lançado na Abertura da 1ª Exposição do MHSC na Casa da Alfândega em 1979

Fonte: Dados da Pesquisa Extraídos dos Arquivos da FCC

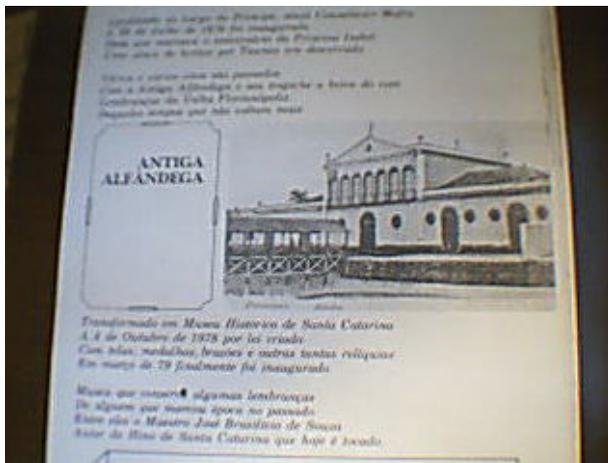


Foto 2 – Folder da Exposição do MHSC de 1979

Fonte: Dados da Pesquisa Extraídos dos Arquivos da FCC

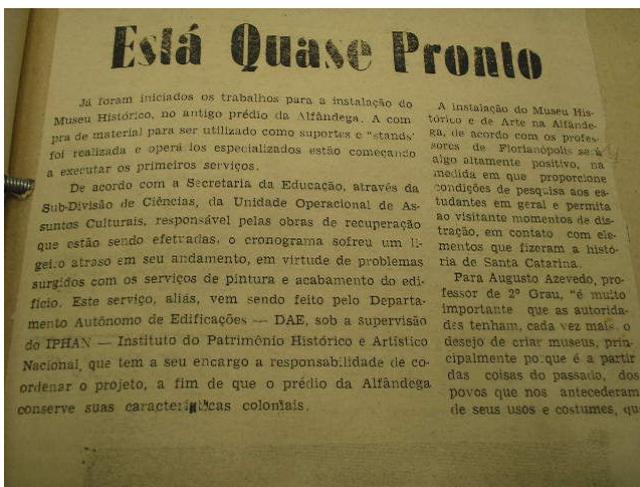


Foto 3- Artigo sobre o MHSC na Gazeta de 14/10/1978

Fonte: Dados da Pesquisa Extraídos dos Arquivos da Biblioteca

Na primeira exposição em 1979, destacamos que havia seis núcleos expositivos:

Na entrada duas vitrines (vitrine 1 e 2), uma contendo o original manuscrito da primeira Constituição do Estado de Santa Catarina (1891)

com o autógrafo dos deputados constituintes, na segunda, a caneta de ouro ²⁰⁰, oferecida pelos funcionários do Poder Legislativo ao seu presidente e uma reprodução fotográfica da tela intitulada “Os Constituintes de 1891”.

Na sala nº 1 havia uma vitrine (vitrine 3) com documentos (Autógrafo do general Manuel Deodoro da Fonseca, Presidente Provisório da República e Ato de nomeação de Gustavo Richard como vice-governador de Santa Catarina; Autógrafo do governador Lauro Severiano Muller; Autógrafo do general Manuel Deodoro da Fonseca, Presidente Provisório da República no ato em que nomeou Gustavo Richard governador do Estado de Santa Catarina; Autógrafo do governador Hercílio Pedro da Luz sancionando a Lei nº 111, de 1º/10/1894, que deu à capital catarinense a denominação de Florianópolis; Carta particular de próprio punho com autógrafo do vice-governador Elizeu Guilherme da Silva e Carta particular, de próprio punho com autógrafo do governador Vidal Ramos Jr). Ainda, cinco retratos a óleo dos seguintes governadores: Lauro Muller, Hercílio Luz, Felipe Schmidt, Gustavo Richard e Vidal Ramos Jr. Outra vitrine (vitrine 4) contendo um lustre de fabricação inglesa que foi instalado na casa do governador Gustavo Richard quando da inauguração do sistema de energia elétrica em Florianópolis, em 1910 e um álbum contendo 80 fotos das diversas fases dos trabalhos de execução do sistema de energia elétrica em Florianópolis durante o governo de Gustavo Richard.

Na sala nº 2, quatro retratos, um do vice-governador Antônio Pereira da Silva e Oliveira e dos governadores Fúlvio Aducci, Adolfo Konder e Nereu Ramos. Uma vitrine (vitrine 5) contendo a caneta-tinteiro ofertada ao governador Nereu Ramos para a assinatura da lei que reconheceu a Faculdade de Direito como instituição estadual.

Na sala nº 3, oito retratos a óleo dos governadores Aderbal Ramos da Silva, Irineu Bornhausen, Jorge Lacerda, Henrique Hülse, Celso Ramos, Ivo Silveira, Colombo Salles e Antônio Carlos Konder Reis. A vitrine desta sala (vitrine 6) continha, por doação do ministro Luiz Galloti (interventor do Estado de Santa Catarina em 1945) uma estatueta de bronze representando a Justiça; diploma em pergaminho e capa de professor Honoris Causa da Universidade Federal de Santa Catarina; Insígnias de mérito “Anita Garibaldi” Conferido pelo governo do Estado; grã-cruz da Ordem Nacional do Mérito e medalha de ouro de membro da Academia Catarinense de Letras. Uma escrivanhinha que

²⁰⁰ Este objeto é citado em documentos internos do MHSC – Ficha de Tombamento de Bens de Valor Histórico, datado de 11/05/77 e na entrevista da Sra. Jessy Cherem.

pertenceu ao coronel Aristiliano Ramos, interventor do Estado de Santa Catarina em 1933/34, uma estatueta de bronze, representando o “Triunfo”, oferecida em homenagem ao coronel Aristiliano Ramos e uma cadeira que fez parte do mobiliário do IHGSC desde a sua fundação, em 1896. Na vitrine seguinte, no mesmo ambiente (vitrine 7) quatro medalhas e três diplomas doados pela família do governador Irineu Bornhausen.

No salão, duas vitrines: vitrine 8 contendo a Bandeira do Brasil e de Santa Catarina e na vitrine 9, a Bandeira do Brasil Império. Duas telas: a primeira “O extermínio da família de Dias Velho” e a segunda de “Garibaldi e Anita”, as duas pintadas por Dakir Parreiras. Ainda, na mesma sala, um piano de cauda, que pertenceu ao maestro José Brasilício de Sousa, autor da música do Hino do Estado de Santa Catarina e um álbum de música do mesmo maestro.

Na sala nº 4, como Exposição Temporária, condecorações e homenagens conferidas ao governador Antônio Carlos Konder Reis.

Na parte térrea do prédio constava ainda um cofre-forte, que pertenceu à Antiga Alfândega, um telefone manual e uma prensa.²⁰¹

Este acervo exposto – discurso expositivo – combinava com o discurso político do MHSC, reflexo do contexto, do posicionamento político do grupo e do governo e também da forma de se fazer história. Na Ata N. 1 do Grupo de Trabalho para a implantação do MHSC, de 27 de janeiro de 1977 e Decreto-Lei nº 1094, de 20/06/76, que estabelece que o MHSC faz parte da estrutura organizacional da secretaria de Governo, vinculado à Divisão de Ciências da Coordenadoria de Assuntos Culturais; no Ofício Circular nº 1/77, da então diretora do MHSC dirigida a Unidade Operacional de Assuntos Culturais, que trata da ficha para tombamento do acervo destinada aos doadores, encontramos a seguinte frase sobre a sua atuação frente ao MHSC: *a atuação possa vir de encontro ao espírito do nosso governo.*

No Relatório de 1982, por se tratar de um ano eleitoral, o museu procura *integrar suas atividades ao processo político com projetos, entrevistas e coleta de material, objetivando a salvaguarda da história política de uma época.*

No Relatório de Dezembro de 1983, expõe os objetivos do MHSC, entre eles: *expor documentação, que relate acontecimentos*

²⁰¹ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA, Fundação Catarinense de Cultura, Unidade de Patrimônio Cultural, s/ed., s/p. Encarte lançado para a inauguração, contendo planta baixa do espaço ocupado pelo MHSC, histórico e acervo exposto.

históricos importantes e dar continuidade ao Projeto Memória Política do Estado documentando as entrevistas com ex-governadores.

E ainda, no Relatório do Estágio da Sra. Jessy Cherem no Museu Histórico Nacional (RJ), sugere o Projeto para o MHSC: *O Museu vai à Escola*” que tem como objetivo “*comemorações mensais sobre um vulto histórico; sobre datas históricas com palestras, conferências, apresentação de slides, etc (Out./1977).*

A museografia neste caso reforça a idéia do “bom político”, o homem que realiza ações em prol do seu estado, homem de bem, sempre em consonância com os ideais da nação²⁰², em uma tentativa de se criar a imagem do “bom político” que transcende o tempo e o espaço através de seus objetos que representam suas ações no governo.

Percebemos que esta exposição vai de encontro com as intenções do grupo de trabalho que organizou o MHSC, como vemos na fala do Prof^o Jali Meirinho e que a uma separação entre o acervo e a questão do espaço (quando se trata do Palácio Cruz e Sousa:

O momento inicial, o ponto de partida foi que ele mantivesse a memória dos governantes; a partir dos governos é que então ele abrangeria todas as áreas da política do estado de Santa Catarina. Mas, o motivo inicial, seria os governantes, principalmente os do Partido Republicano. (...) A comunidade frequênta a casa, frequênta o espaço, como as exposições de arte, coquetéis, como lançamento de livros, várias atividades aí. As escolas visitam o prédio, visitam o espaço, mas não encontram uma peça, não encontram um guia, não encontram alguém que fale sobre a importância da história política de Santa Catarina (...).”²⁰³

A mudança da sede do MHSC da Alfândega para o Palácio Cruz e Sousa foi intencional e procurou criar um vínculo (já existente) entre o acervo, os políticos (homens realizadores) e a sede administrativa do Estado – palco e cenário imóvel de grandes homens e grandes feitos. Afinal, como diz Camilo de Mello Vasconcellos em sua

²⁰² SANTA CATARINA, Mensagem ao Poder Legislativo. Governador Antônio Carlos Konder Reis. Vol. III, 1978, p. 1058, 1099 e 1100.

²⁰³ Entrevista concedida pelo Sr. Jali Meirinho, em 13/06/2006.

tese, “as manifestações do poder não combinam com simplicidade; a grandeza, a ostentação, o luxo as caracterizam”²⁰⁴.

A estrutura majestosa e a aura conferida ao Palácio contribuem como um apelo incomparável à emoção dos visitantes, agregando mais valor ao acervo para que se sentissem orgulhosos e herdeiros desta história. Isto por que, o acervo exposto no Palácio Cruz e Sousa (além dele mesmo conforme várias matérias divulgadas na época)²⁰⁵, quando aberto ao público em 1986, permanece praticamente o mesmo.²⁰⁶



Foto 4- Artigo sobre o MHSC em O Estado de 29/05/88

Fonte: Dados da Pesquisa Extraídos dos Arquivos da Biblioteca Pública

Segundo a então diretora do MHSC, Sra. Jessy Cherem, a mudança do museu para o Palácio Cruz e Sousa inaugura “uma fase de identificação cultural catarinense, garantindo, além da preservação dos bens móveis e imóveis, a sua função social”²⁰⁷

²⁰⁴ VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Representações da Revolução mexicana no Museu Nacional de História da Cidade do México (1940-1982)**. Tese Doutorado/ HST Social/ USP, 2003. P. 47.

²⁰⁵ Jornais “O Estado” de 4/5/86, de 5/8/88, de 7/1/90 e “Diário Catarinense” de 9/9/86.

²⁰⁶ Relatório do MHSC, de Dezembro de 1984 que previa o plano de ação para 1985 consta um projeto de revitalização do mesmo, através do Projeto “Memória Política de uma Época e exposições alusivas à fatos históricos.

²⁰⁷ Jornal “Diário Catarinense”, de 13/9/86.

Voltando à questão do acervo, devemos perceber como se deu a coleta do mesmo. Segundo entrevista²⁰⁸ e documentos internos do MHSC e FCC, o acervo foi solicitado nos museus do interior do Estado²⁰⁹, ao governo municipal de Florianópolis (no caso de peças que pertenceram ao ex-governador Gustavo Richard)²¹⁰, bem como através de *várias famílias, descendentes de vultos da nossa história política, disposto a doarem bens de valor cultural (...)*.²¹¹ O museu, sendo um cenário institucionalizado onde as relações de poder estão estabelecidas através da expografia, dos seus discursos, estabelecendo a identidade eleita, torna-se um catalizador desta identidade e desta memória forjada por um grupo. Como discorre Ulpiano B. de Meneses²¹² *apud* Edwina Taborsky *o museu só se interessa pelos objetos materiais por causa do sentido* e o sentido histórico de uma exposição se dá pelas múltiplas malhas da interação social a que remete.²¹³ Retomamos aqui a questão dos *semióforos*, agora com relação aos objetos do acervo do MHSC. O tempo presente é o foco ordenador do sentido aplicado ao objeto, é neste tempo que os valores e sentidos são agregados às peças, conforme os interesses do momento.

Alguns objetos, por terem figurado em momentos decisivos são imbuídos de uma “aura” especial, tornando-se *semióforos*, ou seja, deixam o universo da funcionalidade para o qual foram criados para um universo aurático da exposição, da admiração. Segundo Ulpiano B. de Meneses²¹⁴

são objetos semióforos, expressão rebarbativa forjada por Pomian para identificar objetos excepcionalmente apropriados e exclusivamente capazes de portar sentido, estabelecendo uma mediação de ordem existencial (e não cognitiva)

²⁰⁸ Entrevista com a Sra. Jessy Cherem, em 14 de julho de 2006.

²⁰⁹ ATA nº1 – do Grupo de Trabalho para a implantação do Museu Histórico de Santa Catarina, de 27/01/1977.

²¹⁰ ATA nº1 – do Grupo de Trabalho para a implantação do Museu Histórico de Santa Catarina, de 27/01/1977.

²¹¹ Súmula das Atividades do Grupo de Trabalho para a implantação do Museu Histórico de Santa Catarina, de 27/01/77 e Ofício Circular do MHSC nº 01/77.

²¹² MENESES, Ulpiano T. B. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**. Vol. 2. Jan. Dez., 1994. p. 12

²¹³ Sobre isso ver MENESES, U. B. Op. Cit (p. 16 e ss.) e BREFE, A. C. F. Museus Históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. ser. V. 5. jan./ dez. 1997. p. 175-199.

²¹⁴ MENESES, U. B. (Op. Cit). p. 18 e 19.

entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade. (...) Relíquia, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem.

Alguns objetos do acervo, entre tantos do acervo do MHSC destacaram-se pela importância a eles conferida, é o caso da caneta oferecida pelos funcionários do Poder Legislativo ao seu presidente, o deputado Francisco Tolentino de Souza, com a qual assinaram a 1ª Constituição do Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 1891. Estes objetos são citados na mídia que trata sobre as exposições do MHSC²¹⁵ e do piano de cauda e do livro de partituras, ambos de José Brazilício de Sousa, autor da música do Hino do Estado de Santa Catarina.

Entende Pomian que

“uma ‘coleção’ é qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar público. Esta definição tem caráter descritivo. E supõe as condições que um conjunto de objetos deve satisfazer para que seja considerada uma ‘coleção’.”²¹⁶

Outra parte do acervo exposto que deve ser considerada aqui, é a galeria dos ex-governadores, retratos a óleo pintados por diversos artistas, entre eles: Martinho de Haro²¹⁷ e Willi Zumblick²¹⁸. No caso deste tipo de acervo, que estaria cumprindo sua função primeira

²¹⁵ Jornal “O Estado”, de 16/02/86 e 07/01/90, Caderno 2, p. 1.

²¹⁶ POMIAN, K. COLEÇÃO. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

²¹⁷ Nasceu em 1907 em São Joaquim e faleceu em 1985 em Florianópolis. Foi pintor, desenhista e muralista. Praticava paisagem, pintura e costumes regionais. Segundo o historiador Fernando Boppé: o silêncio e a ausência de pessoas nas obras de Martino eram algo atordoante.

²¹⁸ Nasceu em Tubarão em 1913 e faleceu na mesma cidade em 2008, pintor autodidata, suas obras retratam aspectos históricos e sociais de sua gente e de sua terra.

utilitária, uma vez que foi produzido para ser admirado, a aura concentra-se na figura retratada.

Não entraremos aqui na discussão entre objeto histórico e objeto artístico, o que precisamos perceber é o discurso do MHSC que através de sua exposição ressalta a vida política de alguns cidadãos para contar a sua versão acerca da história política do Estado de Santa Catarina.

Depois de inaugurado o MHSC na Antiga Alfândega, o horário de visitação era assim estabelecido: segunda à sexta-feira: das 13 às 18 horas e nos finais de semana, das 13 às 17 horas. Neste momento o MHSC desenvolvia o Projeto “O Museu e a Criança”, realizava exposição temporária sobre o “Governador Gustavo Richard, 50 anos após sua morte”, bem como entrevistas com ex-governadores para possíveis doações de peças e documentos, participou de uma Feira do Livro que havia sido promovida pela UFSC e outros intercâmbios com entidades culturais e educacionais.

Podemos verificar pelo Relatório das atividades da Unidade de Ciências de 1979, ao qual o MHSC se reportava, a questão das comemorações de datas consideradas de valor histórico se destacam. Dos 14 itens do relatório, 06 são relativos a “efemérides catarinenses”: desde a exposição do MHSC sobre os 50 anos da morte de Gustavo Richard ao mapeamento de bens culturais, objetivando comemorações também no interior do Estado.

Em 1980 foi realizada uma exposição temporária denominada “Florianópolis Ontem e Hoje”, com 78 fotografias de 1910 a 1980, exposição comemorativa ao centenário do nascimento do Almirante Lucas Alexandre Boiteux e fotografias dos trabalhos produzidos no Projeto “A História e a Arte na Ação Comunitária”.

No ano de 1981, o MHSC realiza duas exposições temporárias: “Sesquicentenário Conselheiro Mafra”, entre outubro e novembro, visitada por 612 pessoas e, “Memória Histórica de Santa Catarina através da imagem, entre dezembro de 1981 e janeiro de 1982, visitada por 512 pessoas.

Neste ano foi realizado o projeto “O Museu vai à Escola”, entre junho e novembro, onde as atividades tiveram como ponto principal “Aspectos Gerais da História de Santa Catarina”, onde 35 alunos da Escola Alferes Tiradentes foram preparados para realizar visitas ao Museu e entidades históricas de Florianópolis como Palácio Cruz e Sousa (ainda sede do governo) e monumentos, como Fernando Machado, Victor Meireles, Cruz e Sousa, Jerônimo Coelho e à Guerra do Paraguai.

No ano de 1982, ano eleitoral, encontramos a seguinte frase no Relatório Final: “Por se tratar de um ano de campanha eleitoral, o MHSC procurou integrar suas atividades acompanhando o processo político da Campanha Eleitoral com projetos, entrevistas e coleta de material, objetivando salvaguardar a história política de uma época – 1982.” Neste ano teve lugar o projeto intitulado “O papel do Museu na Educação”, onde foram atendidos 240 alunos de duas escolas da rede estadual de ensino; foram realizadas entrevistas com Celso Ramos, Antônio Carlos Konder Reis e Sra. Kirana Lacerda (esposa do governador Jorge Lacerda).

No ano de 1983, as exposições temporárias que tiveram lugar no MHSC foram: “Florianópolis era assim”, “Santa Catarina no alvorecer do século XX” (composta por postais da coleção da Família Boiteux); “Personalidades Políticas” – Nereu Ramos, Jorge Lacerda – Leoberto Leal; “O registro do passado em revistas e jornais” e “Nossa Senhora do Desterro”; obras de Mário Figueiredo Benelli em bico de pena. Neste ano, foram adquiridos 345 reproduções fotográficas da família de José Boiteux, uma fotografia do Presidente Getúlio Vargas, 11 publicações estrangeiras e 271 publicações nacionais.

No ano de 1985, o MHSC integrou suas atividades ao planejamento da Fundação Catarinense de Cultura, realizou três exposições temporárias: moedas antigas; fotografias antigas, sob o tema: “Florianópolis era assim” e uma exposição alusiva ao centenário de nascimento de Adolpho Konder. Com relação a aquisição de acervo, o MHSC recebeu a doação de um diário pessoal e funcional de Carvalho Filho – representante na Assembléia Legislativa – 1865; discurso proferido por Antônio Carlos Konder Reis no centenário de Adolpho Konder; reproduções fotográficas (sem detalhes sobre o tema destas); álbum de fotografia da visita de Getúlio Vargas a Santa Catarina, em 1940, contendo 141 fotografias e alguns relatos do Arquivo Histórico de Joinville, sem detalhes acerca dos temas. No relatório de agosto de 1985 encontramos novamente alusão às funções dos museus: “mostrar que o Museu é também instituição certa para informar, divulgar, comunicar e promover nossas atividades culturais”.

O MHSC entra o ano de 1986 de portas fechadas, reabrindo em 19 de fevereiro deste mesmo ano com um recital, onde compareceram diversas figuras da política do Estado. As doações recebidas seguem as características das anteriores, diferenciando-se apenas algumas doações de material arqueológico. No mês de maio deste ano acontece em Belo Horizonte a IV Conferência Geral dos Museus Brasileiros e a então diretora do MHSC participa e de seu relatório destacamos as seguintes

informações que nos possibilitam um acesso ao pensamento museológico da época: neste documento encontramos a referência sobre a “preservação”, salientando que esta é uma “atitude política e social” e que no Brasil esta tem sido somente uma “atitude política”, onde não se “consulta, nem se educa a comunidade para a preservação de um patrimônio” perdendo, portanto, seu caráter social. Ainda destaca que, havia um movimento para descaracterizar esta atitude política perante o patrimônio para valorizar seu caráter social, “que fundamentalmente é o que justifica a atitude das ações culturais” e ainda que a preservação precisaria “ligar o objeto ao objetivo”, onde se consideraria o valor social, o valor da memória, do uso”, bem como o entendimento dos “museus como canais de produção de um processo cultural”.²¹⁹

No trecho seguinte encontramos a seguinte frase: “*Dentro de nossa organização político-econômica-social e política de preservação deve partir do município para a nação, entendida as reivindicações da comunidade em seus vários segmentos*”. Não podemos esquecer que neste ano, estamos diante da reestruturação do IPHAN e da incorporação da Fundação Nacional Pró-Memória, ainda sob as diretrizes gerais das idéias de Aluísio Magalhães, onde se ressalta as diversidades da cultura e do patrimônio brasileiro.

No relatório da então diretora do MHSC de agosto de 1986, já consta na programação uma pesquisa para a “programação visual da nova sede” e da comissão encarregada da organização da solenidade de abertura do MHSC no Palácio Cruz e Sousa, que teve lugar no dia 30/08/86 com um discurso do então governador Espiridião Amin, abrindo as portas com novo horário: segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas e, nos finais de semana, das 14 às 18 horas.

No relatório que documenta as primeiras ações culturais realizadas a partir da transferência do MHSC para o Palácio Cruz e Sousa encontramos um discurso mais elaborado:

O Museu como instituição cultural, exercendo funções da preservação e conservação de bens culturais do Estado, integradas às funções educativo-sócio-culturais, estabelece uma relação entre o homem e a ciência, o homem e a cultura, o homem e a educação, o homem e a arte, o homem e o objeto e o home e o meio em que vive. Estas funções determinam a utilidade do museu junto à

²¹⁹ Relatório da IV Conferência Nacional dos Museus – Belo Horizonte, por Jessy Cherem, s/ data.

União, o Estado e o Município. Considerando-se a necessidade de refletirmos sobre o papel específico e primordial das instituições museológicas dentro de todo o processo de preservação de nossa memória e identidade cultural, lembramos que esta tarefa consiste numa múltipla série de atividades: aquisição, documentação, conservação, dinamização, exposição e ação cultural. (...) O Palácio Cruz e Sousa, dia 30 de agosto, às 20 horas, com solenidade de reabertura foi entregue à visitação pública, instalando-se o Museu Histórico de Santa Catarina com papel específico e primordial dentro de todo processo de preservação de nossa memória e identidade cultural”²²⁰

Aspectos da solenidade de abertura:



Foto 5 – Discurso do Governador Esperidião Amin de 30/08/1986

Fonte: Dados da Pesquisa extraídos do Arquivo da FCC

²²⁰ Relatório de Atividades do MHSC, de setembro/ 1986.



Foto 6 – Vista Parcial dos Presentes à Reabertura do MHSC em 1986
Fonte: Dados da Pesquisa extraídos do Arquivo da FCC



Foto 7 – Vista Parcial da Galeria dos Ex Governadores
Fonte: Dados da Pesquisa extraídos do Arquivo da FCC

A escolha do Palácio dos Despachos para sediar o MHSC foi também uma forma de referendar a intenção do museu e daquilo que foi exposto na primeira exposição, ainda na Casa da Alfândega. A aura em torno da sede do poder do Estado era tão presente no imaginário da população, que o número de visitas inicialmente aumentou

consideravelmente, ultrapassando o número de visitas de sua inauguração, de acordo com o quadro a seguir:

Ano	Tipo de Documento	Número de Visitantes
1979	Relatório Anual	Não consta esta informação
	Projeto “O museu e a criança”	480 crianças atendidas
1980	Relatório Anual	Dezembro – 29.657
	Projeto “A História e a Arte na Ação Comunitária!”	1.760 crianças atendidas ²²¹
1981	Relatório Final	Dezembro – 12.836
1982	Relatório Final	Dezembro – 8.500
1983	Relatório Final	Não consta esta informação
1984	Relatório Final	Dezembro – 3.523
1985	Relatório Final	Não consta esta informação
1986	Relatório Final	Dezembro – 36.347 ²²²
1987	Relatório Parcial	Janeiro – 11.553
		Fevereiro – 7.891
		Março – 3.926
		Abril – não há Relatório Parcial
		Maior – 6.555 ²²³
		Junho – 3.197

Quadro 1 – Número de Visitantes do MHSC de 1979-1987

Fonte: Arquivos da FCC

Estes referenciais não devem servir de informação absoluta sobre o número de visitantes que o MHSC recebeu, uma vez que os dados constantes nos relatórios são confusos, pois encontramos as seguintes informações: 1º Relatório de Setembro, que trata da programação oficial de reabertura consta nos meses de setembro e outubro um total de 16.959 visitantes; já em outro relatório também referente ao mês de setembro, encontramos o número 13.181 visitantes

²²¹ Não podemos dizer se este número já estaria incluso no número total de visitantes do Relatório Final.

²²² Entre os anos de 1984 e 1986 o Palácio Cruz e Sousa sofre a terceira reforma, reabrindo ao público em setembro de 1986.

²²³ Até março os Relatórios Parciais são assinados pela Sra. Jessy Cherem, em abril não há relatório e em maio o Relatório Parcial já está sendo assinado pela nova diretora, Sra. Sônia Malheiros Miguel. A partir desta data (junho de 1987) não encontramos mais este tipo de registro (Relatórios Parciais e Anuais).

no mês, enquanto que o de outubro registra 20.872 visitantes “até o início do mês de novembro” – esta frase deixa-nos inseguros para afirmar que os números anteriores referem-se somente ao mês do referido relatório.

Apesar disso e levando em consideração a variação da metodologia na quantificação destes números, podemos perceber que entre 1979/80 – perto de sua inauguração e após sua transferência e reabertura à visitação pública, estes número crescem consideravelmente.

Porém, em 1984 a média mensal de visitantes era de 300 pessoas, enquanto que após a transferência para o Palácio, a partir da reinauguração em setembro de 1986 (apenas dois anos após), a média mensal aumenta para 3.000 visitantes – se levarmos em consideração os números dos Relatórios Anuais de 1984 – 3.523 visitantes em contrapartida ao Relatório Anual de 1986 – 32.567 visitantes. Movidos pela curiosidade de visitar a antiga sede do governo e fortalecendo a questão do imóvel-acervo citada na entrevista concedida pelos professores Jali Meirinho e Carlos Humberto P. Corrêa, referendando que a escolha do grupo de trabalho para a implantação do MHSC, de tornar público um espaço privado dedicado durante tantos anos ao poder político foi acertada. Notamos aqui um dos resultados da ação ideológica que aferia ao Palácio Cruz e Sousa esta aura de poder.

Katianne:

Uma coisa que foi conversada na minha qualificação, com a professora Elizabete Farias da Silva, que ela é daqui de Florianópolis, também conhece a história do museu e que quando o museu reabriu as portas já no Palácio, ela fala que existiu uma curiosidade muito grande da população, de entrar nesse Palácio, que antes era o símbolo do poder no Estado de Santa Catarina. A senhora lembra disso?

Rosilda:

Lembro, lembro, lembro. Nessa época de visitação do museu, era muito visitado mesmo, porque era uma novidade, quem iria colocar os pés dentro do Palácio? Não o público geral, o povo, era mais a elite, essa época então realmente, é reaberto como museu. Foi uma novidade, todo mundo queria conhecer e uma coisa que tinha, que

chamava muito a atenção também, era essa parte do uso das pantufas, para se visitar o segundo pavimento, e ver todos os serviços de marchetaria que era feito, no assoalho, não podia se visitar com o calçado, era com o calçado, mas tinha que usar essa pantufa. Então isso, meu Deus do céu para a criança era uma algazarra, aquilo ali era uma novidade, todo mundo queria ir para o museu, porque tinha que colocar essa pantufa, a gente pedia para eles cuidar, porque eles queriam sair arrastando, explicar que tinha que só arrastar, que não havia necessidade de levantar o pé, não havia necessidade de tirar o calçado. Mas para que isso aqui? Nós estamos ajudando a encerrar? Não as pantufas são para conservar esse trabalho, que foi feito por pessoas que hoje não existem mais e não deixaram também pessoas para dar continuidade, a esse tipo de coisa. Para isso que nós vamos usar essa pantufa. Então era muito gostoso.²²⁴

Projetos educativos também foram desenvolvidos no MHSC. O projeto desenvolvido pela primeira diretora do MHSC, ainda na Casa da Antiga Alfândega chamava-se “*O Museu e a Criança*”, foi desenvolvido entre 01 de junho a 30 de novembro de 1979 em parceria com o Museu de Artes de Santa Catarina que também se encontrava nas mesmas instalações,

Analisando a justificativa deste projeto encontramos esta fundamentada no apoio que os museus devem dar à Educação e numa visão de museu enquanto um mecanismo da mesma. Dos seis itens da Justificativa, quatro referem-se à questão da educação:

02- Justificativa:

- I- Introdução do Museu no mecanismo de Educação;
- II- O Museu como recurso de apoio na Educação;
- III- Levar a criança a conhecer o Museu através de um itinerário poético;
- IV- Desenvolver atividades de criação e reflexão;

²²⁴ Entrevista concedida pela Sra. Rosilda Deolinda de Farias Schroeder, em 22/08/2008.

V- A ação educativa como básica em todos Museus modernos;
Os Museus devem adotar funções educativas e culturais atraentes.

Nos objetivos encontramos dois pontos que devemos salientar: o primeiro, a visão de museu enquanto um recurso de comunicação visual – reconhecendo a importância e as possibilidades de comunicação através do acervo exposto e das atividades voltadas à educação e, em segundo, a questão do domínio do espaço – espaço modificado, reutilizado através da exposição do acervo, o que leva a um novo discurso sobre este espaço.

03- Objetivos:

- I- Conduzir a criança a se relacionar com os museus;
- II- Usar o Museu como recurso de comunicação visual;
- III- Exploração e domínio do espaço físico;
- IV- Usar o Museu como instrumento de uma realidade infantil que joga os seus atributos evolutivos no conteúdo da aprendizagem;
- V- Propor programas específicos de acordo com a idade das crianças;
Sensibilizar a criança a conhecer e valorizar a sua região.

Este projeto levou para o MHSC 214 crianças de diversas escolas da cidade, que visitavam a exposição, participavam e assistiam a peças de teatro e desenvolviam trabalhos manuais, como modelagem com argila. Na avaliação da diretora, os objetivos foram atingidos uma vez que se constatou haver uma mudança naquilo que as crianças entendiam como Museu. Antes: *lugar onde se guarda coisa antiga, lugar onde ficam doentes, lugar onde se guarda coisa velha*; depois: *lugar onde se guarda coisas de valor histórico, lugar onde tem trabalhos artísticos, lugar onde se guardam as coisas importantes que pertenciam aos governadores*.

Abaixo imagens incluídas no Relatório Final deste projeto:



Foto 8 – Projetos Educativos Desenvolvidos no MHSC em 1979
Fonte: Arquivos da FCC



Foto 9 – Projetos Educativos Desenvolvidos no MHSC em 1979 II
Fonte: Arquivos da FCC

Acreditamos que estes projetos educativos não modificaram o sentido e a função do MHSC, apenas realizou ações para um público

que era foco da atividade de sua diretora, enquanto educadora, pois tanto a temática quanto o discurso expositivo não foram alterados.

Consta nas fontes um segundo projeto realizado pelo MHSC em parceria também com o Museu de Artes: “A História e a Arte na Ação Comunitária”, que atendeu 1760 estudantes. Este relatório está incompleto, não havendo fotografias do mesmo.

A transferência do MHSC para o Palácio Cruz e Sousa modifica consideravelmente a demanda interna do mesmo. Em um ofício (N. 118/86) enviado ao Prof^o Jali Meirinho, então na Fundação Catarinense de Cultura e Representante do Conselho de Museus em Santa Catarina, a então diretora (Jessy Cherem) discorre sobre a importância de ter no quadro de funcionários do Museu a presença de um museólogo (solicitação feita já no Relatório do Grupo de Trabalho antes da abertura do museus) e indicando o Prof^o Gelci José Coelho, então técnico em Assuntos Culturais da UFSC e museólogo do Museu de Antropologia para a função. Entre as justificativas para a incorporação deste profissional ao quadro do museu encontramos: “a- com a instalação do Museu no Palácio Cruz e Sousa nossa estrutura funcional modificou-se consideravelmente; b- a deficiência de pessoal técnico é alarmante; c- precisamos estabelecer programas de trabalho, atividades culturais e educativas junto à comunidade e sentimos a precariedade dos nossos reais recursos técnicos”.

De novembro a dezembro do ano de 1986, as exposições temporárias foram sobre o Contestado e de “Armas e ferramentas de uma época (1835-1986) em convênio com o Museu de Armas da Polícia Militar. No dia 05 de dezembro de 1986 ocorreu a solenidade em que o governador Esperidião Amin sancionou a lei que transferia definitivamente o MHSC e o IHGSC para o Palácio Cruz e Sousa. No dia 10 de dezembro do mesmo ano houve a solenidade oficial de hasteamento das Bandeiras Nacional e Estadual em homenagem ao Conselho Estadual de Cultura, IHGSC e ACL.

Dia 20 de dezembro houve o lançamento do Concurso do logotipo para o MHSC e o lançamento de postais culturais com fotos do Palácio Cruz e Sousa. Até este mês, dezembro de 1986 havia sido registrado 23.567 visitantes desde a sua transferência. Pela avaliação da então diretora em seu Plano de Trabalho para o ano de 1987 ela considerava “que a produção cultural do MHSC no decorrer de 1986, foi além das expectativas, especialmente após a transferência do MH para o Palácio Cruz e Sousa” e as causas para esta avaliação foram a participação e apoio financeiro da Casa Civil, Casa Militar, Secretaria de Cultura, esporte e Turismo e Fundação Catarinense de Cultura; a

credibilidade junto à população e a cooperação de pessoas ligadas à área da cultura, outras instituições e pelo esforço e contribuição da equipe dos funcionários do museu.

Acreditamos que, a partir do momento da transferência do MHSC para o Palácio Cruz e Sousa, o grande número de visitação deveu-se a curiosidade do público em visitar o antigo Palácio dos Despachos, pois, em termos de mudanças efetivas no acervo exposto na Antiga Alfândega para o Palácio Cruz e Sousa não encontramos qualquer registro, além do fato de, por ser um espaço maior, poderem, dentro do mesmo discurso expositivo proposto anteriormente, expor um número maior de objetos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao historiador não cabe redescobrir a verdade, mas restabelecer um diálogo entre a época em que atuou e o passado que se projeta nos documentos.²²⁵

A metáfora enquanto exercício de linguagem é a prática de se empregar palavras fora do seu sentido normal, ou seja, em sentido figurado, do grego *metaphorá*, que quer dizer mudança, transposição. Diante disso, se minhas conclusões pudessem ter um título mais específico, escreveria: Museu Histórico de Santa Catarina enquanto metáfora da realidade, pois, diante da investigação feita, este museu criou uma intersecção entre a realidade da sociedade e o ideal de museu planejado pelo Grupo de Trabalho que o organizou, guardando características de cada parte, mas, tornando-se, uma terceira coisa, que sem refletir integralmente as duas idéias anteriores também não se permitiu dissociar-se delas.

Palácio dos Despachos, Palácio Rosado, Palácio Cruz e Sousa, Museu Histórico de Santa Catarina. Diversos nomes e uma trajetória de sete anos (1977 a 1984 – data de criação por Lei e data de sua transferência ao novo imóvel) e o que foi um dia residência e gabinete de governadores se torna um semióforo. Acreditamos contribuir através desta tese com novas reflexões acerca da trajetória linear e engessada do Museu Histórico de Santa Catarina, que expõem uma história simplificada através de sua museografia, cúmplice de um modelo tradicional de se fazer história.

Diante das hipóteses e tese lançadas ao início e com base nas investigações, precisamos fazer agora algumas reflexões conclusivas. Quando aceitamos que nenhuma instituição é apolítica, concluímos que sim, no caso do Museu Histórico de Santa Catarina, havia uma relação íntima entre o mesmo e o governo do Estado de Santa Catarina. Percebemos também como esta relação se dava e de que forma museu, patrimônio, história, política e poder se entrelaçavam, transparecendo inegavelmente em sua concepção museológica e museográfica.

²²⁵ MURARO, Valmir Francisco. Sobre hermenêutica, História e Narrativa. In: **Revista Fronteiras**. N. 7. Florianópolis/ UFSC: Ed. Universitária. P. 110.

O Museu Histórico de Santa Catarina foi um instrumento da política cultural do governo estadual que vislumbrava uma identidade catarinense homogênea que deveria ser conhecedora da história do Estado, feita por grandes nomes da política local.

Diante dos documentos e entrevistas feitas, constatou-se a procura por uma identidade cultural catarinense homogênea através de ações, publicações e normativas do governo estadual e, também, do Grupo de Trabalho para a implantação do museu, uma vez que os profissionais deste Grupo atuavam em diversos órgãos estaduais de cultura e educação. O Museu Histórico participa destas ações através dos projetos desenvolvidos com escolas, museus do interior, como, também, por suas exposições. As características de um Estado que recebeu um grande contingente de imigrantes dos mais diversos países não poderia refletir a tão desejada cultura homogênea, mesmo porque cultura e identidade são conceitos que trazem em seu bojo elementos diversos que devem ser levados em consideração. A característica primeira do sujeito histórico catarinense deveria sim, antes de qualquer coisa, refletir a heterogeneidade das etnias que compuseram a população do Estado de Santa Catarina refletindo-se em políticas culturais inclusivas.

Havia, também, a intenção de que, através das exposições do museu, alguns nomes de políticos regionais fossem reconhecidos. Por isso, antes de qualquer coisa, este museu deveria ter um cunho político. Ante ao contexto, final do Regime Militar e de uma tentativa de reabertura política, havia a necessidade de afirmar os nomes de famílias importantes que já dominavam o cenário político no Estado. Este foi o intuito de se criar o Museu Histórico, ou seja, esta instituição seria a única perspectiva de sobrevivência destas memórias e que deveriam tornar-se integrantes do cotidiano da cidade de Florianópolis. Ou seja, o Museu Histórico seria um símbolo capaz de fazer esta ponte entre o que foi e o presente-futuro.

Quando perguntamos se este museu poderia se reconhecer enquanto instituição/ estrutura fundante das ideologias oficiais do Estado, lembremos que o mito fundador é uma *solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade*²²⁶. Nos atenhmos aqui a questão deste mito fundador que requer, para sua manutenção, um eterno vínculo com um passado do qual não se quer desligamento. Pensando desta

²²⁶ CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: EFPA, 2000. P. 9.

forma, havia a necessidade de ligar o *bom político catarinense* a um passado tranqüilo e construtivo face às insatisfações do momento e desvinculá-lo das ações castradoras do governo militar. Na realidade, a efetivação deste museu, posterior a duas tentativas frustradas anteriores, não poderia acontecer em outro momento.

Os museus enquanto depositários fiéis dos bens patrimoniais preservados de uma determinada sociedade são lugares por excelência que contribuem e/ ou referendam determinadas memórias. O Museu Histórico de Santa Catarina tornou-se o *lugar ideal* onde o Grupo de Trabalho para a implantação do museu e o Governo do Estado de Santa Catarina iriam *distribuir* a idéia do *bom político catarinense* e legitimar estas memórias.

A operação intelectual por excelência da Ideologia, segundo Marilena Chauí é a criação de *universais abstratos*, ou seja, *a transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos para todos*.²²⁷ O Museu Histórico de Santa Catarina tornar-se-ia, aos olhos de seus criadores, o instrumento político ideal para distribuir a idéia do *bom político*, do homem idealizador, competente e preocupado com o bem comum. É neste momento que identificamos o Museu Histórico enquanto aparelho ideológico do Governo do Estado de Santa Catarina, pois tornou-se um instrumento de distribuição de tais idéias.

Portanto, ao nascer, o Museu Histórico tem a intenção de ser uma instituição fundante da ideologia do Governo Estadual, porém, com o tempo, sucumbe ao acervo-imóvel.

Durante nossa investigação pudemos perceber que este imóvel deveria ser o suporte concreto da imagem do *bom político*. Lugar ideal que referendaria tal idéia. Porém, este acervo-imóvel com o tempo ganhou vida própria e o que deveria ser cenário da Galeria dos Governadores tornou-se estrela principal. Esta afirmação pode ser percebida com o aumento significativo no número de visitantes após a transferência do Museu Histórico para o Palácio Cruz e Sousa, a subsequente queda neste mesmo número após alguns meses e a retirada da exposição *Galeria dos Governadores* pela segunda diretora.

O Grupo de Trabalho para a implantação do Museu, como também, a primeira diretora, utilizaram-se das discussões nacionais e até internacionais da área de Museologia para implantar um museu que se torna amorfo, com fim em si mesmo, que pouca reflexão instigou no público da cidade onde está inserido, pois já possuía uma diretriz a ser

²²⁷ CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003. P. 86.

seguida e levou, através de suas exposições, principalmente, durante a gestão da primeira diretora, um discurso pronto. Não havendo uma política museológica, as intenções de acompanhar as diretrizes do ICOM, não se refletiam na prática cotidiana do museu.

As ligações com o governo do Estado e suas diretrizes passam a reger as ações institucionais do Museu Histórico de Santa Catarina, através de várias ordens: desde a vinculação institucional – pois fazia parte do organograma do Estado até a competência financeira – pois estava atrelado ao repasse de verba do mesmo. Também pelo acervo coletado e exposto no museu – como exemplo: o acervo de Antônio Carlos Konder Reis e a exposição chamada *Galeria dos Governadores*.

O Museu Histórico de Santa Catarina seguiu uma Museologia Tradicional (ênfasis no edifício, a coleção e o público; sem instigar debates) – apesar da época já trazer novas abordagens nas diferentes áreas da Museologia (os mesmos elementos pensados enquanto território, patrimônio e população, propiciando um engajamento da instituição na sociedade a qual pertence, como também, um alargamento das reflexões e ações desta instituição) – tanto quanto os historiadores do Grupo de Trabalho que o criou seguiam uma metodologia tradicional no campo da História, procurando uma identidade homogênea e uma história de grandes feitos e heróis. Destacando novamente que o próprio imóvel do Museu Histórico de Santa Catarina torna-se um semióforo; antes espaço de poder político, torna-se espaço de poder cultural, exteriorizando a imagem do *bom político catarinense*; a seleção do acervo realizada por funcionários do próprio governo; objetos, circuito e discurso expositivo referendam um discurso político pré-estabelecido; atividades educativas e, ainda, comemorações de datas importantes para o Estado (leia-se governo) são desenvolvidas no MHSC.

Uma vez que o museu trabalha com objetos e os tira do circuito comum para o qual foram criados, tornando-os *semióforos*; uma vez que a partir destes objetos o museu elabora um discurso e uma visão da realidade ordenando memórias segmentadas e solidificando (perpetuando) temporalidades, acreditamos que estas instituições tornam-se metáforas da realidade, galgadas em imagens construídas a partir das idéias de um grupo, não refletindo em si, a sociedade.

A metáfora da realidade criada pelo Grupo de Trabalho para a implantação do museu, apoiada pelo governo e pelos funcionários por ele escolhidos para atuar junto ao mesmo é, também, confirmada pelo público que o visita depois de sua transferência para o Palácio Cruz e Sousa. O aumento significativo no número de visitantes registrado no primeiro ano do Museu Histórico no Palácio legitima a escolha do

imóvel. O mesmo não se pode dizer do discurso expositivo, uma vez que a partir do ano de 1987, de uma média de 11.000 visitantes em janeiro, cai para 3.000 em junho (último relatório encontrado). Ou seja, o público foi motivado a visitar o museu para ver, por dentro, aquele imóvel representante do poder no Estado, após o desejo satisfeito, este mesmo público não retorna outras vezes. Trazer o mesmo público de volta ao espaço do museu seria o papel da Museografia que diante da suntuosidade do prédio, deveria, através de suas exposições, instigar o visitante.

A instituição museu, enquanto elemento colaborador na criação de representações sociais²²⁸ assume, no caso do Museu Histórico de Santa Catarina, funções culturais e ideológicas com características homogeneizadoras e pouco reflexivas.

Diversos itens colaboram para criar uma metáfora: o acervo doado: 1- do governador em exercício quando instituído o Museu Histórico de Santa Catarina, de ex-governadores e *ilustres políticos catarinenses*; 2- as intenções do Grupo de Trabalho que organizou o museu: criar um museu histórico de cunho político que servisse de instrumento para a formação do sujeito histórico catarinense em busca da catarinensização da cultura no Estado; 3- as intenções do governo com a criação deste museu: criar a imagem do *bom político* ante as posições favoráveis do governo do Estado diante das ações do Regime Militar, uma vez que se estava caminhando para a abertura política; 4- a escolha do imóvel: simbolicamente o centro de poder do governo do Estado; 5- a alteração do nome para Palácio Cruz e Sousa: reconhecimento por parte de um *bom político catarinense*, o então governador Antônio Carlos Konder Reis da grandeza das obras de um poeta negro; 6- a escolha dos objetos expostos: objetos de *grandes vultos* signatários das memórias de grandes fatos no Estado; 7- eleição de datas comemorativas: sob a nomenclatura de *fatos históricos* representativos da história de Santa Catarina e eleitos por um grupo destacado à serviço do Estado e ainda, 8- a divergência para com a realidade política e social da época: destacamos aqui o arrocho econômico, a censura nos mais diversos setores da vida social e as

²²⁸ Segundo Serge Moscovici em seu livro *Representações Sociais: investigações em psicologia social* (Vozes, 2003), a Teoria das Representações Sociais está principalmente relacionada ao estudo das trocas simbólicas, desenvolvidas em ambientes sociais, que tem como uma de seus objetivos tornar familiar o não-familiar, promovendo a compreensão e/ou manipulação de objetos, idéias ou acontecimentos de modo a possibilitarem a objetivação e ancoragem dos mesmos.

perseguições políticas que não possuíam espaço no discurso expositivo deste Museu.

Quando tratamos do acervo do MHSC, desde o imóvel acervo até o acervo em si que também podemos chamar de *bens culturais móveis*, duas reflexões devem ser feitas: a primeira que o imóvel tornou-se o primeiro grande acervo do Museu Histórico de Santa Catarina depois de sua transferência para o Palácio Cruz e Sousa. A segunda, com relação aos bens culturais móveis doado ao museu – primeiro, que a coleta deste acervo vislumbra objetos de *valor histórico* a partir da concepção do Grupo de Trabalho para a implantação do museu e de sua primeira diretora. Depois no tratamento que estes mesmos objetos de valor histórico receberam, como a situação citada pela ex-diretora Sônia Malheiros Miguel que diz que *não tinha formação em Museologia, não tinha informação nessa área, mas quando abria aquelas caixas lá em baixo, com tudo entulhado, com caixas em cima, não precisava ter curso de Museologia para saber que isso aí não é forma de um acervo, aquilo misturado com lixo*. Apesar de estarmos tratando de conclusões, cabe aqui uma pergunta mais: o museu sucumbiu somente ao palácio ou, também, por não haver em sua gestão uma política de acervo? Quando tratamos do museu enquanto espaço de comunicação entendemos que, a partir do momento que o museu não adota, além da salvaguarda do patrimônio sob sua responsabilidade, ações para dialogar com o público, não há troca com o mundo externo e este museu tende a morrer lentamente por auto-asfixia.

Nesta tese, patrimônio, discurso e poder se entrelaçam na trajetória das duas décadas analisadas do Museu Histórico de Santa Catarina, através de um sistema de pensamentos ideológicos criados por um grupo ligado ao Governo do Estado. A coleta do acervo, posteriormente, exposto torna-se a materialização desta ideologia. E esta ideologia criada pelo Grupo de Trabalho ligado ao Governo do Estado, enquanto um elemento influenciador da cultura, constrói uma representação de si que pode ser notada em dois momentos: 1- através das exposições organizadas no Museu Histórico – na busca pela criação da imagem do *bom político catarinense* e 2- na tentativa de homogeneização da cultura do Estado através do catarinensismo. Estes dois momentos tornaram-se as justificativas para a criação do Museu Histórico e foco de suas ações e exposições durante seus primeiros anos de vida, evidenciando que o papel social deste museu baseou-se em seu caráter didático e comemorativo.

Este processo evidencia a falta de uma gestão museológica, dentro dos moldes da Nova Museologia, constatado desde a falta de

planejamento que identificasse a verdadeira vocação do museu e seus pressupostos conceituais, a falta de profissional da área que integrasse o quadro de funcionários, até o gerenciamento e exposição do acervo, uma vez que não se efetiva enquanto um espaço de diálogo e reflexão, portanto, de comunicação com o seu público. Sucumbe ao imóvel-acervo que figura no imaginário popular enquanto centro de poder e permanece vivo enquanto monumento no centro da cidade.

Após estas análises a fala de alguns entrevistados que até então nos eram estranhas, pode agora ser compreendida: *O Museu saiu dos trilhos* duplamente em minha opinião. Primeiramente, porque não soube gerenciar seus acervos, onde o acervo-imóvel competiu e ganhou o estrelato diante do acervo exposto em seu interior. Perdeu a identidade que seu idealizador e o Grupo de Trabalho almejavam para ele. E, em segundo lugar, porque, apesar da honesta tentativa das duas primeiras diretoras em acompanhar as orientações do ICOM, efetivamente, pouco pôde ser inserido no cotidiano do Museu, carecendo, até o final dos anos analisados, de um plano de gestão para a re-definição de sua missão e funções junto à sociedade a qual estava inserido.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral: Jaison a Amin na disputa pelo governo catarinense**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

Alicerces da memória: 60 bens tombados pelo Estado de Santa Catarina. Tempo Editorial. Governo do Estado de Santa Catarina. s/data.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

BITTENCOURT, J. Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. 28. s/d.

BITTENCOURT, J. Neves & BENCHETRIT, Sarah Fassa & TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **História Representada: o dilema dos museus**. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. 2003.

BORGES F., Nilson. **Os militares no poder**. SP: Ed. Acadêmica, 1994.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Museus Históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Vol. 5. Jan. Dez, 1997. Pp. 175-203.

_____. **O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional. 1917-1945**. São Paulo: Ed. UNESP: Museu Paulista, 2005.

BRUHNS, Katianne. Museus enquanto aparelhos ideológicos de Estado: algumas reflexões. In: **Cadernos do CEOM**. Museus: pesquisa, acervo, comunicação. Ano 18. N. 21, Chapecó: Argos, Jun. 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira e ARAÚJO, Marcelo Mattos Araújo. (org.) **A memória do pensamento museológico contemporâneo**. Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: MILDER, S. (org.) **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

_____. **Museologia para Professores: os caminhos da Educação pelo Patrimônio**. Centro de Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Coordenadoria de Ensino Teórico, São Paulo, 1998.

_____. Princípios, Problemas e Métodos. In: **Cadernos de Sociologia**. Centro de Estudos de Sociologia. ULHT, 1997.

_____. Museu Universitário Hoje. In: **Ciências em Museus**. N.4. São Paulo, 1992.

CABRAL, O. R. **Breve notícia sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina. Suas legislaturas e legisladores (1835-1974)**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, S/d.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do pensamento museológico contemporâneo. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Tese de Doutorado/ ULHT, N. 21. 2003.

CARNEIRO, Fernanda Gibertoni. **Da relação da arquitetura e museologia nos museus**. TCC/ Curso de Especialização em Museologia/ MAE/ USP. 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHAGAS, Mário & ABREU, Regina. (org.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

_____. Memória e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. ULHT. N. 19. 2002.

_____. (org.) Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. In: **Revista do Patrimônio**. N. 3, 2005.

_____. Museu, museologia e pensamento social brasileiro. In: **Cadernos do CEOM**. Museus: pesquisa, acervo, comunicação. Ano 18. N. 21, Chapecó: Argos, Jun.2005.

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHUVA, Márcia. (org.) **A invenção do patrimônio**. Ministério da Cultura/ IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Diálogo com Clio**. Ensaios de história política e cultural. Florianópolis: Insular, 2003.

Cultura e Constituição. Santa Catarina. Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. Conselho Estadual de Cultura. Florianópolis, 1986.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DIAS, José de Souza. (org.) **Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe**. RJ: Vozes, 1989.

Dicionário de Filosofia. <http://www.defnarede.com>

DIEHL, Astor A. **Cultura Historiográfica. Memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DOOLEY, R. A. & LEVINSOHN, S. H. **Análise do discurso. Conceitos básicos em lingüística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

EIZIRIK, Marisa F. **Michel Foucault. Um pensador do presente**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ELIAS, Maria José. **Museu Paulista: Memória e História**. Tese Doutorado/ HST/ USP, São Paulo, 1996.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996.

ESCOBAR, Carlos Henrique de. (org.) **Michel Foucault. 1926-1984. O Dossier. Últimas Entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus Ed. 1984.

EXPEDIÇÃO SÃO PAULO 450 ANOS. Uma viagem por dentro da metrópole. Prefeitura de São Paulo, 2004.

FÁVERI, Marlene de. As mulheres na Novembrada: resistência e solidariedade. In: **Revista História Catarina**. Ano II. N. 9 – Nov./ Dez. 2008.2. P. 48-53.

FERMIANO, Sára Beatriz Dutra e Silva. **Observação e análise do MHSC sob a ótica da conservação preventiva**. TCC/ Curso de Especialização em Museologia/ CCE/ UDESC. Florianópolis, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Gallimard, Paris, 1971.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. **O pensamento exterior**. São Paulo: Princípio, 1990.

_____. **O que é um autor?** 6ª ed. Lisboa: Artipol, 2006.

FOUCAULT/ ROUANET/ MERQUIOR/ ESCOBAR/ LECOURT. O Homem e o discurso (A Arqueologia de Michel Foucault). Comunicação/3. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª ed.1996.

FRANÇOZO, Mariana. O Museu Paulista e a história da Antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo. Vol. 48. N. 2. 2005. P. 585- 612.

FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

FUNARI, Pedro P. e PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GAURPE, Luiz Fernando Pereira. **Cartografia da Memória: O cemitério enquanto espaço musealizado**. TCC/ Curso de Especialização em Museologia/ MAE/ USP, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GODOY, Solange. Patrimônio Cultural e Cidadania: as representações de memória nos museus. In: **Anais do Museu Nacional**. Vol. 28. s/d. P. 105- 115.

GOMES, Maria de Fátima Figueiredo Faria. **Mário de Andrade e a Inclusão Social: um ponto de vista museológico**. TCC/ Curso de Especialização em Museologia/ MAE/ USP. 2002.

GOMES, Manoela. **Do Palácio Rosado ao Palácio Cruz e Souza. (Quando, como e porque)**. Florianópolis: Ed. Do Governo do Estado de Santa Catarina, S/d.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Ministério da Cultura/ IPHAN, 1996.

GOUVEIA, Maria Alice & MICELI, Sérgio. **Política Cultural Comparada**. RJ: Funarte/ SP: IEESP/ Finep, 1985.

GRISARD, Isa. **Carta genealógica de Famílias Tradicionais de Santa Catarina, 1819 -1986**. Florianópolis: FCC, 1988.

GROS, F. (Org.) **Foucault. A coragem da verdade**. São Paulo: Parábola, 2004.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio histórico e a preservação. IBPC, N. 3, 1990.

_____. Museologia e Identidade. Instituto de Museologia de São Paulo/ FESP. Mimeog. s/d. P. 39- 48.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes parreiras. Panorama de la museografía. (Brasil). In: **Museografia: el language de los museos al servicio de la sociedad y su patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/ OEA. 1995. P. 123- 144.

_____. Modos de ver. **Museu: Comunicação/ Educação**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Paulista de Museologia. Universidade Católica de Santos, Out. 1988.

KASINSKY, Ana Luíza Borges. **A importância do colecionismo: o caso da Fundação Maria e Oscar Americano**. TCC/ Curso de Especialização em Museologia/ MAE/ USP, 2000.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. In: **São Paulo em Perspectiva**. 15 (4). 2001.

LALLEMENT, Michel. **História das Idéias Sociológicas**. De Parsons aos Contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Pp.158 a 161.

LARA, S. H. História, Memória e Museu. In: **Revista do Arquivo Municipal Memória e Ação Cultural**, v. 200, São Paulo, 1991.

LEAL, Nórís Mara P. M. Memória e Poder: as representações do poder através de uma exposição de longa duração. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 18. N. 21, Chapecó: Argos, Jun.2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. da UNICAMP. 1984.

LOPES, Sérgio. Estado do Iguaçu: a trajetória de um movimento. In: Revista Informe GEPEC. Vol. 08. N. 2. jul./dez., 2004.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1997.

_____. “Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará”. In: **Manguinhos**. Vol. III (1). Mar./ Jun. 1996.

_____. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 21. N. 41. 2001. P. 56- 76.

LOUREIRO, Maria Cecília França. **Os museus acolhem o moderno**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia**. Ci. Inf. Brasília, Vol. 32. N. 1. Jan./ Abr./ 2003. P. 88- 95.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus Acolhem o Moderno**. Livre Docência/ FAU/ USP, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARANHÃO, Helena Ponce. Museu nas representações sociais ou quais são seus lugares no imaginário coletivo. In: www.aps.pt/vicongresso.

MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol**. Operação Barriga Verde. Florianópolis: Ed. Da USFC: Fundação Boiteux, 2006.

_____. Eles foram fazer um protesto. In: **Revista História Catarina**. Ano II. N. 9 – Nov./Dez. 2008.2. P. 40-43.

MENESES, Ulpiano T. B. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**. Vol. 2. Jan. Dez., 1994.

_____. A problemática da Identidade nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). In: **Anais do Museu Paulista**. Nova Série, N. 1. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. A História, cativa da memória? In: **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. N. 34. São Paulo, 1992.

MOREY, Miguel. (seleção e introdução). **Michel Foucault. Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones**. Madri: Alianza Ed. 2004.

MENSCH, Peter. O objeto de estudo da museologia. In: **Pretextos Museológicos** 1. UNIRIO, Escola de Museologia, Universidade Gama Filho, 1994.

MOSCOVICI, serge. Representações Sociais: investigações em psicologia. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

MOTTA, M. B. Michel Foucault. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos e Escritos II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

MOUTINHO, Mário. A construção do objeto museológico. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. ULHT. N. 4. 19994. P. 3- 22.

MÜLLER, Ricardo. Razão Utopia: Thompson e a História. Tese de Doutorado/ Curso de Pós-Graduação em História/ USP, 2002.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre Hermenêutica, História e Narrativa. In: **Revista Fronteiras**. N. 7. P. 89-110. Florianópolis/ UFSC: Ed. Universitária, 1999.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Encarte FCC/ Unidade de Ciências. Governo Jorge Konder Bornhausen.

NAVA, Carmen & LAUERHASS Jr., Ludwig. **Brasil. Uma identidade em construção**. São Paulo: Ática. 2007.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Museu Paulista da USP e a memória da Independência. In: **Cadernos CEDES**. Vol. 22. N. 58. Dez./ 2002. P. 65- 80.

ORLANDI, Eni P. (org.) **Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2ª ed., 2001.

PASSOS, Izabel F. & BELLO, Fábio. (org.) **Na companhia de Foucault. 20 anos de ausência**. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2004.

PEREIRA, Andrio Cardoso. **A Novembrada de 1979**. In: webartigos.com./ História. Em 23/02/2009.

_____. **Imprensa e Poder. A comunicação em SC**. Fpolis: Lunardeli, 1992.

PEREIRA, N. et alii. **Ensaio sobre Sociologia e Desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1971.

PERICHI, Ciro Carabalo. Qué és Museografía? In: **Museografía: el lenguaje de los museos al servicio de la sociedad y su patrimonio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/OEA. 1995. P. 19- 40.

PESSANHA, José Américo da Motta. O sentido dos museus na cultura. In: **Encontros e Estudos**. N. 2. Rio de Janeiro: FUNARTE. 1996.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIAZZA, W. F. (org.) **Dicionário Político Catarinense**. Edição da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1985.

PIAZZA, Walter. **Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Estudo Histórico e analítico. 1896 – 1996. Florianópolis: co-ed. UDESC – IHGSC, 1996.

_____. **1896-1996. IHGSC – Estudo histórico-analítico**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1996.

RAMPINELLI, Waldir José. (org.) **História e Poder**. A reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003.

REVEL, Judith. **Foucault: Conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVISTA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS. N. 19. Florianópolis, 2004.

_____. N. 09. Florianópolis, 1989.

_____. N. 07. Florianópolis, 1984/1985.

RIBEIRO, Edaléa. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em SC. Os anos 90.** Fpolis: Fundação Boietux, 2005.

RIBEIRO, R. R. **Nos jardins do tempo: memória e história na perspectiva de Pierre Nora.** Artigo publicado no site www.historiaehistoria.com.br, em agosto de 2004, INNS 1807-1783, Unicamp/ SP.

SALIBA, Elias Thomé. À Sombra do imortal: reflexões sobre a nação e a memória. In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. Vol. 4. Jan. Dez, 1996. Pp.309-316.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: CHAGAS, Mário & ABREU, Regina. (org.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Pp. 111- 131.

_____. Museus Brasileiros e Política Cultural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 19. N. 55 – Jun.2004. P. 54- 72.

_____. Política da memória na criação dos museus brasileiros. In: **Caderno de Sociomuseologia.** N. 19. 2002. P. 100- 116.

_____. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. In: **Cadernos de Sociomuseologia.** ULHT. N. 19. 2002. P.121- 146.

SANTOS, Silvio C. dos. **Nova história de Santa Catarina.** S/d. S/Ed., 1977, 2ª edição.

SARTORI, Juliana. A novembrada nas entrelinhas da imprensa catarinense. In: **Revista História Catarina.** Ano II. N. 9 – Nov./ Dez. 2008.2. P. 44- 47.

SCAVONE, L. & ALVAREZ, M. & MISKOLCI, R. (org.) **O legado de Foucault.** São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. **Apolo e Dionísio no templo das musas**. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. Dissertação de Mestrado. UFRJ/ECO, 1998.

SCHERER-WARREN, I & ROSSIAUD, J. Democratização em Florianópolis. Resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí: Ed. Da Univali; Fpolis: Diálogo, 1999.

SILVA, Jalcyr B. F. & et alli **Fundamentos da cultura catarinense**. Ed. Laudes, 1970.

SILVA, Kalina V. & SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Maurício Cândido. **A exposição museológica e o objeto consagrado**. TCC/ Curso de Especialização em Museologia/ MAE/ USP. 2000.

SILVA, Tathianni Cristini da. **O patrimônio cultural do centro histórico de Florianópolis**: um estudo do papel dos Museu Histórico de Santa Catarina e Victor Meirelles na preservação e produção da cultura. UFSC:Eng. Produção, 2004.

SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, Patrimônio e Memória. Trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 1999.

SILVEIRA, Sirlei. **O Brasil de Mário de Andrade**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

SMITH, Anthony D. **Nações e Nacionalismo numa era global**. Caeiras/ Portugal: Celta Editora, 1999.

SOARES, Iaponan & CARDOSO, Flávio J. (org.) **João da Cruz e Souza, 1861-1898: antologia**. Florianópolis: FCC, 1991.

SOARES, Iaponan & Prazeres, Leda Maria D'Avila da Silva. **Índice Analítico da Revista do IHGSC**, Florianópolis, 1988.

SOUZA, Alcídio Mafra de. **Guia de bens tombados de Santa Catarina**/ FCC. RJ: Expressão e Cultura, 1992.

UM MUSEU-PALÁCIO EM SANTA CATARINA. Publicação: Governo do Estado de Santa Catarina/ FCC/ MHSC. s/d.

VARINE-BOHAN, Hugues. Passado e presente dos museus. (Entrevista). In: **BIBLIOTECA SALVAT DE GRANDES TEMAS. LIVROS GT.** Rio de Janeiro: Salvat Ed. 1979. P. 8-21 e 70- 81.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Representações da Revolução Mexicana no Museu Nacional de História da Cidade do México (1940-1982).** Tese Doutorado/ HST Social/ USP, 2003.

VAZ, Nelson Pompini. **O centro histórico de Florianópolis: Espaço Público Ritual.** Florianópolis: Ed. UFSC/ FCC Edições, 1991.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

8 FONTES

8.1 Fontes Orais:

Jessy Cherem – diretora do Museu Histórico de 1979 a 1986;
Sônia Malheiros Miguel – Diretora de 1987 a 1991;
Jali Meirinho – UFSC e IHGSC – fez parte do grupo que organizou o MHSC;
Carlos Humberto Corrêa – UFSC e IHGSC – fez parte do grupo que organizou o MHSC e
Rosilda Deolinda de Farias Schroeder – ex-funcionária do MHSC.

8.2 Fontes Escritas:

Arquivo Público do Estado:

1-Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores.

Data: 1830/ 2001 – Caixa 01

Anos 1996, 1997 e 1998 da Fundação Catarinense de Cultura.

2-Mensagem do Governador Esperidião Amin à Assembléia Legislativa

Ano: 1999 e 2000

3-Turismo, Cultura e Meio Ambiente

Ano: 1999

4-Inventário Sumário dos Relatos, Falas e Mensagens dos Governadores – Caixa 01

Datas e Assuntos:

1972, 1973 e 1974 – Educação, Recursos Humanos e Difusão Cultural

1978 – Educação Social

1979 – Educação e Cultura

1979 – Arquivo Público

1980 – FCC

1981, 1982 e 1983 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

1984, 1985 e 1986 – Cultura

1987 – Cultura e Esporte (dois livros)

1988 – Secretaria de Cultura e Esporte

1989, 1992, 1993 e 1994 – Fundação Catarinense de Cultura.

Nos anos de 1983, 1989, 1992, 1993 e 1994 nos relatórios da Fundação Catarinense de Cultura, o MHSC nem é citado.

5-Calendarário Cultural do Estado de Santa Catarina

Data: 1978, 1982, 1983, 1985 e 1987.

6-Leis e Decretos:

Legislação Específica do Estado – 1808/ 1998

Decreto Lei nº 625, de 11/06/69

Lei 4.547, de dezembro de 1970

Lei 5.089, de 30/04/75

Decreto 1.114, de 28/06/76

Decreto 3.238, de 24/8/77

Decreto 4.305, de 30/12/77

Exposição de motivos nº 91, de 22/8/77 e nº 160, de 30/12/77

Lei 5.719, de 24/06/80 – Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura

Lei 1.639, de 5/10/28 – Lei Orgânica Municipal

Lei 5.682, de agosto de 71 – Lei Orgânica dos Partidos Políticos

Lei complementar nº 5,6,7, e 8 de 1975/76.

Lei 2.975, de 18/12/61 – Dispõe sobre cultura e educação.

Decreto nº SE 9.150, de 4/6/70.

Decreto 1.841, de 30/12/74

Decreto Lei 615, de 2/3/42

7- Relatórios da Casa da Arte – 1975 e Relatórios do IHGSC –.1945

8- Relatórios do Conselho Estadual de Cultura – 1973 a 1983

9- Relatórios do Departamento de Cultura – 1986 a 1990

10- Relatórios da FCC – 1962, 1971, 1975, 1984 a 1986.

Biblioteca Pública do Estado:

Jornal da Semana, de 1979 e 1980;

Jornal de Santa Catarina, de 1972 a 1988;

Jornal O Estado, de 1968/9 a 1989;

Jornal Diário Catarinense (Diários Associados/ SP – reservava uma página para o Estado de Santa Catarina), de 1973 a 1980;

Jornal Diário Catarinense (RBS) – 1986 a 1989.

Centro de Memória da Assembléia Legislativa de SC:

Projeto para instauração do MHSC;
Decreto para alteração do nome de Palácio dos Despachos para Palácio Cruz e Sousa.

Arquivos Pessoais:

Sra. Jessy Cherem

Sra. Rosilda Deolinda de Farias Schroeder.

8.3 Sítios da Internet

<http://www.guiafloripa.com.br/mhsc/>

<http://www.sol.sc.gov.br/fcc/espacos/mhsc.htm>

<http://www.holiday.com.br/historiastacatarina.htm>

<http://www.arquivonacional.gov.br/>

<http://www.revistamuseu.com.br/naestrada/naestrada.asp?id=2061>

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/ev_linhadotempo.htm

<http://www.museudarepublica.org.br>

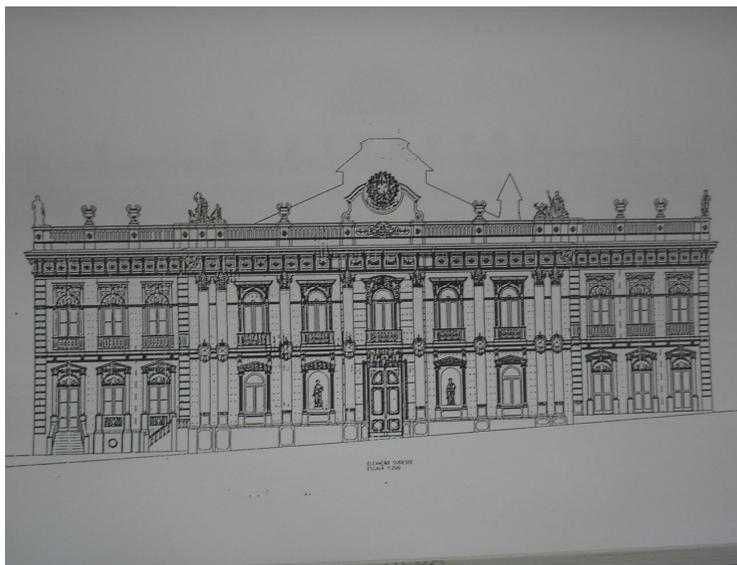
<http://elogica.br.inter.net/crdubeux/historia.html>

http://www.republicaonline.org.br/html/ab/abertura_site1.htm

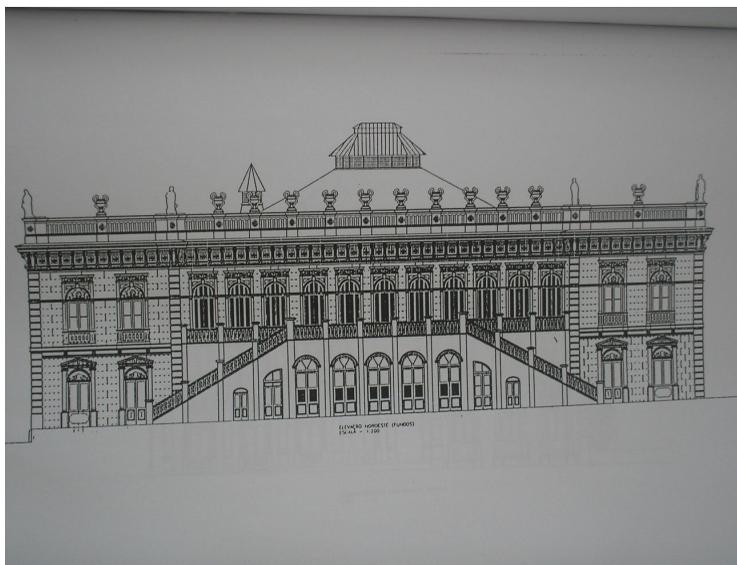
http://www.sol.sc.gov.br/fcc/museus/museu_indice.htm

<http://www.unirio.br/museologia/nummus>

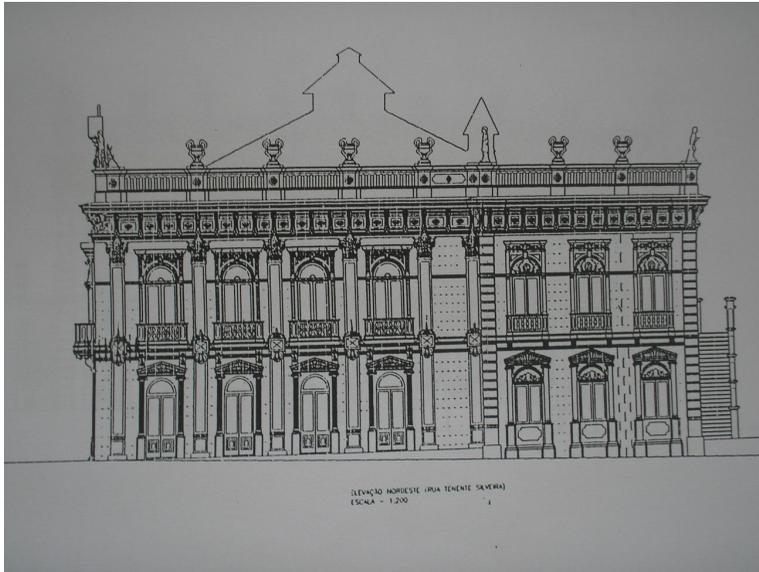
9 ANEXOS: FOTOS E DESENHOS DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA



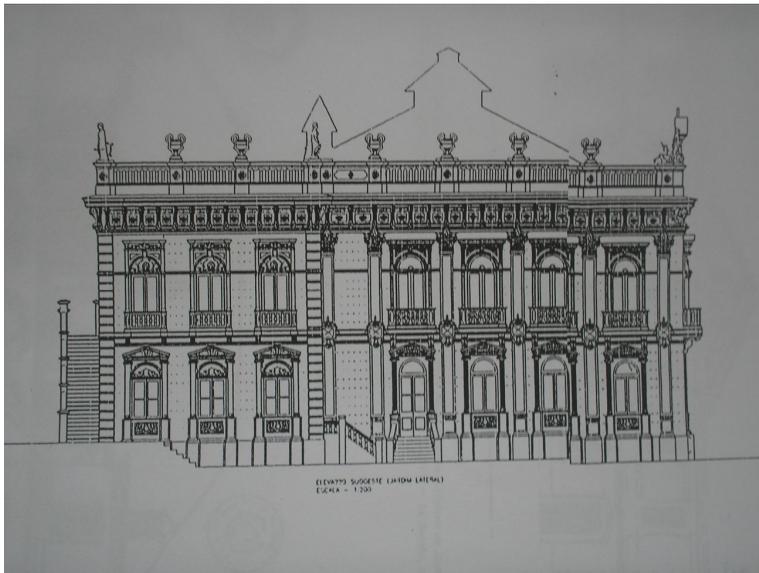
Fonte: Silva (2004)



Fonte: Silva (2004)



Fonte: Silva (2004)



Fonte: Silva (2004)



Fonte: Dados da Pesquisa (2010)



Fonte: Dados da Pesquisa (2010)